

# ALBERTO JOSÉ PESSOA

Obras de Arquitectura em Coimbra

1942 | 1965

*Ana Catarina Vaz Martins*

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura  
sob a orientação do Prof. Doutor Nuno Correia  
Departamento de Arquitectura FCTUC  
Setembro 2018





# ALBERTO JOSÉ PESSOA

Obras de Arquitetura em Coimbra

1942 | 1965



*Para a minha mãe.*



## **Agradecimentos.**

Ao professor Nuno Correia, pela orientação, entusiasmo, disponibilidade e dedicação ao longo deste processo.

Aos meus avós, pais e irmã, por tudo.

Ao Francisco, por me apoiar e ouvir os meus queixumes.

Aos amigos pelo estímulo em concluir esta etapa.





# Resumo.

Esta dissertação estuda a obra arquitetónica de Alberto José Pessoa na sua cidade natal, Coimbra. A sua atividade nesta cidade desenvolveu-se durante cerca de duas décadas, desde o início da década de quarenta, desempenhando o cargo de arquiteto contratado na Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra; até meados da década de sessenta, efetuando diversos estudos urbanísticos para a cidade, entre eles o Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra (1956) e o Estudo Urbanístico da Quinta da Várzea(1959).

As primeiras obras do arquiteto Alberto José Pessoa na cidade tiveram o cunho da arquitetura conivente com o regime do Estado Novo, como é possível observar nos edifícios que projetou para a Faculdade de Letras (1945-1951) e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1949-1951). Após o I Congresso dos Arquitetos, em 1948, Pessoa abandona a monumentalidade calssicizante, em favor de uma arquitetura de índole moderna, desenvolvendo uma estética pessoal que vória a impor fora da Alta da Cidade.

Com esta investigação pretendeu-se fazer uma contextualização da obra de arquitetura de Alberto Pessoa em Coimbra e contribuir para o conhecimento das suas obras menos estudadas, esperando que este trabalho se torne num ponto de partida para outras pesquisas. Foram assim analisados estudos e edifícios desenhados por Alberto José Pessoa, concretizando-se uma síntese do conjunto da sua obra, revelando o quão inovadora foi para a cidade de Coimbra na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Alberto Pessoa; Coimbra; Urbanismo; Cidade Universitária de Coimbra.



# Abstract.

This dissertation studies the architectural path of Alberto José Pessoa in his hometown, Coimbra. His professional activity in this city lasted about two decades, since the beginning of the 1940's, as an architect of the *Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra*, until the mid-sixties, carrying out various urban studies, including the Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra (1956) and the Estudo Urbanístico Quinta da Várzea (1959).

Alberto José Pessoa's first works for Coimbra had the architectural seal of the political regime, as it can be seen in the buildings he designed for Faculdade de Letras (1945-1951) and Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1949-1951). After the I Nacional Congress of Architects, in 1948, Pessoa abandoned the classical monumentality of the buildings in favor of a modern language, developing a personal aesthetic that he imposes outside the University City.

This aim of this research was to contextualize Pessoa's architectural path in his hometown and contribute to the knowledge of his less studied projects, hoping that this work will become a starting point for other researches. Studies and projects designed by Alberto José Pessoa were analyzed and a summary of his work was made, revealing the innovation he brought to Coimbra in the second half of the XX century.

Key-Words: Alberto Pessoa; Coimbra; Urbanism; University Campus of Coimbra.



# Sumário.

09 | Resumo e Palavras-chave

11 | Abstract and Key-words

15 | Lista de Abreviaturas

19 | Introdução

Capítulo Um.

31 | Percurso Profissional

Capítulo Dois.

53 | A Cidade Universitária de Coimbra

Capítulo Três.

97 | Os Planos Urbanísticos

Capítulo Quatro.

123 | Outros projetos em Coimbra

137 | Considerações Finais

Fontes e Referências.

143 | Referências Bibliográficas

155 | Créditos de Imagens

Anexos.

164 | Anexo I - Cronologia, Biografia e Percurso Profissional

173 | Anexo II - Transcrição de documentos, algumas memórias descritivas e extratos dos Anais do Município de Coimbra

191 | Anexo III - Peças desenhadas



## **Lista de Abreviaturas.**

**AAC** - Associação Académica de Coimbra

**ABMC** - Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra

**ACMC** - Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra

**AUC** - Arquivo da Universidade de Coimbra

**CAPOCUC** - Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra

**CSOP** - Conselho Superior de Obras Públicas

**CIAM** - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

**DGT** - Direcção-Geral de Ordenamento do Território

**DGEMN** - Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

**EGAP** - Exposição Geral de Artes Plásticas

**ESBAL** - Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

**EUC** - Estádio Universitário de Coimbra

**FLUC** - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**ICAT** - Iniciativas Culturais Arte e Técnica

**ODAM** - Organização dos Arquitetos Modernos

**UC** - Universidade de Coimbra





# **Introdução.**



## Introdução

Alberto José Pessoa (1919-1985), foi um arquiteto conimbricense autor de uma distinta e diversificada obra, transformando-o num arquiteto incontornável no panorama arquitetónico da segunda metade do século XX. Foi arquiteto, artista e professor universitário.

Devido ao desconhecimento generalizado que se sente em relação a este autor e a escassez de uma produção teórica monográfica sobre a vida e obra de Pessoa, considerou-se pertinente o estudo deste arquiteto.

Dada a grande quantidade de obra produzida por Alberto José Pessoa, o seu percurso profissional foi já abordado por diversos autores (historiadores, arquitetos, investigadores, etc.) ainda que de forma fragmentada, sendo então necessário fazer uma síntese dessa produção teórica.

Assim, o objetivo desta dissertação é analisar o seu trabalho na cidade de Coimbra, sua cidade natal, tendo sido definido, portanto, um limite cronológico e geográfico para este trabalho, de modo a encontrar uma forma de limitar o

<sup>1</sup> SAÚDE, Raúl Filipe Tavares Roque (2001) *Alberto Pessoa | Figueira da Foz, 1963-1985*. Prova Final para conclusão da licenciatura em arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

<sup>2</sup> ROSMANINHO, Nuno (2006) *O Poder da Arte - O Estado Novo e a Cidade Universitária*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.

<sup>3</sup> CONSTANTINO, Susana (2017) *Monumentalidade Moderna - As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais no Pós-Guerra*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

<sup>4</sup> BANDEIRINHA, José António de Oliveira (1998) *Os Edifícios da Associação Académica e o Teatro de Gil Vicente*. in: Revista Monumentos - Dossier Universidade de Coimbra (8): 83 -87.

<sup>5</sup> BANDEIRINHA, José António Oliveira (2013) *O Estádio Universitário de Coiimbra*. in: Catálogo de Exposição EUC 50 Anos.

<sup>6</sup> FARIA, José Santiago (2006) *A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra*. in: Revista Monumentos - Dossier Coimbra da Rua da Sofia à Baixa (25): 130-137

desenvolvimento da investigação que se adequasse à produção já existente.

A baliza cronológica definida coincide com integração de Alberto José Pessoa, ainda enquanto estudante de arquitetura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, na Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra no ano de 1942 (ROSMANINHO 2006, p.231) e culmina no ano de 1965, ano em que Pessoa elabora o seu último projeto para a cidade de Coimbra, a Remodelação do Mercado Municipal D. Pedro V, tendo este sido novamente retomado no ano de 1983 (CORTEZ 2013, p.8) e concluído já após o falecimento do arquiteto. A delimitação geográfica e cronológica desta investigação foi também influenciada pela Prova Final de Raúl Filipe Tavares Roque Saúde “*Alberto Pessoa | Figueira da Foz, 1963-1985*”<sup>1</sup>, esta foi bastante pertinente pois acaba por ser um seguimento do trabalho aqui desenvolvido, dando um amplo vislumbre do trabalho de Pessoa fora da capital.

Nesta perspetiva, e no decorrer da tematização do trabalho, procedeu-se a uma extensa pesquisa e análise de informação já produzida sobre as obras a tratar.

A temática *Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra – CAPOCUC*, é aquela que se encontra mais bem documentada e desenvolvida, com diversos trabalhos publicados sobre a mesma. São de referir as dissertações de Nuno Rosmaninho “*O Poder da Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*”<sup>2</sup> e de Susana Constantino “*Monumentalidade Moderna: As Instalações de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais no Pós-Guerra*”<sup>3</sup>, como leitura essencial para a compreensão deste tópico; de salientar também são os artigos escritos por José António Bandeirinha relativos às Instalações Académicas e ao Estádio Universitário de Coimbra<sup>4</sup>, sendo o primeiro possível encontrar na Revista Monumentos (nº 8)<sup>5</sup>, dedicada à Cidade Universitária de Coimbra.

Outra fonte fundamental para análise da obra de Pessoa na CAPOCUC é o espólio que se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra e onde é possível

<sup>4</sup> BANDEIRINHA, José António Oliveira (2013) *O Estádio Universitário de Coimbra*. in: Catálogo de Exposição EUC 50 Anos.

<sup>5</sup> BANDEIRINHA, José António de Oliveira (1998) *Os Edifícios da Associação Académica e o Teatro de Gil Vicente*. in: Revista Monumentos - Dossier Universidade de Coimbra (8): 83-87.

<sup>6</sup> FARIA, José Santiago (2006) *A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra*. in: Revista Monumentos - Dossier Coimbra da Rua da Sofia à Baixa (25): 130-137.

<sup>7</sup> AAVV (2008) *Anais do Município | 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 220. Ver: ata sessão camarária 47-BO/210.

encontrar documentação, peças desenhadas e memórias descritivas.

Em relação aos planos urbanísticos desenvolvidos para a cidade a informação torna-se mais escassa. Estes são referidos em diversas publicações, contudo, sem grande profundidade, o que torna a informação bastante redundante. Para esta temática foi essencial encontrar as memórias descritivas que apoiavam os desenhos do projeto, é de referir também o artigo do arquiteto José Santiago Faria “*A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra*” na Revista Monumentos (nº 25)<sup>6</sup>, onde sintetiza o Plano de Remodelação da Baixa de Alberto José Pessoa.

O Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra foi também essencial na reunião e análise de informação para a investigação, foi aqui descoberta a referência ao edifício situado na Avenida Fernão de Magalhães, através de uma Memória Descritiva encontrada numa ata de sessão camarária<sup>7</sup> e posteriormente os desenhos correspondentes, que, apesar de não datados, legendados ou classificados, é ainda assim possível verificar a sua autoria e reconhecer facilmente edifício representado. Lamentavelmente, este arquivo encontra-se sem fundos que possibilitem uma catalogação e arrumação da informação lá existente, pelo que se torna complicado a análise rigorosa da mesma. Foi também aqui, através da consulta dos Anais do Município e posterior comparação com a respetiva ata camarária, que foi possível averiguar a existência de um anteprojecto do arquiteto Alberto José Pessoa para um edifício de três andares na Rua dos Combatentes da Grande Guerra<sup>8</sup>. Infelizmente, na Câmara Municipal de Coimbra, não se encontrou nenhuma referência a este anteprojecto e, portanto, não foi possível averiguar se a obra foi edificada e a sua exata localização.

Diante destes propósitos, o presente trabalho articula-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo sintetiza o percurso pessoal e profissional de Alberto José Pessoa, abordando de forma generalizada as obras por ele realizadas, através da recolha, leitura e cruzamento da informação encontrada em diversos artigos, livros e trabalhos académicos. Esta informação encontrava-se bastante dispersa

<sup>8</sup> AAVV (2008) *Anais do Município*  
| 1960-1969. Coimbra: Câmara  
Municipal de Coimbra. p. 318-319.  
Ver: ata sessão camarária ?-BO/223.



tendo sido importante e necessário criar uma visão alinhada da sua trajetória e evolução profissional. Este capítulo permite-nos entender os percursos pelos quais vai optando ao longo da sua carreira, a sua paixão pelas artes plásticas e o panorama sociocultural e arquitetónico que se vinha a desenrolar na época, procurando compreender o cenário em que os seus projetos foram concebidos.

Nos capítulos seguintes serão analisadas mais profusamente as obras de Alberto José Pessoa na cidade de Coimbra. O capítulo dois trata da obra do arquiteto Alberto José Pessoa no âmbito da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra no período compreendido entre as décadas de 1940 a 1960, fazendo, primariamente, uma pequena introdução a este plano monumental e depois subdividindo-o em dois subcapítulos. No subcapítulo 2.1, é feita uma síntese dos três primeiros edifícios de Alberto Pessoa para a Alta da Cidade, durante as décadas de 1940 e 1950, são estes a Biblioteca Geral e Arquivo da Universidade e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No subcapítulo 2.2, são analisadas as obras das Instalações Académicas e Campus Desportivo de Santa Clara, edifícios desenvolvidos entre meados da década de 1950 e 1960.

No terceiro capítulo são apresentados os estudos e planos urbanísticos desenvolvidos pelo arquiteto Alberto José Pessoa a pedido camarário, estes são delineados no final da década de 1950, nunca chegando a ser concluídos.

No capítulo quatro são identificadas obras cuja informação é mais precária, inclusive revelando alguns projetos nunca antes referidos ou analisados, como é o caso do edifício na Avenida Fernão de Magalhães e o anteprojeto do edifício para a Rua dos Combatentes da Grande Guerra, ambos desenvolvidos já durante a década de 1960.

Por fim, apresentam-se ainda três anexos, o primeiro consiste numa cronologia das obras, estudos, exposições, congressos, etc. em que Alberto José Pessoa participou contribuindo para uma visualização global do seu percurso enquanto profissional, sendo possível que este se encontre incompleto. O



segundo anexo consiste na reunião de documentos transcritos, nomeadamente as Memórias Descritivas dos Planos Urbanísticos que o arquiteto desenhou para Coimbra e também extratos retirados dos Anais do Município e respetivas atas. O terceiro e último anexo é composto por peças desenhadas que complementam o capítulo três e quatro. Estas peças consistem na planta do Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea e nos alçados e corte transversal do edifício de serviços e habitação localizado na Avenida Fernão de Magalhães, este último nunca antes publicado.

Com este trabalho pretende-se, portanto, fazer uma contextualização da obra de arquitetura de Alberto José Pessoa na cidade de Coimbra e contribuir para o conhecimento dos seus projetos menos estudados, tornando este trabalho uma base de partida para outras pesquisas.

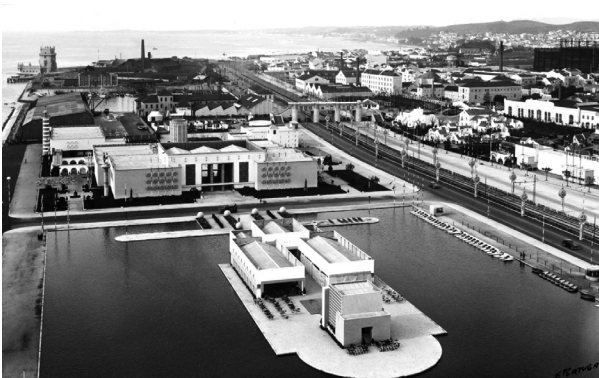


# Capítulo Um.

<sup>9</sup> Advogado e pintor modernista português opositor do regime fascista (1906-1977).

<sup>10</sup> AAVV (1996) *Arquitecto Alberto José Pessoa - 1919|1985. Catálogo da Mostra Expositiva*. Figueira da Foz: Assembleia Figueirense. p.15.

<sup>11</sup> Idem.



1 | Arlindo Vicente, Ilustração de Arlindo Vicente no livro *Maria do Mar*. (1928).

2 | Horácio Novais, Pavilhão das Diversões Náuticas, Pavilhão das Artes e Indústrias e Espelho de Água; Exposição do Mundo Português. (1940).

3 | Cartazes publicitários da Exposição do Mundo Português. (1940).

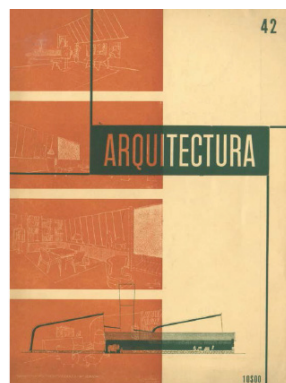
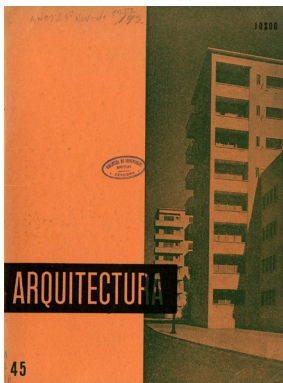
## Percurso Profissional

Alberto José Pessoa, nasce em Coimbra a 15 de Abril de 1919, filho de Alberto Cupertino Pessoa, médico e professor universitário e Ernestina Guardado Pessoa. Ainda nesta cidade frequenta o ensino secundário e dedica-se à pintura, como hobby. Em Outubro de 1927 realiza a sua primeira exposição, assinando como Alberto José e em Maio de 1932 realiza uma exposição na Casa Amado, localizada na Rua Ferreira Borges, em conjunto com Arlindo Vicente<sup>9</sup>, advogado e pintor modernista do século passado, que, à data, estudava direito na cidade.<sup>10</sup>

Em Lisboa frequentará o curso de Arquitetura, diplomando-se em 1943 pela Escola de Belas-Artes, obtendo uma nota final de 17 valores (*MACHADO 2005, p.3*) e realizando o seu tirocínio no atelier do arquiteto Francisco Keil do Amaral, com quem desenvolverá diversas parcerias até 1953.<sup>11</sup>

Contudo, o jovem arquiteto desde 1942 tinha vindo a desenvolver a sua atividade profissional juntamente com o arquiteto Lucínio Guia da Cruz no Gabinete do Plano de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém,

<sup>12</sup> AAVV (1952). "A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur" in: Revista Arquitectura (45): 9-11.



4 | Capa Revista Arquitectura, nº 45. ( Novembro 1952).

5 | "A Experiência das Avenidas João XXI, Paris e Pasteur". Revista Arquitectura nº 45. (Novembro 1952).

6 | Capa Revista Arquitectura nº 44. (Setembro 1952).

7 | Capa Revista Arquitectura nº 42. (Maio 1952).

8 | Capa Revista Arquitectura nº 23-24. (Maio/Junho 1948).



desempenhando o cargo de arquiteto contratado, entre 1942 e 1944 e na Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, ambos sob orientação do arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo (*ROSMANINHO 2006, p.356*).

Na Cidade Universitária de Coimbra, foi responsável pela autoria dos edifícios do Arquivo da Universidade de Coimbra (1948); pela remodelação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1956), adaptando a antiga Faculdade de Letras do arquiteto Silva Pinto; pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1951); pelas obras de reconversão interior do edifício da Imprensa da Universidade de Coimbra (1948) e pela instalação provisória da sede da Associação Académica no Colégio dos Grilos (1949). Anos mais tarde, desenvolve os projectos do complexo das Instalações da Associação Académica de Coimbra (1962), que incluía o Teatro Académico de Gil Vicente e conceção do complexo desportivo do Estádio Universitário de Coimbra (1963), sendo estas duas últimas obras em estreita colaboração com João Abel Manta com quem mantinha atelier desde 1953. Essa parceria terminaria em 1976, ano em que passa a trabalhar com o arquiteto Luís Manuel Pessoa, seu filho. Foi também responsável pelo desenho do mobiliário dos edifícios da Faculdade de Letras, Biblioteca Geral, Arquivo e Associação Académica (*LOBO 2015, pp.156-173*).

Entre 1945 e 1947 desempenha o cargo de arquiteto da Câmara Municipal de Lisboa, onde realiza diversos estudos de urbanização (*AGAREZ 2005, p.277*), sendo talvez o mais significativo, ou pelo menos o mais reconhecido, o projeto desenvolvido para a Avenida Infante Santo. Foi também co-autor de outros projetos municipais em Lisboa, como é o caso do estudo da zona da Avenida Paris e Praça Pasteur<sup>12</sup>, em parceria com os arquitetos José Bastos, Raul Chorão Ramalho e Lucínio Guia da Cruz.

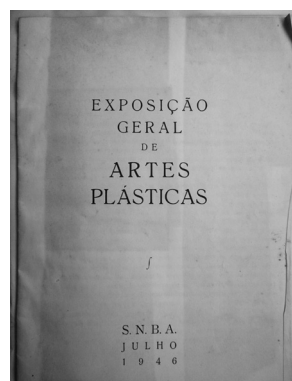
Como afirma Paula Machado:

*“estes são claros exemplos de um urbanismo e arquitetura em transição, com os seus quarteirões semi-abertos, de traseiras ajardinadas e equipamentos*

<sup>13</sup> “O grupo era constituído por cerca de trinta arquitetos.” TOSTÕES, Ana (1997) in: *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: Publicações FAUP.

<sup>14</sup> “(...) uma geração fundamentalmente política, cuja luta pela modernidade se estendia à arquitetura mas era, acima de tudo, uma luta de oposição ao regime.” in: CONSTANTINO, Susana (2017) *Monumentalidade Moderna - As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais no Pós-Guerra*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC. p. 151-152 - Ver nota 8.

<sup>15</sup> 2ª série da Revista Arquitectura.



9 | Mário Novais, II Exposição de Artes Plásticas. (1947).

10 | Participantes da EGAP. (s.d.).

11 | Capa Catálogo da I Exposição de Artes Plásticas. (1946).

*coletivos, constituindo estas experiencias municipais lisboetas as primeiras a romper significativamente com a arquitetura de tradição oficial, ditada pelo regime do Estado Novo.”(MACHADO 2005, p.3)*

Alberto Pessoa terá um papel ativo no meio da classe de arquitetos da nova geração (TOSTÕES 1997, p.68) empenhados na difusão do Movimento Moderno em Portugal e será um dos sócios fundadores do grupo de Iniciativas Culturais Arte e Técnica<sup>13</sup>– ICAT – constituída em Março de 1947.

Este grupo, centrado em torno da figura do arquiteto Francisco Keil do Amaral, dinamizará iniciativas de resistência política e cultural ao regime vigente na época, criticando o artificialismo do “portuguesismo” forçado dos edifícios do Estado Novo (BRITES 2017, p.100-113). Um dos objetivos do grupo Iniciativas Culturais Arte e Técnica era a divulgação e defesa dos pontos de vista profissionais relacionados com os “*problemas do contexto social e económico da produção da arquitetura*”. (PORTAS 1973, p.733-736)

No ano de 1948, o ICAT dá início ao processo de renovação da revista *Arquitectura*, existente desde 1927 (CONSTANTINO 2017, p.151), sendo o seu principal objetivo, segundo o arquiteto João Simões numa entrevista dada ao *Jornal dos Arquitectos* no ano de 1989, o de conseguir uma revista independente que pertencesse ao grupo e funcionasse como instrumento de afirmação identitária.<sup>14</sup> Até 1957 este grupo manter-se-á à frente da revista *Arquitectura*<sup>15</sup>, contribuindo para a disseminação de projetos internacionais de índole moderna, em parte como sinal de um grupo profundamente politizado usando a arquitetura como oposição ao regime vigente.

Entre Agosto de 1949 e Fevereiro de 1957, a revista será editada sob direção de Alberto José Pessoa, que, nesta época já tinha uma prática reconhecida e era uma presença assídua em eventos de relevância para a classe profissional que o representava, nomeadamente nas Exposições Gerais de Artes Plásticas, no Congresso Nacional dos Arquitectos e na direção do Sindicato Nacional de Arquitectos.

<sup>16</sup> Lista de artistas plásticos e arquitectos que subscreveram a petição. in: d'ALMEIDA, Patrícia Bento (2013) *Bairro(s) do Restelo - Panorama Urbanístico e Arquitectónico*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.. p.377. Ver notas 554 e 555.

<sup>17</sup> d'ALMEIDA, Patrícia Bento (2013) *Bairro(s) do Restelo - Panorama Urbanístico e Arquitectónico*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. p.377. Ver notas 556.



12 | Horácio Novais, Moradia do Exmo. Sr. Dr. Cantante da Mota. (1947).

13 | Mário Novais, Conjunto habitacional da Avenida Infante Santo. (s.d.).

14 | Mário Novais, Hotel Infante Santo. (1957).

O ICAT estava também bastante ligado à dinamização da integração de todas as artes plásticas, assim, participou na organização das Exposições Gerais de Artes Plásticas (1946-1956), mostras multidisciplinares que incluíam obras de pintura, escultura e arquitetura e promoveu igualmente o inquérito à arquitetura popular em Portugal (TOSTÕES 1997, p.21).

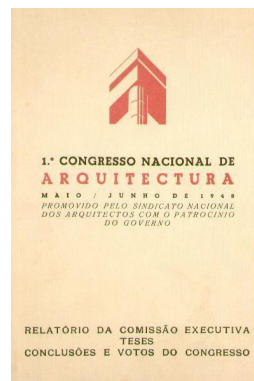
Podemos denotar que a paixão de Pessoa pela arte não esmoreceu ao longo dos anos. Segundo a tese de Patrícia Bento d'Almeida, em 1946, o arquiteto e vereador Vasco Regaleira teria sugerido a integração das artes plásticas nas obras arquitetónicas, incitando a colaboração entre arquitetos, escultores e pintores, sendo que, apenas no ano seguinte, em 1947, surgiu esta discussão no VI Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM – em Inglaterra. No ano de 1954, um amplo conjunto de artistas plásticos e arquitetos<sup>16</sup>, entre eles Alberto José Pessoa, elaboraram um abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal de Lisboa - “*Artistas Plásticos Portugueses – Exposição pedindo à Câmara que os chame a colaborar com Arquitetos na elaboração dos seus projetos de construções*”<sup>17</sup> – numa tentativa de que esta se compromettesse a estabelecer o recurso a artistas plásticos para construção de uma qualquer obra de arquitetura, no entanto, o parecer emitido pela mesma foi de que tal condição só seria imposta no caso de se tratar de uma encomenda camarária (d'ALMEIDA 2013, p.376-377).

Também em 1946, aquando da I Exposição Geral de Artes Plásticas – EGAP, Alberto José Pessoa apresenta os projetos “*Um Hotel de Férias*”, “*Moradia na Encosta da Ajuda*”, “*Laboratórios Leseque*” e “*Casa de Férias*”, mais tarde exporá também, na V Exposição Geral de Artes Plásticas, em 1950, a “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Adolfo Bravo*” e “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Cantante da Mota*”, ambas localizadas no Bairro do Restelo na Encosta da Ajuda (d'ALMEIDA 2013, p.312) e em 1956, na X EGAP apresentará os projetos “*Hotel em Luanda*”, projeto em parceria com João Castilho e “*Um prédio de apartamentos em Lisboa*” (AGAREZ 2005, p.278). Estas Exposições Gerais de Artes Plásticas eram um dos pontos de encontro entre a classe artística da época e aqui foram estabelecidos

<sup>18</sup> d'ALMEIDA, Patrícia Bento (2015) *Bairro(s) do Restelo - Panorama Urbanístico e Arquitectónico*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. p.312. Ver nota 310.

<sup>19</sup> "Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura" - Arquivo Municipal de Lisboa. Núcleo Arco do Cego.

<sup>20</sup> d'ALMEIDA, Patrícia Bento (2015) *Bairro(s) do Restelo - Panorama Urbanístico e Arquitectónico*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. p.277. Ver nota 187.



15 | Organização dos Arquitectos Modernos. (s.d).

16 | Fotografia de grupo dos Participantes no I Congresso Nacional de Arquitectos. (1948).

17 | I Congresso Nacional de Arquitectos. (1948).

diversos contactos entre arquitetos e artistas plásticos que dariam origem às mais vastas colaborações entre ambos.

No ano de 1947 estabelece atelier em nome próprio na Avenida Guerra Junqueiro, em Lisboa, e em 1953 associa-se ao arquiteto e cartoonista João Abel Manta. Juntos, para além dos edifícios já referidos anteriormente, projetam também o conjunto residencial para a Avenida Infante Santo, juntamente com Hernâni Gandra, cujo bloco 2 do número 70 foi laureado com o Prémio Municipal de Arquitetura de Lisboa em 1957<sup>18</sup>. No entanto, já em 1950, a obra de Alberto Pessoa tinha sido distinguida, tendo ganho o Prémio Valmor pelo projeto para a “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Cantante da Mota*”, na Rua Duarte Pacheco Pereira, numero 37, projeto de 1947 que, devido às imposições do regime, seguia os cânones tradicionais da casa portuguesa<sup>19</sup>. Já em 1946, o seu projeto para a moradia da Rua São Francisco Xavier, número 6, no Bairro do Restelo, havia sido selecionado como um possível vencedor do prémio do ano de 1950, seguindo também um gosto pela imagem tradicionalista vigente (*d’ALMEIDA 2013, p.258*).

Numa época em que o regime governamental ditava os seus ideais por toda a nação, impondo uma linguagem nacionalista na Arquitetura Portuguesa, representante de um poder firme e absoluto, começa também a ser proclamada em Portugal a regeneração destes mesmos conceitos arquitetónicos e urbanísticos, seguindo os princípios racionalistas de Arquitetura Moderna e tendo como bandeira a Carta de Atenas, revelando uma forte vontade de mudança no discurso disciplinar do país (*CONSTANTINO 2017, p.151*). Assim, em Maio de 1948, realiza-se em Lisboa o I Congresso Nacional de Arquitetura, onde compareceram 140 arquitetos<sup>20</sup>, entre os quais Alberto José Pessoa.

Algumas das participações aqui apresentadas e com maior repercussão tiveram origem no seio do grupo Iniciativas Culturais Arte e Técnica, mas também na Organização de Arquitetos Modernos – ODAM – grupo com iniciativas semelhantes às do ICAT, sediado na cidade do Porto.

Como afirma Nuno Portas, este evento permitiu aos arquitetos portugueses

<sup>21</sup> CONSTANTINO, Susana (2017) *Monumentalidade Moderna - As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais no Pós-Guerra*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC. p. 151. Ver nota 5.



18, 19 e 20 | Horácio Novais, Instalações Académicas de Coimbra (s.d.)



*“(...) apresentar à classe profissional e ao governo uma imagem de unidade sobre dois pontos importantes: a rejeição do Português Suave e a chamada de atenção para o gravíssimo problema da habitação e o papel da arquitetura e urbanismo modernos na sua solução.” (PORTAS 1973, p.733-736)*

As suas participações defendiam o papel dos arquitetos *“enquanto interveniente na melhoria da qualidade de vida das populações, pondo em prática uma arquitetura modernista, que traduzisse as necessidades espirituais e materiais do homem e da sua comunidade”*<sup>21</sup>.

Apesar de este ser um evento organizado pelo Ministério das Obras Públicas, o Congresso Nacional irá servir como uma *“rampa de lançamento”* para uma crítica à *“sentida imposição do Estado no exercício da arquitetura e de contestação ideológica a muitas das políticas públicas do regime”* (CONSTANTINO 2017, p. 151). No mesmo ano, Pessoa, integrará a Mesa da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitetos presidida pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (1948 e 1950) e pelo arquiteto Inácio Perez Fernandes (1951 até 1956).

A partir do ano de 1948, pós-Congresso Nacional de Arquitetos, podemos observar uma mudança no traço do arquiteto Alberto Pessoa. Citando Nuno Rosmaninho, se até aí Pessoa havia realizado uma arquitetura conivente com o regime, como observamos nos edifícios da Faculdade de Letras e Biblioteca Geral da Cidade Universitária de Coimbra, depois, graças ao Congresso mas também aos contactos mantidos com o arquiteto Francisco Keil do Amaral, abandona a monumentalidade em favor dos *“jogos de planos”*, da *“harmonização”* e da *“simplicidade”*.

Seguindo as instruções de Cottineli Telmo e Cristino da Silva, após o falecimento do primeiro, marcadas pela monumentalidade classicizante, acaba por desenvolver uma estética de índole moderna, impondo-a ainda no Plano da Cidade Universitária de Coimbra, no complexo das Instalações da Associação Académica de Coimbra (ROSMANINHO 2006, p. 355). Na opinião de José António Bandeirinha já era possível detetar o génio de Pessoa nos *“primeiros rasgos*



21 e 22 | Horácio Novais, Sede da  
Fundação Calouste Gulbenkian  
(1969)

*de alforria projetual*” na “*sublime formalização de pormenores e, sobretudo, do mobiliário*” da Faculdade de Letras e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BANDEIRINHA 1998, pp. 83-87).

Em 1953, Alberto José Pessoa dedica-se também ao ensino, lecionando, na qualidade de professor-assistente do Professor Cristino da Silva, a cadeira de Projeto, até 1962, na Escola de Belas-Artes de Lisboa. No mesmo ano participará no III Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em Lisboa.

Anos mais tarde, em 1958, apresenta o “*Conjunto Urbano da Avenida Infante Santo*” na exposição itinerante *Contemporary Portuguese Architecture* (AGAREZ 2005, p. 278).

Em finais dos anos 50 abre concurso para a construção de um novo polo dinamizador da cidade de Lisboa, um edifício que unisse a arte e a natureza, a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian. Sendo um concurso fechado, para desagrado do Sindicato Nacional de Arquitetos, foram convidados a participar três equipas de arquitetos das gerações mais jovens, o que representou uma clara intenção de criar um edifício moderno, que demonstrasse o melhor potencial da arquitetura portuguesa de meados do século XX (TOSTÕES 2015, p. 15).

Segundo a arquiteta Ana Tostões, a 20 de Março de 1960, o júri, composto por Leslie Martin, Franco Albini, Carlos Chambers Ramos, Francisco Keil do Amaral, Maria José de Mendonça e Luís Maria Nolasco de Guimarães Lobato, apresentam ao Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian o “*Relatório de Apreciação dos Três Estudos de Ante-Projecto da Construção da Sede e Museu*” (TOSTÕES 2015, p. 18), deliberando por unanimidade a escolha da solução A, apresentada pela equipa de arquitetos cujos integrantes eram Alberto José Pessoa, Pedro Braamcamp Freire Cid e Ruy d’Athougua. As restantes equipas eram constituídas pelos arquitetos Frederico George, Manuel Cristóvão Laginha, Arnaldo Araújo e Arménio Losa, Sebastião Formosinho Sanchez, Luís Pádua Ramos.

O conjunto arquitetónico integrava áreas reservadas à administração e

<sup>22</sup> in: <https://gulbenkian.pt/fundacao/sede/>

<sup>23</sup> SAÚDE, Raúl Filipe Tavares Roque (2001) *Alberto Pessoa | Figueira da Foz, 1963-1985*. Prova Final para conclusão da licenciatura em arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.



23 | Catarina Vaz Martins, Esplanada Silva Guimarães, Figueira da Foz (2018)

24 e 25 | Catarina Vaz Martins, Urbanização do Vale das Abadias e Ponte do Galante. Célula C, Figueira da Foz (2018)

serviços, um auditório, espaços para exposições temporárias, zona de congressos e edifício para albergar o Museu Gulbenkian e a Biblioteca de Arte. Os jardins ficaram a cargo da equipa de arquitetos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e António Barreto. O júri havia deliberado que a solução selecionada era aquela que melhor cumpria “*as condições estabelecidas no programa e, de um modo geral, a sua conceção satisfaz, com eficiência, as exigências dos Serviços a instalar*”.

(TOSTÕES 2015, p. 15)

A Sede e Fundação Calouste Gulbenkian é inaugurada em Outubro de 1969 e viria a ser-lhe atribuído o Prémio Valmor de 1975 e é já no século XXI, no ano de 2010, que esta obra passa a ser considerada Monumento Nacional, sendo a primeira obra contemporânea a ser considerada património em Portugal.<sup>22</sup>

A partir do início da década de 1960 e até meados dos anos 80, Alberto Pessoa ocupa o cargo de Arquiteto-Consultor da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Deste período podemos destacar os seus estudos e planos urbanísticos para esta cidade, nomeadamente o “*Plano Geral de Urbanização da Figueira da Foz*” (1962) e sua revisão (1978), em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva, o “*Estudo de Urbanização do Vale das Abadias e Ponte do Galante*” (1964), em colaboração com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles; o “*Estudo Arquitetónico da Esplanada Silva Guimarães*” (1982), também em parceria com Mário Graça Pereira da Silva<sup>23</sup>; a “*moradia do Dr. Azevedo Guimarães*” (MACHADO 2005, p. 3); o “*Plano de Urbanização da Marginal Oceânica desde o Forte de Santa Catarina a Buarcos*” (1984), em colaboração com Mário Pereira da Silva e com o arquiteto paisagista Costa Pardal; e o programa-base de um Complexo Turístico “*Aproveitamento Turístico do Pinhal de Sotto Mayor*” (1974) para a Sociedade Figueira Praia S.A.R.L., em parceria com Gonçalo Ribeiro Telles, composto por Aparthotel, Centro de Congressos e Instalações Desportivas; assim como numeroso “*Estudos de Urbanização*” e “*Planos de Pormenor*”, dando origem a uma situação pouco usual, de um único arquiteto propor quase em exclusividade o desenho da cidade (SAÚDE 2001, p. 103).

<sup>24</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra | 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 154. Ata BO/201-48.

<sup>25</sup> PESSOA, Alberto José (1959) “*Quinta da Várzea - Estudo de Urbanização*”. Arquivo Histórico da Direção Geral do Território.

<sup>26</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra | 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 154. Ata BO/201-48.

<sup>27</sup> Idem. p. 318-319. Ata BO/223.



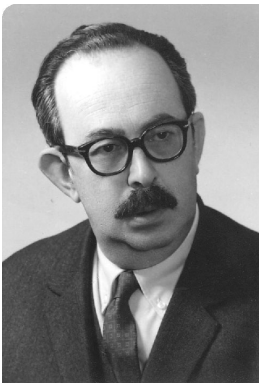
<sup>26</sup> | Avenida Fernão de Magalhães (s.d.)

<sup>27</sup> | Eduardo Varela Pécuro, Cidade de Coimbra vista de Santa Clara (s.d.)

Na sua cidade natal, Coimbra, Alberto José Pessoa, como foi anteriormente referido, havia vindo a desenvolver produção desde os anos 40. Efetuou diversos trabalhos integrados nas obras da nova Cidade Universitária, a cargo da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, mas também diversos projetos de encomenda camarária, que serão mais aprofundados no segundo capítulo da dissertação.

São de referir os diversos estudos urbanísticos encomendados a Pessoa, nomeadamente os “*Estudos Parciais da zona da Avenida Fernão de Magalhães, Avenida João das Regras e zona do Estádio Universitário*” (1954) (SILVA 1981, p. 310); o “*Estudo Urbanístico da Avenida Fernão de Magalhães*” (1955) (SILVA 1981, p. 335); o “*Plano de Remodelação de uma Zona da Baixa*” (1956) (SILVA 1981, p. 373), que mais tarde viria a ser revisto, em 1958, prevendo a instalação de uma Biblioteca Municipal, renovação do Mercado Central e o novo edifício dos CTT (SILVA 1981, p. 335); o “*Projeto de Remodelação da Zona compreendida entre a Avenida Sá da Bandeira e a Praça 8 de Maio*” (1960)<sup>24</sup>, projeto já com 3 anos de atraso e onde voltava a ser prevista a instalação da Biblioteca Municipal e renovação do Mercado Municipal; o “*Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea*” (1960)<sup>25</sup> em co-autoria com João Abel Manta; “*Plano de Remodelação da Baixa – Avenida Fernão de Magalhães*” (1962), mais conhecido como o Plano para a Avenida Central e “*Estudo-base dos edifícios sujeitos a módulo do lado nordeste do Plano de Remodelação da Baixa-Avenida Fernão de Magalhães*” (1962)<sup>26</sup>; o “*Ante-projecto do edifício a construir na Rua dos Combatentes da Grande Guerra*” (1965)<sup>27</sup>, num terreno pertencente à sua mãe e a “*Remodelação do Mercado Central*” (1965), projeto que só viria a ser executado nos anos 80 (CORTEZ 1981, p. 85), aquando da nova revisão do mesmo e só viria a ser finalizado um ano após a sua morte.

Como afirma José António Bandeirinha, é realmente impossível dissociar o início da atividade profissional de Alberto Pessoa das suas funções enquanto arquiteto das obras da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade



28 | Retrato de Alberto José Pessoa (s.d.)

29 | Mário Novais, Edifício de habitação plurifamiliar em Campo de Ourique. (s.d.)

30 | Horácio Novais, Moradia no Bairro do Restelo (s.d.)



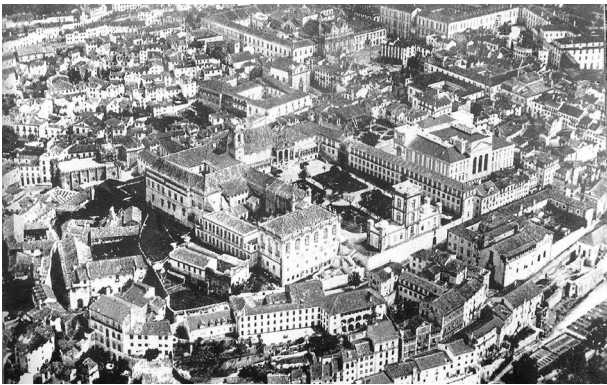
Universitária de Coimbra (*BANDEIRINHA 1998, p. 83-87*).

A multiplicidade de projetos executados, revela a sua evolução enquanto profissional, da Monumentalidade forçada pelo regime, até ao Movimento Moderno, evocado pelo panorama internacional. Este percurso de Alberto José Pessoa revela as suas influências e modelos, nomeadamente as oportunidades de trabalho camarárias; importantes obras para o regime, em colaboração com outros arquitetos que acabaram por ter uma tremenda influência na sua obra e com quem manteve contacto, participação em Congressos e Exposições, para além dos contactos que reuniu quer com pessoas da mesma classe profissional quer com artistas plásticos. O seu amor à arte podia ser já vislumbrado em tenra idade, como foi referido no início do capítulo, quando refiro as suas primeiras exposições de pintura, o seu hobby.

Alberto José Pessoa vem a falecer em Lisboa, a 26 de Março em 1985, aos 65 anos de idade.



## **Capítulo Dois.**



31 | Vista Aérea da Alta de Coimbra - pré demolições (s.d.)

32 | Alta de Coimbra - durante as demolições da CAPOCUC (s.d.)

## A Cidade Universitária de Coimbra

Na década de 1930, anuncia-se a construção de um novo campus universitário em Lisboa. A Academia Conimbricense logo reage a este anúncio, reivindicando também para a sua cidade uma renovação das antigas instalações universitárias, que eram ainda as mesmas que tinham sido definidas aquando da reforma pombalina da Alta, no século XVIII, as quais se tinham tornando insuficientes e inadequadas (*CONSTANTINO 2017, pp. 64-75*).

A primeira comissão para as obras da Cidade Universitária de Coimbra é criada no ano de 1934, constituída por professores da Universidade que ficariam responsáveis pela elaboração de um projeto base de intervenção, com o acompanhamento dos arquitetos Raul Lino e Luís Benavente. Neste primeiro plano ficou assente a intenção de manter a localização existente, fazendo apenas pequenas demolições de edifícios privados e ponderadas algumas expansões dos edifícios.

No início da década de 1940, forma-se uma nova comissão a que se dá o

<sup>28</sup> CONSTANTINO, Susana (2017) *Coimbra e o Valor Identitário da Retórica do Estado Novo*. in: DEARQ.- Ciudad, Literatura y Arquitectura en Portugal (21): 64 - 75. Ver nota 14.



33 | Velha Alta de Coimbra - atual Rua Larga (s.d.)

34 | Velha Alta de Coimbra - Leitaria Académica (1942)

35 | Cortejo Queima das Fitas na Velha Alta - Atual Rua Larga (1944)

nome de Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. José Ângelo Cottinelli Telmo foi o arquiteto escolhido por Duarte Pacheco para liderar a reformulação do plano de obras da Cidade Universitária de Coimbra. Este desenvolveu o seu plano geral e dirigiu os projetos parcelares entre os anos de 1941 e 1948, data da sua morte, tendo esta função sido posteriormente delegada a Luís Cristino da Silva, até 1966, arquiteto que seguiu as orientações de Cottinelli Telmo, empregando o sentido monumental tão caro ao regime. Em Março de 1967 o cargo é ocupado pelo arquitecto João Filipe Vaz Martins. (ROSMANINHO 2006, p.352).

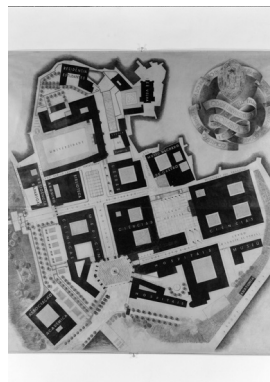
A alta da cidade de Coimbra começa então a ser arrasada para dar lugar ao futuro campus universitário, com os seus largos arruamentos e edifícios monumentais destinados às diversas faculdades. Assim se dá início à maior e mais significativa revolução urbana e arquitetónica do regime vigente.

A ideia inicial de simplesmente renovar as instalações universitárias é abandonada, dando agora lugar a um plano desenhado maioritariamente de raiz, aproximando-o das propostas urbanas desenvolvidas por Benito Mussolini para a reconversão dos centros históricos em Itália, onde se destruíram os centros medievais das cidades a favor de uma composição formalista profundamente clássica.<sup>28</sup>

A antiga alta da cidade era um espaço onde confluíam funções universitárias, residenciais e comerciais, um espaço insalubre e sem desenho, derivado ainda da velha cidade medieval. A Câmara Municipal de Coimbra há décadas que lutava contra este espaço, assim, a escolha deste local para a edificação da Cidade Universitária permitiu uma razia do mesmo, demolindo cerca de duzentos imóveis, quatro colégios, o observatório astronómico, vestígios de duas torres de menagem e da muralha do castelo, uma igreja de raiz visigótica e o arco do aqueduto quinhentista (ROSMANINHO 2018, p. 45-47), usando ideologias higienistas para o efeito e o anseio pela monumentalidade Estadonovista.

Nuno Rosmaninho, um dos autores que mais estudou todo o processo da

<sup>29</sup> CONSTANTINO, Susana (2017) *Coimbra e o Valor Identitário da Retórica do Estado Novo*. in: DEARQ.- Ciudad, Literatura y Arquitectura en Portugal (21): 64 - 75. Ver nota 14.



36 | Città Universitaria di Roma La Sapienza (1938)

37 | Rettoratto - Città Universitaria di Roma La Sapienza (1932)

38 | Estudio Novais, Plano para a Cidade Universitária de Coimbra de Cottinelli Telmo (1942)



CAPOCUC e sua relação com a Alta de Coimbra, afirma que a melhor maneira de conhecer a antiga Alta universitária destruída pelo regime, é através das diversas fotografias que podemos encontrar em arquivos privados, históricos ou mesmo em postais. Através destas foi possível enumerar as diferentes finalidades das lojas e oficinas, arrasadas pelas sistemáticas demolições, para a construção do novo plano urbano. Existiam diversas mercearias, tabernas, padarias, leitarias, barbearias, farmácias, papelarias, tabacarias, livrarias, funerárias, alfaiatarias, sapatarias, modistas, tipografias, relojarias, pensões, cafés e bilhares, consultórios médicos e mercenarias. Pelo diverso número de funções associadas aos diferentes edifícios, podemos deduzir o quão dinamizado, “cheio de vida” e de urbanidade, se assim podemos chamar, deveria ser aquele espaço, contrastando claramente com o que se passa hoje em dia, devido ao carácter monofuncional dos edifícios existentes, que fora do horário escolar, se encontram invariavelmente desertos.

Apesar da pequena dimensão do espaço escolhido para a implantação do novo plano, o Estado e os arquitetos impuseram-lhe um urbanismo monumental e simétrico, que levou mais de três décadas a ser concluído: Arquivo (1948), Faculdade de Letras (1951), Faculdade de Medicina (1956), Departamento de Matemática (1969), Departamento de Física e Química (1975), ficando ainda por construir o hospital e o grandioso pórtico que teria “*coroadado a linguagem monumental e classizante do conjunto*”. (ROSMANINHO 2018, pp. 45-47)

O plano é diretamente influenciado pelo modelo concebido para o campus universitário La Sapienza, em Roma. Esta influência denota-se no seu desenho urbano, que confere o carácter monumental ao conjunto, pela organização a partir do eixo central da Rua Larga e da conseqüente simetria da composição.<sup>29</sup>

Em Agosto de 1942 (CONSTANTINO 2017, pp. 64-75), o jovem arquiteto Alberto José Pessoa, então ainda estudante de arquitetura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, integra a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, sob orientação do arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo e, após o trágico e inesperado falecimento deste, em 1948, sob

<sup>30</sup> ROSMANINHO, Nuno (2006) *O Poder da Arte - O Estado Novo e a Cidade Universitária*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.

<sup>31</sup> ROSMANINHO, Nuno (1996) *Princípio de uma "Revolução Urbanística" no Estado Novo - Os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra, 1934-1940*. Coimbra: Minerva.

<sup>32</sup> ROSMANINHO, Nuno (2015) *Coimbra e o Imaginário: a cidade entre o Romantismo e o Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.



39 | Postal - Cidade Universitária durante as obras da CAPOCUC (s.d.)

40 | Horácio Novais, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (s.d.)

41 | Horácio Novais, Largo D. Dinis (s.d.)

orientação do arquiteto Luís Cristino da Silva. O arquiteto viria a ser autor de diversos projetos para a Cidade Universitária de Coimbra, nomeadamente o Arquivo da Universidade, a Faculdade de Letras, a Biblioteca Geral, as Instalações da Associação Académica e o Complexo Desportivo do Estádio Universitário em Santa Clara.

Através da sua colaboração com a CAPOCUC, podemos reconhecer a evolução do seu percurso profissional. Inicialmente, até cerca de 1948, data da conclusão do Arquivo da Universidade, Pessoa desenvolve uma arquitetura inspirada nos modelos fascistas do regime, como podemos analisar nos edifícios da Faculdade de Letras e Biblioteca Geral, os primeiros edifícios a serem estudados. Esse ano marca também o ano da realização do I Congresso dos Arquitetos, e, segundo Nuno Rosmaninho, talvez esse acontecimento tenha contribuído para o facto de Alberto Pessoa ter abandonado a monumentalidade classicizante, (ROSMANINHO 2018, pp. 45-47) imagem ideológica do Estado Novo, em proveito dos “jogos de planos”, “da harmonização” e “da simplicidade” (CONSTANTINO 2017, p. 64-75), continuando contudo a seguir as instruções de Cottinelli Telmo e Cristino da Silva.

O arquiteto virá a desenvolver uma estética pessoal, de carácter moderno, que terá o seu auge no edifício das instalações da Associação Académica de Coimbra, no entanto, como afirma José António Bandeirinha, é já possível detetar “os primeiros rasgos de alforria projectual (...) na sublime formalização dos pormenores e, sobretudo, do mobiliário” da Faculdade de Letras e Biblioteca Geral (BANDEIRINHA 1998, pp. 83-87).

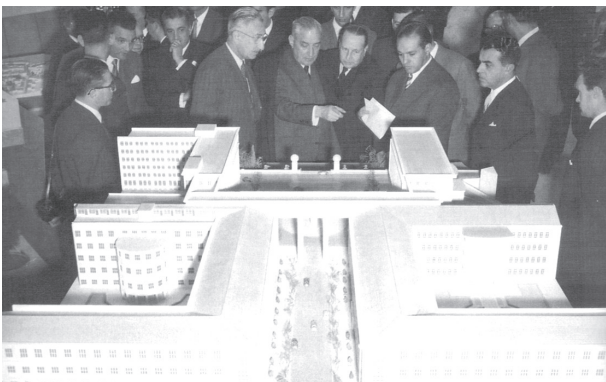
Relativamente aos estudos realizados acerca da cidade universitária de Coimbra, existem diversos investigadores que importa destacar.

Um dos investigadores com mais obra publicada é Nuno Rosmaninho, autor de “O Poder da Arte – o Estado Novo e a Cidade Universitária”<sup>30</sup>, “O Princípio de uma Revolução Urbanística no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra 1934-1940”<sup>31</sup> e de “Coimbra e

<sup>33</sup> CONSTANTINO, Susana (2017) *Monumentalidade Moderna - As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais no Pós-Guerra*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

<sup>34</sup> BANDEIRINHA, José António de Oliveira (1998) *Os Edifícios da Associação Académica e o Teatro de Gil Vicente*. in: Revista Monumentos - Dossier Universidade de Coimbra (8): 83 -87.

<sup>35</sup> LOBO, Susana (2015). *Risco Interior: O Desenho de Mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*. Catálogo Anozero '15. Coimbra: Almedina, SA.



42 | Eduardo Varela Pécuro. Foto aérea da Cidade Universitária e Instalações Académicas (s.d.)

43 | Salazar e Cristino da Silva discutem maqueta da Cidade Universitária (s.d.)

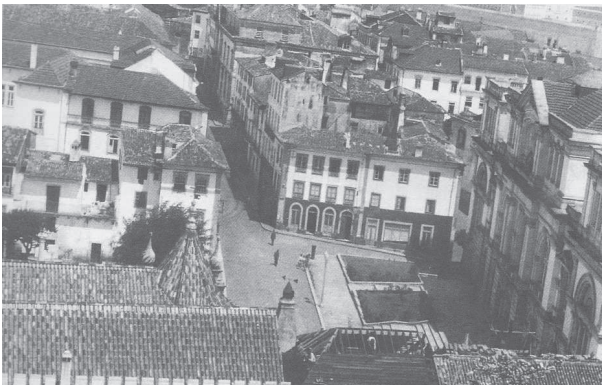
44 | Desenho perspético de Cottinelli Telmo (s.d.)

*o Imaginário: a cidade entre o Romantismo e o Estado Novo*<sup>32</sup>, assim como de diversos artigos.

Individualizando os edifícios da Cidade Universitária, existem diversos autores que os abordaram em artigos, e trabalhos académicos ou dissertações. Susana Constantino aborda o edifício das Instalações Académicas na sua tese de doutoramento *“Monumentalidade Moderna. As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitetura nos Centros Culturais do Pós Guerra”*<sup>33</sup>. Rosmaninho faz referência a este edifício no seu livro *“O Poder da Arte”*, afirmando que o seu interesse crítico floresceu durante a década de noventa, quando surgiram os primeiros estudos acerca do mesmo, apontando um trabalho escolar desenvolvido por alunos do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1992/1993, que documenta minuciosamente as diversas fases de desenvolvimento do projeto com recurso ao espólio pessoal de Alberto José Pessoa, e referenciando também José António Bandeirinha, que escreve um artigo onde analisa o processo de construção e os atributos estéticos da AAC (ROSMANINHO 2006, p. 176). Este artigo foi publicado na Revista Monumentos<sup>34</sup>, datada de Março de 1998, uma edição monográfica sobre a cidade de Coimbra, onde encontramos também mais artigos acerca da Cidade Universitária de Coimbra. É também de referir o estudo feito por Susana Lobo, sobre o mobiliário na Cidade Universitária, publicado no livro *“Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra”*<sup>35</sup>.

Para análise historiográfica dos edifícios, é também de grande interesse destacar os cadernos explicativos do processo de obra, publicados pelo Ministério das Obras Públicas aquando da inauguração destes, apresentando para além dos referidos textos explicativos, fotografias e desenhos.

No Arquivo da Universidade é possível encontrar fontes documentais que incluem todo o processo da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra que é de acesso público e uma fonte fundamental para o estudo desta temática.



45 | Praça da Porta Férrea antes das demolições da Alta de Coimbra. (s.d.)

46 | Praça da Porta Férre - Biblioteca Geral do lado direito e Faculdade de Letras do Lado esquerdo. (s.d.)

## Arquivo, Biblioteca Geral e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Os edifícios do Arquivo, Biblioteca Geral e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra constituem as três primeiras obras a serem projetadas e edificadas na nova Cidade Universitária, ainda na primeira metade dos anos 40 do século XX. Por este motivo, é nestes que mais se destaca a rigorosa simetria da fachada, obedecendo aos cânones clássicos monumentais favoráveis ao regime ditatorial do país.

Em conjunto com a Biblioteca Geral, o Arquivo da Universidade marca o arranque das obras da Cidade Universitária.

*“O desenho destes edifícios irá abrir o debate sobre o uso de alguns princípios formais modernos, como a importância da função na organização espacial ou a ausência da decoração ao serviço da monumentalidade.”* (CONSTANTINO 2017, p. 221).

A 5 de Outubro de 1943, começou a ser erigido o primeiro edifício do novo Plano da Cidade Universitária de Coimbra, o Arquivo Universitário, adjacente ao

<sup>36</sup> RODRIGUES, Augusto Manuel (1998) *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

<sup>37</sup> in: <http://worldheritage.uc.pt/pt/#facletras/>



47 | Antiga Faculdade de Letras do Arq. Silva Pinto. (s.d.)

48 | Praça da Porta Férrea antes das obras da CAPOCUC. (s.d.)



edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ambos projetados pelo arquiteto Alberto José Pessoa, sob rígida instrução do arquiteto-chefe José Ângelo Cottinelli Telmo. O Arquivo viria dar resposta às necessidades de conservação da documentação, e era, à época, a única instituição com instalações construídas de raiz para esse efeito.<sup>36</sup>

No início das obras houve diversas críticas à proposta de Cottinelli Telmo e Alberto Pessoa, que propunham o desaterro da Rua de São Pedro, de forma a que se proporcionasse o acrescento de dois pisos ao edifício. A Comissão Administrativa considerou que se tratava de um exagero esse aumento de dois pavimentos devido à cercia dos edifícios envolventes (*PINTO 2017, p. 91*). e o “*Diário de Coimbra*” chega a referir que seria um edifício de “*proporções monumentais*” (*ROSMANINHO 2006, p. 173*). Contudo, dado tratar-se de um edifício de localização secundária, isto é, situado fora do eixo principal na Rua Larga, a proposta foi aprovada pelo Conselho Superior de Obras Públicas.

Composto por seis pisos na totalidade, era contudo, um edifício de volume reduzido, com “*uma frontaria escassa e apenas três andares acima do solo*” (*ROSMANINHO 2006, p. 232*) e, devido a tal, foi difícil conseguir a tão almejada monumentalidade do regime, no entanto esta foi alcançada através das pilastras que emolduram o portal de entrada. O edifício encontra-se dividido em duas secções distintas<sup>37</sup>, é composto por uma zona principal, definida por quatro pavimentos destinados ao trabalho arquivístico, administração, serviços de consulta e atendimento ao público, dispondo para esse intuito de sala de leitura, sala de catálogo, sala de conferências e exposições temporárias e secretaria. A segunda zona é definida pela totalidade dos seis pisos, funcionando como depósito dos variados documentos e livros.

Exteriormente, o alçado do edifício, a nascente, não ostenta nenhuma abertura, por oposição, a fachada a sul “*apresenta uma composição contrastante: uma parte desprovida de aberturas e apenas com pilastras, outra, mais reduzida, fenestrada de um modo característico, evocando algumas soluções*



49 | Demolições durante as obras da Cidade Universitária. (s.d.)



50 | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em construção. (s.d.)

*nazis*” (ROSMANINHO 2006, p. 232), composta por janelas retangulares com molduras de pedra e entablamento simples, que fazem com que a sala de leitura seja bastante iluminada.

Em Outubro de 1947 o edifício do Arquivo da Universidade de Coimbra encontrava-se concluído. A transladação de toda a documentação fez-se entre 19 de Janeiro e 29 de Fevereiro do ano seguinte, em Março desse ano o Arquivo é transferido para o novo edifício e a documentação ficaria disponível para consulta a 9 desse mesmo mês. No entanto o edifício seria apenas inaugurado a 16 de Outubro de 1948.

Relativamente ao edifício adjacente ao Arquivo, a Biblioteca Geral, este seria edificado a partir de uma pré-existência, ocupando o lugar daquele que tinha sido o Colégio de São Pedro, depois Teatro Académico e por fim Faculdade de Letras, projeto de 1912 do arquiteto Silva Pinto.

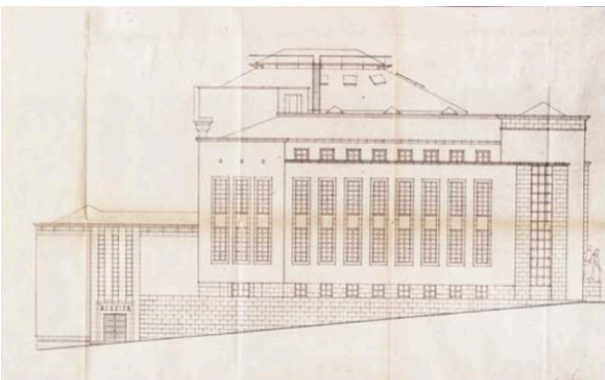
Para este edifício, Alberto José Pessoa propunha a reestruturação do uso do antigo edifício de modo a adapta-lo à nova função de Biblioteca Geral, reabilitando a pré-existência e alterando a sua organização espacial.

As primeiras propostas apresentadas pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra ao Conselho Superior de Obras Publicas não reuniram unanimidade. Este considerava que as fachadas deveriam ser mais trabalhadas, denotando uma resistência à falta de ornamentação e de vãos, salientando os amplos panos de fachada cegos, o CSOP apelava ainda a um “aportuguesamento” do edifício, tão apreciado pelo Estado Novo, para que melhor se conjugasse e harmonizasse com a envolvência, nomeadamente com o edifício da Porta Férrea (PINTO 2017, p. 92).

Este episódio levará a um interessante e peculiar debate entre Cottinelli Telmo, que assumiu a total responsabilidade pelo anteprojeto da Biblioteca Geral e o Conselho Superior de Obras Publicas, como é descrito e transcrito por Nuno Rosmaninho (ROSMANINHO 2006, p. 237), no seu livro *o Poder da Arte* e que passo a citar:

<sup>38</sup> PUBLICAS, Conselho Superior de Obras (1945) *Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas*. Processo 156 CAPOCUC. in: ROSMANINHO, Nuno (2006) *O Poder da Arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 237.

<sup>39</sup> TELMO, José Angelo Cottinelli (1945) *Exposição enviada ao Ministro das Obras Publicas*. Processo 156 CAPOCUC. in: ROSMANINHO, Nuno (2006) *O Poder da Arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 237.



51 | Arquivo da Universidade de Coimbra. (s.d.)

52 | Alçado do Arquivo da Universidade de Coimbra. (1944)

*“Quanto à expressão arquitetónica das fachadas, o Conselho julga que não foi atingido o objetivo (...) a expressão dada não se harmoniza inteiramente com o ambiente criado ao local pelas valiosas construções vizinhas (...). Também chama a atenção para as grandes extensões de paramentos inteiramente lisos, desprovidos de quaisquer vãos ou motivos em relevo (...) parece-lhe que (...) necessitam ser mais convenientemente cuidadas. (...) O Conselho exprime o voto que no projeto definitivo o assunto seja objeto dos maiores cuidados, procurando-se garantir a máxima harmonia do conjunto (...) com os aspetos tradicionais que a todo o custo importa respeitar e conservar.”<sup>38</sup>*

*“O Conselho Superior de Obras Publicas desejaria, possivelmente, que as fachadas fossem mais ricas, é o que supomos.*

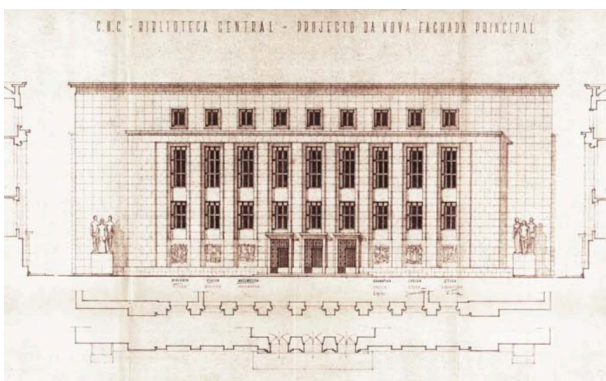
*Em cada época cada um fez o que caracterizava essa época. No pátio da Universidade estão representados todos os estilos? Se tivesse havido sempre o cuidado de harmonização que nos é pedido hoje, o referido pátio, aliás tão justamente apreciado, não seria a “manta de retalhos” que é.*

*Em que é que o manuelino se harmoniza com o barroco? Em qual dos estilos deseja o CSOP que projetemos a Biblioteca Geral e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra?*

*Deve uma grande massa de edificios projetada e construída agora, subordinar-se a pormenores de ornamentação de tempos idos? (...)”<sup>39</sup>*

As alterações feitas ao anteprojecto da fachada foram mínimas, um afinar de intenções. A solução encontrada para as fachadas, quer do edifício da Biblioteca Geral e Arquivo, quer da Faculdade de Letras, pretendia criar uma imagem de unificação do conjunto, de acordo com a premissa da arquitetura monumental de expressão moderna e nacionalista que Cottinelli Telmo defendia (CONSTANTINO 2017, p. 221). A primeira proposta dos arquitetos para os alçados já contemplava a integração das artes plásticas na arquitetura, nomeadamente a escultura, com

40 PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (1956) *Cidade Universitária de Coimbra - Edifícios da Faculdade de Medicina e Biblioteca*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.



53 | Horácio Novais, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (s.d.)

54 | Alçado da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (1949)

estátuas da autoria de Leopoldo de Almeida. Outra ideia que se manteve para estes, na proposta final, foi a de demarcar os vãos através de pilastras, como no edifício para o Arquivo da Universidade, e manter cego o piso térreo, sendo este apenas fenestrados nas entradas centrais. Na proposta final os vãos ganharam maior expressão, e os panos cegos do piso térreo foram quebrados com uma série de baixos-relevos alusivos ao ensino universitário (*PINTO 2017, p. 92*) da autoria de Duarte Angélico, representando o saber da Biologia, Física, Matemática, Lógica, Gramática e Ética, ordenados da esquerda para a direita.

No seu conjunto total, as instalações da Biblioteca Geral ocupam uma área total de construção de 8878.51m<sup>2</sup>, e uma área útil de 5217.11 m<sup>2</sup>, distribuídos pelos diversos pisos e pisos intermédios.<sup>40</sup>

O seu interior foi dividido por forma a criar duas secções independentes, que, no entanto, estivessem interligadas. Assim os serviços foram distribuídos por uma zona de atendimento ao público, localizada no primeiro e segundo pisos, com ligação direta ao átrio principal, e outra, de administração interna, situada no último piso do edifício.

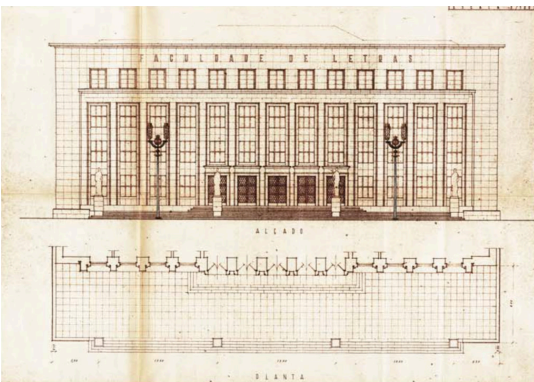
A entrada principal da Biblioteca Geral é feita através do imenso átrio de entrada, permitindo a circulação do público e funcionários e dando acesso aos pisos superiores através de duas escadarias em ambas as laterais.

No andar inferior a este, estão situados os serviços de catalogação de obras e documentação.

No primeiro piso está localizada a sala do catálogo e a sala de leitura e consulta, esta última é composta por 140 lugares e inclui também duas salas anexas, para um total combinado de mais 24 leitores. A sala de leitura mantém a forma semi-circular correspondente à antiga plateia da sala de teatro da velha Faculdade de Letras de Silva Pinto (*CONSTANTINO 2017, p. 221*) e os depósitos de livros envolvem a sala de forma a garantir uma rápida resposta na distribuição das obras requisitadas (*CONSTANTINO 2017, pp. 223*).

No segundo piso está instalada uma zona restringida ao público, com os

<sup>41</sup> COSTA, João Pedro Cardoso Gomes da (2015) *O Edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1936-1956)*. Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Vol. 46/47. Coimbra: Imprensa da Universidade.



55 | Horácio Novais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (s.d.)

56 | Alçado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (1945)



gabinetes para os funcionários e salas de armazenamento de livros e publicações.

No terceiro pavimento, sobre a sala do catálogo público, situa-se o Salão Nobre, ocupado pela antiga Biblioteca de São Pedro que, devido ao seu valor histórico, se entendeu conservar (CONSTANTINO 2017, p. 221).

No quarto e último pavimento, encontram-se os serviços administrativos e de direcção, constituídos por gabinetes para o Diretor, Sub-Diretor e serviços de secretaria. Existem pisos intermédios, de modo a aumentar a capacidade de armazenamento de obras, publicações e documentação.

Em 1954, o arquiteto Alberto José Pessoa finaliza o projeto de mobiliário e equipamento da Biblioteca Geral, concebendo as peças de acordo com a sua função e local, criando uma *“hierarquia no valor representativo de cada uma das salas”* (CONSTANTINO 2017, p. 221).

Nas salas da Direcção utiliza um mobiliário mais clássicos, com peças desenhadas em madeira maciça de sucupira polida e estofos em pele, para a Sala de Leitura desenha um conjunto de cadeira mesa e candeeiro em madeira de carvalho encerado e fórmica, conferindo assim uma escala mais humana para os utentes deste espaço e na Sala do Catálogo, fazendo referencia ao mobiliário modernista internacional, introduz estruturas em tubo cromado (LOBO 2015, pp. 163-194).

*“Pessoa assume o desenho do pormenor e do equipamento como um método de controlo da escala dos espaços interiores e como parte fundamental da caracterização formal e plástica do edifício.”* (CONSTANTINO 2017, p. 254).

Neste projeto vemos como Pessoa, na altura um jovem arquiteto recém-formado, evolui para um arquiteto interventivo e de ideias próprias, do início do projeto de cariz monumental abriu caminho a um final proto-modernista. O arquiteto deixará o seu cunho pessoal e artístico no edificio, não se limitando apenas a adaptar as vontades e necessidades de outros a uma obra que, também ela, era de outro, transformando a Biblioteca Geral num edificio digno, detentor de uma marcante simplicidade organizacional.<sup>41</sup>

<sup>42</sup> in: <http://worldheritage.uc.pt/pt/#facletras/>

<sup>43</sup> PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (1956) *Cidade Universitária de Coimbra - Edifício da Faculdade de Letras*. Lisboa: Ministerio das Obras Publicas.



57 | Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (s.d.)

58 | Perspectiva da Praça da Porta Férrea. (s.d.)

O edifício inaugura a 29 de Maio de 1956, mas só a 19 de Março de 1962 foi oficialmente aberto ao público.

A incumbência da obra do novo edifício da Faculdade de Letras foi também atribuída a Alberto José Pessoa em inícios de Setembro de 1944, tendo sido este um dos primeiros edifícios a serem estudados pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra.

Pessoa desenvolveu o projeto do edifício, baseado num modernismo de forte rigor clássico<sup>42</sup>, assim como todo o seu mobiliário, tendo este vindo a ser aprovado pelo arquiteto-chefe, ainda então José Ângelo Cottinelli Telmo, em Dezembro de 1947.

O edifício tem uma totalidade de sete pisos, possuindo duas entradas, a entrada principal, feita através do grande átrio situado no quarto pavimento, ao nível da Praça da Porta Férrea, devido ao acentuado declive do terreno, e a entrada secundária situada na fachada posterior do edifício, permitindo uma fácil comunicação com a Biblioteca da Faculdade, localizada no segundo pavimento, possuindo uma sala de leitura com capacidade para trinta e dois alunos e uma sala de catálogo. No quarto pavimento, em frente ao átrio, situa-se o anfiteatro principal constituído por plateia, balcão e tribuna de honra, dispondo de 434 lugares. O arquiteto desenvolve a sala de forma a que esta se adaptasse a diferentes usos, o seu estrado podia ser transformado *“num pequeno palco apetrechado com todo o material moderno indispensável para os efeitos cénicos”*<sup>43</sup>. No edifício existem outros cinco anfiteatros, dois curvos, com capacidade para 178 lugares cada um, situados no quarto e quinto pavimento; e três outros, de menores dimensões, situados nos quarto, quinto e sexto pavimentos, com 92 lugares cada um. Pelos terceiro, quarto, quinto e sexto pisos estão distribuídas treze salas de aula. Todas as dependências são ligadas entre si por largos corredores e, verticalmente, por quatro amplas escadas, dois ascensores para o público e um ascensor de serviço.

A fachada principal do edifício, elemento marcante, é antecedida pelo imponente conjunto escultórico do escultor Barata Feyo, apresentando quatro



59 | Bruno Pires, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (s.d.)

60 | Bruno Pires, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (s.d.)

estátuas que representam, da esquerda para a direita, a Eloquência, a Filosofia, a História e a Poesia. Do mesmo autor são também os trinta baixos-relevos em bronze existentes nos cinco portões de ferro forjado, simbolizando temas clássicos relativos aos estudos ministrados na Faculdade, alusivos às obras de Gil Vicente, Homero, Vaz de Camões, Florbela Espanca, entre outros.

No interior do edifício, situados no vestíbulo de honra, encontram-se duas grandes pinturas a fresco, à esquerda uma alegoria à Antiguidade Clássica, obra de Joaquim Rebocho, e à direita a alegoria da Glorificação do Génio Português, obra de Severo Portela Júnior.

O edifício viria a ser inaugurado a 22 de Novembro de 1951.

<sup>44</sup> CONSTANTINO, Susana (2017) *Monumentalidade Moderna - As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais no Pós-Guerra*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC. p. 236. Nota 69.

<sup>45</sup> PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (s.d.) *Cidade Universitária de Coimbra - Instalações Académicas*. Lisboa: Ministerio das Obras Publicas.



61 | Antigas Instalações da Associação Académica no Colégio S. Paulo (s.d.)

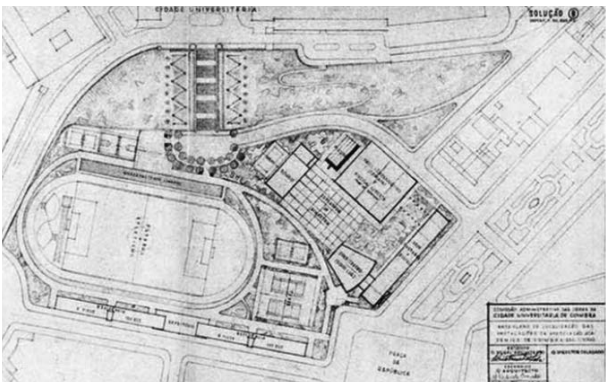
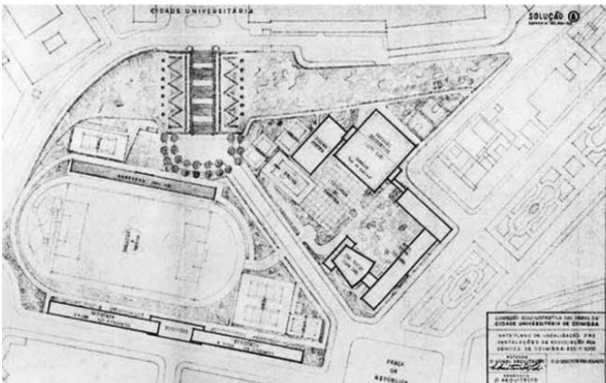
62 | Instalações do Ninho dos Pequenitos (s.d.)

## Instalações Académicas e Desportivas de Coimbra

Após as demolições e expropriações na Alta de Coimbra, a sede da Associação Académica, que até 1949 se situava no Colégio de São Paulo Ermita, é transferida provisoriamente para o Palácio dos Grilos, sendo o arquiteto Alberto José Pessoa encarregue de adaptar o edifício a esta nova função através do desenho de mobiliário.<sup>44</sup>

Devido à falta de espaço para construção de todos os edifícios universitários na Alta da Cidade, a implantação das novas Instalações da Associação Académica desde cedo gerou debate, no entanto esta condição revelou-se benéfica e valorizadora do edifício.

Surgiram três alternativas possíveis, a transferência das instalações para o Ninho dos Pequenitos, para a Ínsua dos Bentos ou para o Parque de Santa Cruz (*ROSMANINHO 206, p. 246*). A solução encontrada para o problema de espaço foi deslocar as instalações desportivas para a margem sul do rio e edificar as instalações culturais e sociais das estudantes próximas dos edifícios universitários,



63 | Cristino da Silva, plano preliminar para as Instalações Académicas - Solução A (1954)

64 | Cristino da Silva, plano preliminar para as Instalações Académicas - Solução B (1954)



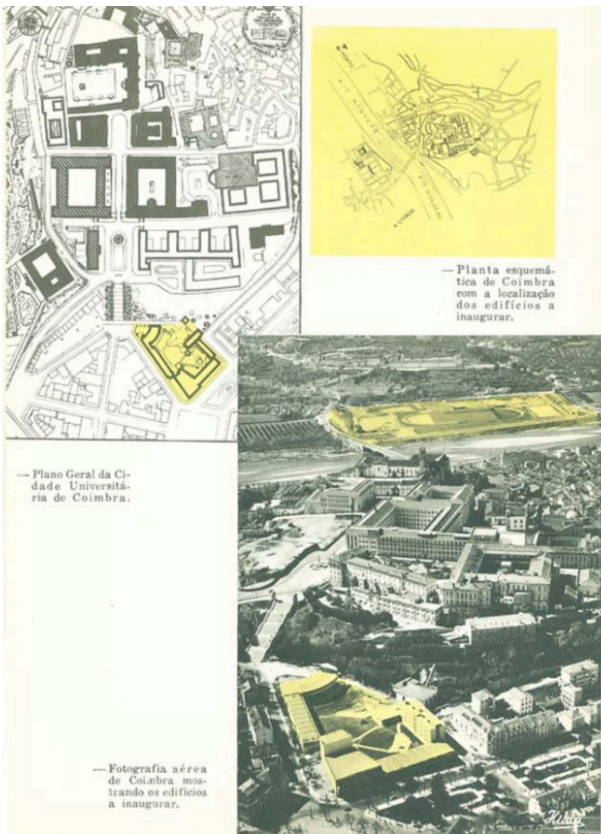
nos terrenos pertencentes ao Ninho dos Pequenos.<sup>45</sup>

*“Este aparente constrangimento definiu a circunstância que conferiu às instalações académicas uma das suas mais importantes características, ou seja, a localização em plena cidade, permitindo-lhe assim, afastar-se, por um lado, da linguagem monumental da Cidade Universitária e, por outro, estabelecer estreitas relações com o tecido urbano.” (CONSTANTINO 2017, p. 249).*

O arquiteto Luís Cristino da Silva, arquiteto-chefe da CAPOCUC desde 1948, irá delinear as primeiras propostas para as novas Instalações da Associação Académica desenvolvendo duas soluções para o Anteprojeto do conjunto, ocupando a área total à cota baixa das Escadas Monumentais. Nestas soluções o arquiteto propõe um plano geral que compreende a sede da Associação, cine-teatro, pavilhão desportivo, piscinas cobertas, ginásio e esplanada no terreno do Ninho dos Pequenos, e avança ainda com a proposta para um novo campo de futebol e atletismo, bancadas, campos de jogos, residências e cantinas na área do Bairro Sousa Pinto e dos dois quarteirões habitacionais entre a Rua Oliveira e Castro Matoso (CONSTANTINO 2017, p. 245).

O Ministro das Obras Públicas, Dr. Arantes de Oliveira, reconhece a inviabilidade destas propostas optando por manter a ideia inicial de restringir a nova sede da associação ao perímetro primeiramente definido – o Ninho dos Pequenos – por este não oferecer dificuldades de maior e por a expropriação e demolição do Bairro Sousa Pinto ser bastante dispendiosa e demorada (ROSMANINHO 2006, p. 247). Relativamente ao programa, os campos desportivos e residências, são excluídos e arrancam as obras para a sede da associação e cine-teatro, como dois edifícios que se articulam entre si, fazendo a frente urbana do remate da Avenida Sá da Bandeira.

Volvida uma década após o início das obras para a Cidade Universitária de Coimbra, arrancam em definitivo os trabalhos para o novo edifício que iria albergar as Instalações da Associação Académica e em paralelo avança a construção do novo Estádio Universitário e Instalações Desportivas, ambos os



65 | Localização das Instalações Académicas e Estádio Universitário (s.d.)

projetos de Alberto José Pessoa e João Abel Manta.

Estes dois projetos vão surgir numa altura em que Alberto José Pessoa era já “*uma figura ativa no debate e defesa dos princípios da arquitetura moderna*” (CONSTANTINO 2017, p. 257), como pode ser observado analisando a sua obra, estes edifícios emergem numa época em que o arquiteto já tinha ultrapassado o desenho monumental classicista que caracterizava o regime político e caminhava de encontro a modelos de linguagem moderna.

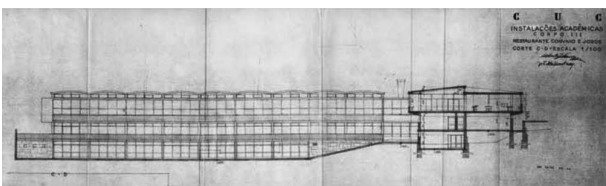
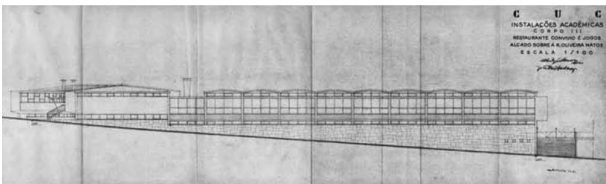
O projeto das novas Instalações da Associação Académica, edificado na cota baixa da Cidade Universitária, delimita o perímetro do quarteirão, limitado pela encosta, pela Rua Padre António Vieira, pela Avenida Sá da Bandeira pela Rua de Oliveira Matos (BANDEIRINHA 1998, p. 83-87), abrindo-se para um jardim no seu interior, “*um conjunto que valoriza os espaços coletivos de encontro, na procura de outra ideia, oposta ao isolamento da Alta Universitária*” (CONSTANTINO 2017, p. 259), apresentando uma linguagem moderna e tentando criar uma relação de proximidade da universidade com a cidade e com a escala humana através da integração deste na malha urbana e funcionando como rótula de transição entre a Avenida e a encosta da Alta Universitária, num processo de síntese capaz de resolver quer a frente urbana, quer o interior do quarteirão (TOSTÕES 2016, p. 392).

Este projeto tem a particularidade de integrar várias disciplinas, algo comum na obra de Alberto José Pessoa, tendo em vista a criação da ideia moderna de obra global, que colaborava e integrava as artes.

Os arquitetos Alberto José Pessoa e João Abel Manta seguem uma metodologia funcionalista, “*numa correspondência fiel ao paradigma moderno, forma segue a função*” (CONSTANTINO 2017, p.263), onde a organização interna dos edifícios transparece no exterior e onde cada corpo corresponde a um programa e forma particular.

Apesar das aparentes diferenças dos volumes, os arquitetos conseguem uma lógica de unificação do conjunto através da disposição dos corpos que criam

46 PORTUGAL, Ministério das Obras  
Públicas (s.d.) *Cidade Universitária de  
Coimbra - Instalações Académicas.*  
Lisboa: Ministério das Obras Publicas



66 | Corpo III - Alçado sobre a Rua  
Oliveira de Matos.

67 | Corpo III - Corte pelo Restaurante

uma uniformização exterior do quarteirão e através do seu jardim interior, é este último que articula funcional e visualmente os edifícios entre si, prolongando-os para o espaço exterior. (CONSTANTINO 2017, p. 257)

O conjunto é constituído por três volumes correspondendo a três programas diferenciados. O Corpo I, junto à Rua Padre António Vieira, alberga a sede da associação de estudantes, o centro médico de apoio à academia e a biblioteca e museu académico; o Corpo II, que faz a frente da Avenida Sá da Bandeira recebe o cine-teatro e as salas de ensaio e por último o Corpo III é composto por serviços de apoio a estudantes, como cantinas, ginásio e salas de convívio em relação direta com o jardim interior<sup>46</sup>, tendo sido este último o primeiro a ser edificado. (ROSMANINHO 2006, p. 246)

A entrada principal do edifício da sede da AAC é feita pela ligação deste volume com o corpo correspondente ao cine-teatro e sala de ensaios. Este edifício caracteriza-se pela sua estrutura modular repetida nos cinco pisos do Corpo I, preenchida com vidro e panos de tijolo aparente e pela sua pala com módulos em forma de trapézio assente em pilotis. (CONSTANTINO 2017, p. 267).

Na frente de rua da Avenida Sá da Bandeira surge o edifício correspondente ao cine-teatro académico, “o seu acesso é feito sob a galeria do bar que avança em balanço sobre a rua, num gesto que simboliza a abertura do cine-teatro, enquanto equipamento público, à cidade.” (CONSTANTINO 2017, p. 267). Do exterior podemos ler a forma de leque do auditório e a ala das salas de ensaio, elemento que liga o edifício da sede a este corpo e se desenvolve ao longo da Avenida Sá da Bandeira, revelando a sua modulação interior através da cobertura “com sabor brasileiro das sucessivas abobadas de betão” (BANDEIRINHA 1998, p. 83-87) e revestida com os painéis de azulejaria do arquiteto João Abel Manta.

O terceiro volume, ao longo da Rua Oliveira de Matos, corresponde ao edifício das cantinas e espaços de convívio. As escadas de acesso ao jardim interior interrompem a continuidade no perímetro do conjunto, o edifício tem um embasamento de pedra, que corresponde à localização interior do ginásio

47 PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (s.d.) *Cidade Universitária de Coimbra - Instalações Académicas*. Lisboa: Ministério das Obras Publicas



68 | Foto aérea da Instalações Académicas

69 | Estádio Universitário

e sala de convívio. No piso superior destacam-se os vãos abertos para os dois lados do edifício e revelando a estrutura abobadada da cobertura. O volume é rematado pela entrada direta para a cantina que faz a articulação com as escadas Monumentais (CONSTANTINO 2017, p. 267).

Os arquitetos expressaram a sua intenção de *“realizar uma obra completa, desde a sua conceção, ao seu equipamento funcional e decorativo, até à Integração das Artes Plásticas”*<sup>47</sup> e este projeto revelou-se uma boa oportunidade para pôr em prática esta ideia de colaboração entre as artes, o desenho paisagístico, as técnicas e escalas, desde a estrutura do edifício até ao pormenor do mobiliário (CONSTANTINO 2017, p. 267).

Com efeito Alberto Pessoa e Abel Manta desenvolvem também todo o desenho de equipamento e mobiliário, assim como os dois painéis de azulejo, a conceção dos arranjos exteriores ficou a cargo do arquiteto paisagista Manuel da Costa Cerveira, *“sem nunca perder o sentido de coerência com a globalidade”* (BANDEIRINHA 1998, pp. 83-87).

*“Todo o mobiliário e equipamento é desenhado para salientar os espaços de exceção ou para reforçar o desenho modular e expressivo da estrutura através da pormenorização, repetição e associação das peças que caracterizam cada um dos espaços.”* (CONSTANTINO 2017, p. 285).

O material utilizado nas peças de mobiliário era determinado consoante a função da sala em que estava inserido e seu uso. Para o edifício do cine-teatro, os arquitetos desenham a bilheteira, bengaleiros no vão das escadas, o balcão do bar do foyer e elementos que definem o espaço da sala de espetáculos tendo em atenção a pormenorização e escolha de revestimentos das peças. Os laboratórios e zonas oficiais foram equipadas com mobiliário em madeira de tola e tubo de aço de inspiração modernista e os espaços de convívio foram equipados com *“mobiliário de madeira de sucupira na estrutura das cadeiras e poltronas com assentos em estofado”* (CONSTANTINO 2017, p. 285) e as mesas com tampo revestidos a fórmica. Os arquitetos tiveram também atenção a todo o tipo de pormenor, desenhando

<sup>48</sup> PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (s.d.) *Cidade Universitária de Coimbra - Instalações Académicas*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas

<sup>49</sup> BANDEIRINHA, José António Oliveira (2013) *Estádio Universitário de Coimbra*. Catálogo Exposição EUC 50 Anos.



70 e 71 | Horácio Novais, Instalações Académicas (s.d.)



mesas de xadrez, ping-pong, bilhar e aparelhos de luminária.

Os dois painéis idealizados por João Abel Manta representam as atividades culturais da Academia - painel do jardim; e a evolução do traje académico – painel na Avenida Sá da Bandeira; estes foram concluídos já na fase final do projeto, em 1960. (*BANDEIRINHA 1998, pp. 83-87*)

Em paralelo com o desenvolvimento das obras das Instalações da Associação Académica, os arquitetos João Abel Manta e Alberto José Pessoa elaboravam também a zona desportiva situada em Santa Clara, na margem sul do rio Mondego, como foi referido anteriormente.

A primeira localização prevista para implantação das instalações desportivas da academia situava-se na Ínsua dos Bentos, local que bastante agradava aos membros da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, contudo este foi abandonado em finais dos anos 40 devido aos custos de expropriação da zona.

Como solução, primariamente pensou-se em implantar o projeto no Parque de Santa Cruz, contudo a escolha final acabou por recair em Santa Clara. *“O aproveitamento urbanístico da faixa marginal de Santa Clara veio valorizar o enquadramento paisagístico de toda esta área, considerada (...) a antecâmara de Coimbra”<sup>48</sup>, promovendo assim a “(...) consolidação da margem, veio estabilizar e altear o terreno, veio desenvolver as infraestruturas em áreas antes inóspitas e pantanosas, veio conquistar a margem esquerda para a Cidade, veio, para além do mais, proporcionar um moderno e agradável equipamento desportivo ao serviço de toda a população. Sob o ponto de vista paisagístico, veio consolidar o equilíbrio quadripartido entre a ponte, o rio, a colina da alta e a própria margem onde se implantou. (...). Sob o ponto de vista simbólico (...) dificilmente se poderia ambicionar melhor quadro, estar aos pés da mítica colina, ser o seu rodapé privilegiado, conquistar a presença inevitável no primeiro plano do postal ilustrado, ter, enfim, um cenário de sonho para todas as atividades desportivas.”<sup>49</sup>*

<sup>50</sup> BANDEIRINHA, José António Oliveira (2013) *Estádio Universitário de Coimbra*. Catálogo Exposição EUC 50 Anos.

<sup>51</sup> Idem.



72 | Horácio Novais, Teatro Académico (s.d.)

73 | Horácio Novais, Painel de Azulejo da autoria de João Abel Manta (s.d.)

Em Janeiro de 1955, Cristino da Silva, apresenta o programa de infraestruturas desportivas de Santa Clara, Alberto José Pessoa e João Abel Manta, arquitetos que, paralelamente, estavam encarregues do projeto das instalações da Associação Académica de Coimbra, ficam responsáveis por elaborar um plano geral da zona, tendo este vindo a ser aprovado a 15 de Novembro de 1956 (ROSMANINHO 2006, p. 252).

Durante os anos de 1957 e 1958, procedeu-se à expropriação dos terrenos e ao alteamento da zona, tendo sido apenas em 1959 que se deu início às obras de edificação do conjunto.

Pessoa foi desenvolvendo este projeto ao mesmo tempo que desenvolvia outro seu bastante reconhecido, a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian. Devido a este acaso, e, segundo José António Bandeirinha, é aqui, portanto, no Estádio Universitário de Coimbra que vemos as preocupações estilísticas do arquiteto desta fase do seu percurso profissional, transformando-o numa peça verdadeiramente moderna.

Neste projeto, Alberto Pessoa *“vai articular os volumes edificados com os arranjos exteriores, (...) com meticoloso sentido de escala e grande equilíbrio orgânico”*<sup>50</sup>, relativamente à materialidade dos edifícios o arquiteto trabalha bastante o tema da expressividade, como já havia feito nos edifícios da Associação Académica de Coimbra, *“recorrendo a uma escolha mais tectónica, inteligentemente mais preocupada com o desgaste e uso intensivo. Nas bancadas o betão rebocado articula-se com as texturas da alvenaria de pedra (...) ou da marmorite, ao passo que no Pavilhão o tijolo cerâmico aparentemente domina e absorve todos os restantes materiais (...)”*<sup>51</sup>

A construção e entrada em funcionamento das diversas instalações foi feita de forma gradual, numa primeira fase (1957-1963) foram edificados o campo principal, dotado de bancadas e balneários e com capacidade para 3000 lugares; pista de atletismo e recinto polivalente; numa segunda fase (1963-1968) construiu-se o Pavilhão Gimnodesportivo; um campo de futebol pelado e o campo

<sup>52</sup> POIARES, Horácio (2013) *Ganhar o Estádio Universitário - 50 anos de história*. Catálogo de Exposição EUC 50 anos.

<sup>53</sup> PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (s.d.) *Cidade Universitária de Coimbra - Instalações Académicas*. Lisboa: Ministerio das Obras Publicas.



74 | Estádio Universitário ainda em construção

75 | Horácio Novais, Pavilhão Gimnodesportivo (s.d.)

de ténis.<sup>52</sup>

Estava ainda prevista a futura construção do pavilhão de desportos, piscinas, ginásio e restaurante.<sup>53</sup>

O conjunto das Instalações Académicas de Coimbra é concluído em 1961, no ano seguinte é entregue à Universidade o Estádio Universitário e são inauguradas as Instalações Académicas. O pavilhão Gimnodesportivo é concluído apenas em 1967.

José António Bandeirinha considera os edifícios das Instalações Académicas como a mais significativa obra de produção arquitetónica em Coimbra pós Congresso Nacional de Arquitetos de 1948 (*BANDEIRINHA 1998, pp. 83-87*).



## **Capítulo Três.**



76 | Eduardo Varela Pécuro, Vista aérea da Cidade de Coimbra (1941)

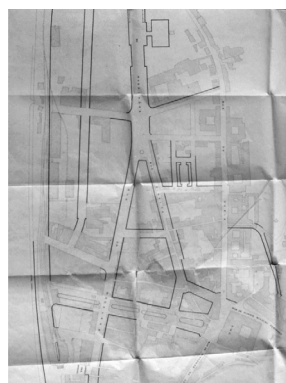
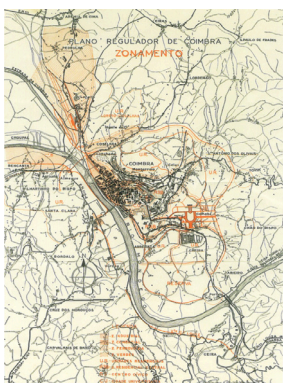
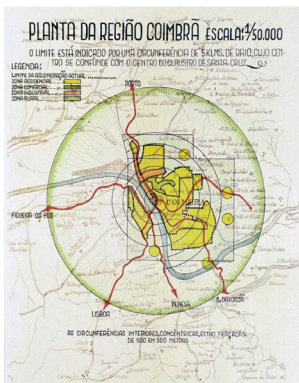


## Os Planos Urbanísticos

Paralelamente ao cargo que desempenhava na Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, o arquiteto Alberto José Pessoa foi chamado a desenvolver projetos a nível camarário na cidade, nomeadamente estudos e planos urbanísticos.

A referência a estes planos é dispersa, apesar de serem mencionados em diversas publicações sobre a evolução do Urbanismo em Coimbra, a informação que transmitem é redundante e pouco aprofundada. Contudo é possível encontrar fontes documentais que auxiliam este estudo, nomeadamente as memórias descritivas dos planos e desenhos correspondentes, na Câmara Municipal de Coimbra e Arquivo Histórico da Direção Geral de Ordenamento do Território, que se encontram transcritas nos anexos desta dissertação.

No Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra é possível encontrar alguns desenhos correspondentes a estes planos, contudo, apesar de estarem assinados por Alberto José Pessoa, não se encontram datados, nem



77 e 78 | Étienne de Groer, Plantas elaboradas no âmbito do Anteprojecto de urbanização, emblezamento e expansão da Cidade de Coimbra (1940)

79 e 80 | Almeida Garrett, Plantas elaboradas no âmbito do Plano Regulador da Cidade de Coimbra (1955)

legendados, pelo que é difícil enquadrá-los corretamente.

Sobre os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra, é importante referir um artigo escrito pelo arquiteto José Santiago Faria para a Revista Monumentos intitulado “*A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra*”, onde este descreve sinteticamente os planos e análises desenvolvidos para aquela área, sendo este o artigo que mais se foca sobre esta temática e onde é analisado o papel de Alberto Pessoa na evolução do espaço urbano da cidade, com recurso a textos e desenhos do mesmo.

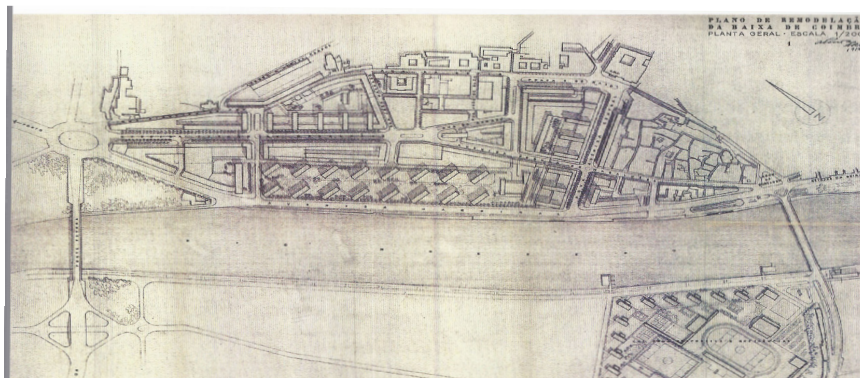
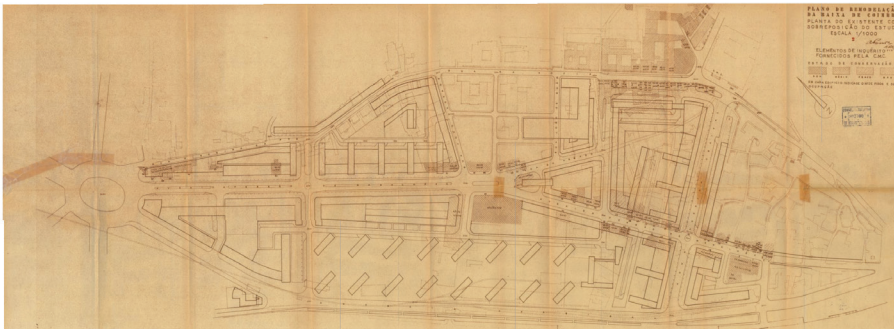
Neste capítulo são analisados dois planos desenvolvidos pelo arquiteto Alberto José Pessoa, no final da década de 1950, o Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra (1956) que sofreu uma 1ª Remodelação (1958) e o Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea na margem sul do Rio Mondego (1959).

Desde os anos 20 que se vinham a desenvolver projetos de estudo e planeamento global da cidade de Coimbra, com propostas de novas condições de circulação, higiene e construção. No que diz respeito à intervenção na zona da Baixa, o denominador comum de todos estes planos era o esvaziamento do território como forma de alcançar os novos padrões de modernidade (GONÇALVES 2010, p. 69), enquanto que as propostas de infraestruturas para os terrenos na margem sul do Mondego permaneciam estagnadas, apenas com a construção de algumas habitações, o que irá mudar em meados da década de 1950 com a proposta de construção do Estádio Universitário de Coimbra, referida no capítulo anterior.

A zona da Baixa de Coimbra - malha limitada pelos arruamentos do Largo da Portagem, Rua Ferreira Borges, Rua Visconde da Luz, Praça 8 de Maio, Rua da Sofia e Rua Figueira da Foz até ao nó de ligação da, então, futura autoestrada Lisboa-Porto e Avenida Marginal até à Portagem - foi a área da cidade que mais estudos urbanísticos e prestigiados técnicos, arquitetos e engenheiros envolveu no decorrer de todo o século XX, estudos estes que se prolongariam também para o século seguinte. O intuito de todas estas propostas era o de articular a Praça

<sup>54</sup> PESSOA, Alberto José (1956) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Memória Descritiva*. Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.

<sup>55</sup> Idem.



81 | Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Planta do existente com sobreposição do estudo (1956)

82 | Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Planta geral (1956)

8 de Maio e Rua Olímpio Nicolau Fernandes com a zona ribeirinha, desejo esse que foi iniciado por de Gröer na década de 1940 e que teve o seu seguimento nos planos que se desenvolveram posteriormente (ROSSA 2015, p. 227).

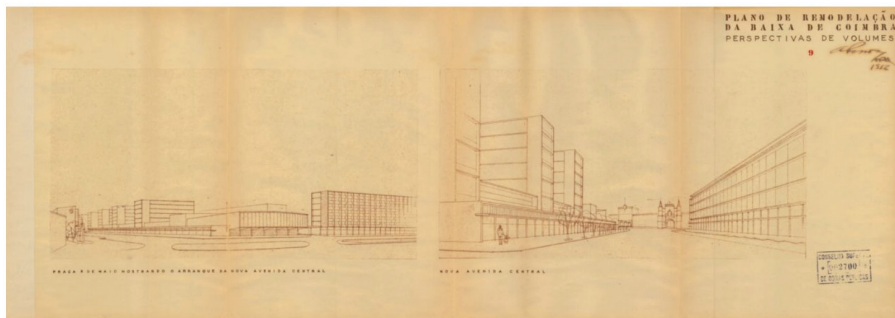
No ano de 1955, o engenheiro Antão de Almeida Garrett concebe o Plano Regulador da Cidade de Coimbra, uma revisão do antepiano do arquiteto urbanista Étienne de Gröer, que apresentava bastantes indefinições relativamente ao centro histórico (FARIA 2006, pp. 130-137) e que Garrett decidiu manter. Surgiu assim necessidade de um planeamento mais profundo desta zona. Étienne de Gröer indica o nome do seu amigo e antigo aluno, Faria da Costa, para a elaboração do Plano de Pormenor para a zona da Baixa, no entanto, e devido a impossibilidade deste, o Plano de Remodelação foi entregue ao arquiteto Alberto José Pessoa (FARIA 2006, pp. 130-137). Este primeiro plano de 1956, consistia num estudo baseado no antepiano de de Gröer, na revisão do mesmo feito por Almeida Garrett e em diretrizes transmitidas pela Câmara Municipal de Coimbra.

O Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra foi um estudo de arranjo urbano de uma área de mais de 30 hectares, o centro comercial, social e administrativo da cidade de Coimbra<sup>54</sup>. Este Plano previa que o centro fosse concebido de forma equilibrada e com uma certa escala, de forma a ter em conta o crescente aumento populacional e de modo a que este tivesse “*elasticidade para se acomodar a futuras solicitações urbanas por ventura desconhecidas ou imprevisíveis*”.<sup>55</sup>

Analisando a estrutura geral do Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra, a partir da memória descritiva deste, observamos que a zona em estudo passaria a ser designada por “*Zona Comercial Central de Coimbra*”, nomenclatura dada por De Groer aquando do seu zonamento da cidade, excluindo desta área qualquer complexo industrial.

Alberto Pessoa demonstra preocupações em criar espaços livres de modo a desdensificar a malha urbana, considerando a necessidade de alterar as cérceas dos edifícios estabelecidas no antepiano de urbanização, e para tal,

<sup>56</sup> PESSOA, Alberto José (1956)  
*Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Memória Descritiva.*  
Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.



83 | Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Perspectiva de Volumes | Praça 8 de Maio mostrando o arranque da Nova Avenida Central e Nova Avenida Central (1956)

84 | Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Anteprojecto do novo Mercado D. Pedro V - desenho urano

propõe o aumento do número de pisos das edificações, o que manteria os índices de ocupação, criando no entanto, zona abertas que permitiram “*no futuro (...) ampliações das áreas construídas*” e “*a possibilidade de criação de parques de estacionamento no interior dos quarteirões*”.<sup>56</sup>

Na sua abordagem ao antepiano de De Gröer, Pessoa propõe uma mudança a nível do zonamento. No antepiano de De Gröer estava previsto que a nova “*Zona Comercial Central de Coimbra*” fosse mista, estando autorizados edifícios restringidos às funções de negócios, escritórios, comércio e habitação, no entanto, Pessoa, considerava ser preferível destinar exclusivamente para habitação apenas “*as melhores implantações do espaço urbano disponível, (...) mais favorável exposição solar, arredadas do tráfego urbano intenso e podendo dispor de adequadas superfícies verdes*”, acabando por concentrar os edifícios com as restantes funções ao longo das artérias mais movimentadas.

Em meados da década de 1950, a ocupação populacional prevista para a cidade de Coimbra era de 100.000 habitantes, tendo isto em conta, o arquiteto decide reservar para “*comércio central ou de luxo (...) uma superfície total de 47.000 m<sup>2</sup>*”, número este que ultrapassava os 4 hectares inicialmente calculados para esta função e que correspondiam, na época, a 20% do comércio total de Coimbra.

Alberto Pessoa decide manter o quarteirão que Étienne de Gröer destinou ao Mercado Central para a mesma função, alterando apenas a dimensão e cêrcea do edifício. Este desenvolver-se-ia em três pisos com rés-do-chão incluído e teria uma área de cerca de 20.000 m<sup>2</sup> e para estacionamento de viaturas de abastecimento haveria uma zona com cerca de 1650 m<sup>2</sup>. Estava também previsto no plano a construção de duas escolas de primeiro ciclo, uma estação rodoviária a ser localizada próximo do local onde se iria inserir a futura rotunda de acesso à autoestrada Lisboa-Porto, um quarteirão para edifícios públicos, um cineteatro, hotéis e parques de estacionamento, estes últimos distribuídos por uma área total de 12.000 m<sup>2</sup> dispersos por toda a “*Zona Comercial Central*”. O arquiteto, mais



85 | Avenida Fernão de Magalhães antes das demolições do Bota-abaiço para edificação da Avenida Central (s.d.)

86 | Bota-abaiço já com demolições iniciadas (s.d.)



uma vez, revela preocupações com o futuro e escreve:

*“a esta área, que poderá revelar-se no futuro insuficiente, deverão ser adicionadas outras ao longo dos arruamentos secundários no interior dos quarteirões, pela ampliação, sempre que necessário, dos parques agora previstos e ainda pela obrigatoriedade de reserva de espaços nos baixos dos edifício destinados a grandes armazéns, blocos de escritórios, etc. (...)”*

Na memória descritiva, que pode ser consultada nos anexos desta dissertação, encontra-se o *“Regulamento da Zona por Quarteirão”* definida pelo arquiteto.

Alberto José Pessoa, faz algumas alterações à revisão do plano de Gröer feita por Almeida Garrett, relativamente às circulações. É de referir a ampliação que faz à Praça 8 de Maio *“que se projeta agora penetrando mais longamente pela Rua da Sofia”*; a anulação de uma rua secundária que, estando no prolongamento da Rua do Arnado, fazia ligação à futura Avenida Central; diversos desvios no traçado dos arruamentos *“nomeadamente daquele que separa o quarteirão reservado a habitação, junto à Avenida Marginal, dos dois confinantes com a Avenida Fernão de Magalhães”*; e forma também estudados arruamentos de serviço no interior dos quarteirões com respetivos lugares de estacionamento.

Pessoa indica a necessidade de ser eliminado o Ramal da Lousã *“que tão imprópriamente atravessa a cidade”*, mas também a linha de caminho de ferro, de modo a criar um perfil para a “futura” Avenida Marginal.

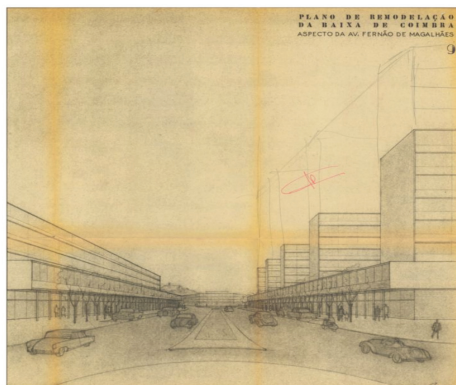
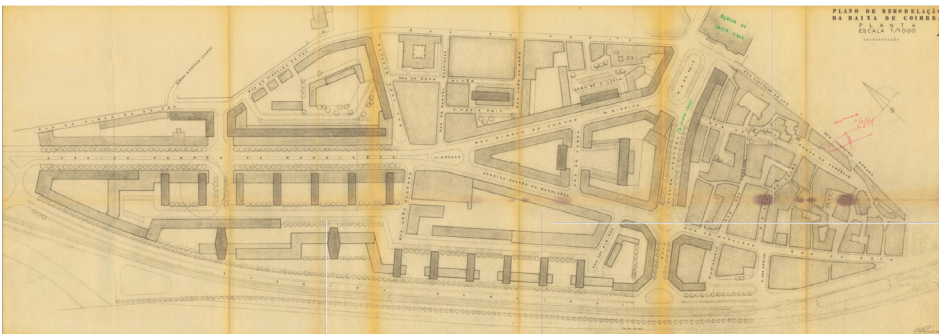
Nos desenhos, o arquiteto indica as cotas de nível dos principais arruamentos, mais uma vez prevê, a possibilidade de rebaixamento da Praça 8 de Maio na zona da Igreja de Santa Cruz de modo a valorizar este importante monumento da cidade de Coimbra.

Pessoa tem consciência de problema, no entanto o plano que propõe resulta da razia quase total da Baixa Coimbrã, defendendo-se com as diretrizes de ordem

57 PESSOA, Alberto José (1956)  
*Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Memória Descritiva.*  
Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.

58 Idem.

59 PESSOA, Alberto José (1958)  
*Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra 1ª Remodelação - Memória Descritiva.*  
Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.



87 | Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra, 1ª Remodelação - Planta geral (1958)

88 | Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra, 1ª Remodelação - Perspectiva de volumes, aspecto da Av. Fernão de Magalhães (1958)

superior “(...) o plano que propomos tem como apoio o esquema de arruamento previsto no Plano Regulador e inclui o traçado da Avenida Marginal, estudado pela Junta Autónoma de Estradas (...)”.<sup>57</sup>

O arquiteto revela ainda preocupações relativas à integração dos edifícios históricos nas propostas feitas, considerando a localização da Avenida Central como o ponto em que mais divergia do Plano Regulador, escrevendo:

“(...) esta tão discutida Avenida Central vinha já no plano de De Gröer, sendo apontada desde o Rio à Igreja e Santa Cruz. Eu próprio, em anterior estudo e apesar das duvidas que já então me punham, decalquei esse traçado. Hoje não duvido que a Igreja de Santa Cruz resultaria amesquinhada ao topo de uma avenida com cerca de 400 metros de comprimento (...)”.<sup>58</sup>

No ano de 1958, o plano de Alberto José Pessoa sofre alterações, nascendo o “*Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra – 1ª Remodelação*”.

Este estudo de urbanização abrangia todo o território incluído pelo Plano Regulador na “*Zona Comercial Central de Coimbra*”, com cerca de 30 hectares, e limitada pelas Rua da Figueira da Foz, Rua da Sofia, Praça 8 de Maio, Rua Visconde da Luz e Rua Ferreira Borges, a nordeste, e pela Avenida Marginal a sudoeste, entre a Portagem e a então futura giração de Coselhas, tendo deixado de parte a área que hoje corresponde ao Mercado Dom Pedro V e Rua Olímpio Nicolau Fernandes, a qual também fazia parte da dita “*Zona Comercial*” acima nomeada.

Uma vez mais, Pessoa, refere que a zona da Baixa de Coimbra era um território densamente ocupado por edificações “*insalubres, mal ventiladas, promíscuas, com densidades excessivas*”<sup>59</sup>, antigas e mal conservadas, onde não existiam espaços abertos e os arruamentos eram labirínticos e apertados. Refere também que neste território, nomeadamente na zona sul da Baixa, existe património de interesse turístico e arqueológico “de carácter pitoresco”<sup>60</sup> que era

<sup>60</sup> PESSOA, Alberto José (1958) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra 1ª Remodelação - Memória Descritiva*. Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Ibidem.



89 e 90 | Avenida Fernão de Magalhães (s.d.)

importante conservar.

A “*Zona Comercial Central*” destinava-se maioritariamente a usos de comércio e escritórios, sendo, à época, “*o centro social e administrativo da Cidade, a sua sala de visitas e deverá ser constituída por conjuntos arquitetónicos amplos, disciplinados e dignos*”.<sup>61</sup>

O facto de toda a zona da Baixa de Coimbra estar ainda por edificar, ou, na sua maioria, com a sua área impropriamente ocupada, permitiu que o arquiteto tivesse autonomia para desenhar o seu arranjo urbano sem grandes restrições.

Tal como José Santiago Faria refere, analisando a memória descritiva e os respetivos desenhos do plano, observamos que Alberto José Pessoa propõe, baseado no esquema de arruamento do Plano Regulador, a demolição quase total a poente da Rua da Sofia e a norte da então futura Avenida Central, sobre o assunto Pessoa escreve na memória descritiva “*(...) toda a obra válida de urbanização terá forçosamente de constituir uma razia*.”<sup>62</sup>. Da antiga malha medieval, Pessoa preserva apenas a parte sul da nova Avenida Central, no enfiamento da Igreja de Santa Cruz e Câmara Municipal (FERNANDES 2017, p. 390).

O arquiteto definiu que esta zona seria mista, estando autorizada a construção de edificações comerciais, escritórios, habitação e oficinas, excluindo, no entanto, edifícios de carácter industrial. Estava ainda prevista a localização de uma sala de espetáculos e duas escolas primárias em zonas onde incidisse mais a zona habitacional.

Relativamente ao património histórico, Pessoa define as fachadas e conjuntos de interesse arquitetónico que deveriam ser restauradas e preservadas, seguindo o Plano de De Gröer.

Pessoa desenvolve o Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra com apoio do esquema de arruamentos estudado pela Junta Autónoma de Estradas e previstos no Plano Regulador, contudo, demonstra preocupações ao nível de posicionamento da Avenida Central, que, considerou mal localizada.

“*Esta tão discutida Avenida Central vinha já no plano de De Gröer, sendo*

<sup>63</sup> PESSOA, Alberto José (1958) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra 1ª Remodelação - Memória Descritiva*. Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.

<sup>64</sup> Idem.



91 | Avenida Fernão de Magalhães (s.d.)

92 | Cidade de Coimbra vista da Alta da Cidade, Avenida Fernão de Magalhães ao fundo, ainda sem construção. (s.d.)

*apontada desde o Rio à Igreja e Santa Cruz. Eu próprio, em anterior estudo e apesar das duvidas que já então me punham, decalquei esse traçado. Hoje não duvido que a Igreja de Santa Cruz resultaria amesquinhada ao topo de uma avenida com cerca de 400 metros de comprimento, deslocada do seu ambiente que, como disse a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, deveria ser uma praça de harmonia com o local e as tradições do Monumento”.*<sup>63</sup>

Foi então estudado um traçado diferente para a já mencionada Nova Avenida Central, optando pelo prolongamento da Rua Olímpio Nicolau e criando um “rasgamento” de uma grande via entre a Câmara Municipal e a Caixa Geral de Depósitos “*de modo a enfiar a sua perspectiva sobre o Rio como o ponto obrigatório de Circulação entre a Cidade Alta e a Baixa*”<sup>64</sup>, esta reformulação do plano terá sido influenciada pela Carta de Atenas e urbanismo modernista (FERNANDES 2017, p. 390).

Após a organização dos arruamentos principais - Avenida Marginal, Avenida Central, Avenida Fernão de Magalhães – foram estudados os usos de ocupação do solo e circulação secundária.

De forma a diminuir a densidade de construção da Baixa, Pessoa considerou necessário a alteração das alturas dos edifícios anteriormente estabelecidas no Antepiano de Urbanização. Aumentou o número de pisos nos edifícios, mantendo o mesmo índice de ocupação.

O novo Plano de Remodelação da Zona da Baixa de Coimbra recebe o parecer e tremendos elogios por parte do vereador do Pelouro de Obras.

*“Se não fora o estrangulamento imposto pela lastimável implantação do edifício da CGD, tão flagrantemente errado que apetece cortar-lhe tanto quanto avançou, diríamos que o estudo nos agrada totalmente. Não obstante este senão, a solução do senhor Arquiteto Alberto José Pessoa porquanto consegue, quanto a nós, contornar de forma notável aquela deficiência e a igualmente criticável implantação do imóvel onde estão instalados os CTT, que obriga a um corte importante na área do Mercado Municipal. As correções introduzidas nos*

<sup>65</sup> AAV (2008) *Anais do Município de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

<sup>66</sup> PESSOA, Alberto José (1958) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra 1ª Remodelação - Memória Descritiva*. Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.



85 COIMBRA — Praça 8 de Maio

93 | Rua Olímpio Nicolau Fernandes antes da construção da CGD (s.d.)

94 | Praça 8 de Maio, ao fundo a CGD (s.d.)



*alinhamentos possibilitam ligação agradável da Praça 8 de Maio à Avenida Sá da Bandeira; e as cérceas concebidas dão ao local a grandeza necessária.*<sup>65</sup>

Em relação à Avenida Marginal e Avenida Fernão Magalhães, o arquiteto Alberto José Pessoa refere a necessidade de desenvolvimento de planos de pormenor, afirmando assim uma disciplina arquitectónica, onde foram estabelecidas regras para o edificado.

*“Foram ponderadas as observações feitas pelo Conselho Superior de Obras Publicas acerca das alturas das construções da parte central da Avenida Fernão de Magalhães, não se encontrando razão para reduzir o número total de pisos a três com o objetivo de não se cortar a vista do morro da Cidade Universitária, pois supomos que mesmo esses 3 pisos construídos no plano marginal da avenida afetariam grandemente a apreciação da vista para quem nele circulasse. A solução que apresentamos, para o lado nordeste da Avenida, de apenas 2 pisos no plano marginal e cinco andares recuados defende e enquadra melhor o panorama em causa, sem prejuízo da escala e harmonia da avenida e sem prejuízos de ordem económica decorrentes da edificação de prédios extremamente baixos em local onde as fundações são caras e os terrenos valiosos”.*<sup>66</sup>

Alberto Pessoa propunha também, que, à imagem do que foi feito na Câmara Municipal de Lisboa para certas zonas da cidade, os projetos das edificações para a Avenida fossem entregues exclusivamente a arquitetos (FARIA 2006, p. 130-137).

Apesar da aprovação e urgência na elaboração do plano de Alberto José Pessoa, pouco se concretizou deste, à exceção de algumas partes do desenho urbano na Avenida Fernão de Magalhães. A “Avenida Central” que faria a ligação da Praça 8 de Maio / Rua Olímpio Nicolau ao rio Mondego nunca chegou a ser concretizada, contudo esta ideia foi retomada em planos posteriores (DUARTE 2010, p. 55).

Paralelamente a este plano ressurgiu a intenção de desafogar a cidade e



95 | Avenida João das Regras, início das obras do Estádio Universitário (s.d.)

96 | Ponte de Santa Clara, em fundo Quinta da Várzea (s.d.)

urbanizar a margem esquerda do rio Mondego, ocupada por laranjais e onde se realizavam feiras ambulantes. Assim, no início da década de 1950 nasce a Avenida João das Regras, integrada no desenvolvimento da cidade periférica aquando do início da construção da Ponte Santa Clara (FERNANDES 2008, p.194), as Instalações do Estádio Universitário (1955), a nova Avenida da Guarda Inglesa e o “*estudo de Urbanização da Quinta da Várzea*” (1959), da autoria de Alberto José Pessoa, com a colaboração de João Abel Manta, que abrange uma área rural, com cerca de 70 hectares, próxima à “*Zona Comercial Central de Coimbra*”.

O urbanista Étienne De Gröer, no seu “*Plano de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra*” (1940), havia proposto sete áreas de expansão da cidade, identificando métodos de intervenção, ocupação e salvaguarda através de um detalhado controlo urbanístico, arquitetónico e paisagístico (FERNANDES 2008, p.253). Este considerou os terrenos periféricos de Santa Clara como um espaço fundamental a qualificar urbanística e paisagisticamente, atribuindo-lhe uma classificação de “*cidade-museu*”, promovendo a harmonia do conjunto dos edifícios históricos com os novos edifícios, deliberando que a densidade e cércas não ultrapassassem as já existentes (FERNANDES 2008, p.256).

A cidade havia-se expandido para as zonas de Montes Claros, Olivais, Penedo da Saudade e Calhabé, afastando-se do seu centro urbano – “*a Baixa*” – pois as condições de ligação entre a margem esquerda e direita do rio Mondego, à época, não aconselhavam a sua urbanização e valorização. Após a instalação da nova ponte de Santa Clara, começaram a ser fixados restaurantes e melhoradas as edificações existentes naquela zona.

Para aqui estava já projetado o Parque Desportivo Académico, a construção de um liceu, a realização da variante da EN1 e uma estrada-dique para proteção do

Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, propostas com o intuito de valorizar esta área e que “*só por si convidariam ao aproveitamento para fins urbanos dos terrenos da Quinta da Várzea*”.<sup>67</sup>

Na memória descritiva deste antepiano, o arquiteto Alberto José Pessoa

<sup>67</sup> PESSOA, Alberto José; Manta, João Abel (1959) *Estudo de Urbanização - Antepiano Quinta da Várzea*. Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> PESSOA, Alberto José; Manta, João Abel (1959) *Estudo de Urbanização - Antepiano Quinta da Várzea*. Arquivo da Direcção-Geral de Ordenamento do Território.



97 | Eduardo Varela Pécuto, Vista aerea de Santa Clara, Várzea e Lágrimas (década de 50)

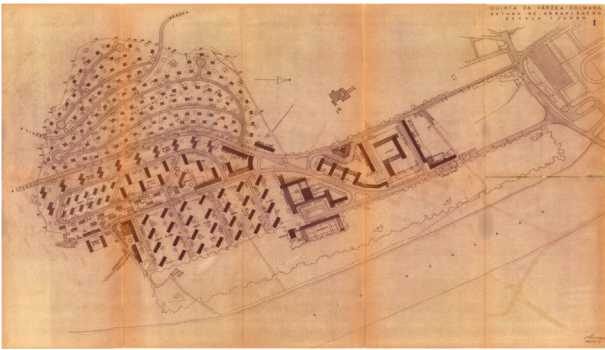
refere a importância de ter em conta o facto de quase metade da área da Quinta da Várzea ser constituída por terrenos inundáveis, próximos do rio Mondego. Destes, 14 hectares seriam conservados como área verde “emoldurando o Mondego”<sup>68</sup>, para a excedente área seriam criadas condições de urbanização e proteção, através da estrada-dique, acima referida, e da construção de um muro-dique, assim como seriam regulamentados os blocos de habitação com oito pisos, dando-lhes seguras condições de defesa contra as cheias provocadas pelo Mondego.

Apesar da acidentada pendente e orientação da encosta, que não era muito favorável, a área acima da cota inundável, apresentava boas condições para construção. O arquiteto demonstra preocupação em preservar o aspeto paisagístico da encosta, tentando evitar a ocupação de locais que destruíssem o panorama desta observada da cidade e a paisagem que a “*cidade oferece vista da encosta, sendo este (...) quase um valor turístico de Coimbra*”.<sup>69</sup>

Segundo o antepiano de urbanização, Pessoa pensou criar uma estrutura autónoma para o conjunto urbano, no entanto, denota-se uma certa apreensão e cuidado na sua realização, tentando tornar esta zona independente, sem, contudo, acabar com a relação desta zona com a cidade, mais concretamente com a Baixa. Assim, o antepiano previa essencialmente zonas de habitação, um grupo escolar, centro cívico com comércio local, edifícios de escritórios, etc., um hotel, uma sala de espetáculos, uma igreja e um recinto desportivo, assim como parques de estacionamento nas zonas de maior densidade.

As edificações “*foram distribuídas no plano em função das características topográficas do solo, de aspetos paisagísticos e considerando a posição relativa das várias zonas entre si e as suas ligações ao centro cívico e principais vias de acesso*”.<sup>70</sup>

Enquanto estes processos se desenrolavam em Coimbra, a partir do início da década de 1960, Pessoa aceita o cargo de arquiteto urbanista na Câmara Municipal da Figueira da Foz, cargo este que desempenhará durante mais de vinte anos e onde, nas suas propostas vão transparecer a preocupação ambiental



98 | Alberto Pessoa, Estudo de Urbanização para a Quinta da Várzea (1960)

99 | Postal Quinta das Lágrima, Várzea e Mata de Vale de Canas (s.d.)

e os princípios do urbanismo moderno postulados na Carta de Atenas, algo que já demonstrava nos planos que desenhou para Coimbra e que de certo modo serviram de experiência para depois desenhar quase em exclusividade o desenho da cidade da Figueira da Foz (SAÚDE 2001, p. 105).





## **Capítulo Quatro.**



100 | Eduardo Varela Pécuro,  
Vista aerea da Avenida Fernão de  
Magalhães e envolvente (década de  
50)

## Outros projetos em Coimbra

Com o objetivo de formar uma base de trabalho para a o estudo da obra de Alberto José Pessoa, neste capítulo são analisados trabalhos inéditos e espero que possa contribuir para a sua inclusão na historiografia da Arquitetura Portuguesa do século XX e se possa tornar um ponto de partida para outras pesquisas.

Na cidade de Coimbra temos a oportunidade de observar a evolução do percurso profissional de Alberto Pessoa desde os seus primórdios, como autor dos primeiros edifícios construídos na Cidade Universitária, na década de 1940/1950, com a sua linguagem calssicizante e monumental, promovendo a imagem do Estado Novo, até à sua passagem para uma arquitetura de linguagem moderna e para a aplicação dos princípios da Carta de Atenas, na década de 60.

Este capítulo analisará três projetos de Alberto José Pessoa, projetos que surgem ainda na primeira metade da década de 1960, acompanhando os estudos urbanísticos que o arquiteto desenvolveu para Coimbra, enquanto, ao mesmo tempo, desenvolvia os planos urbanos da cidade da Figueira da Foz e desenvolvia

<sup>71</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 318-319. Ata ?BO/223. Ver anexo 3.

<sup>72</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 210. Ata 47BO/210. Ver anexo 3.

<sup>73</sup> PESSOA, Alberto José (s.d.) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra / Avenida Fernão de Magalhães - estudo base dos edifícios sujeitos a módulo, lado nordeste*. Coimbra:Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra. Ver anexo 4.



101 | Avenida Fernão de Magalhães (1954)

também o seu projeto de maior plenitude, a Sede e Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa.

A primeira obra referida é o “*Anteprojecto para Edifício na Rua dos Combatentes da Grande Guerra*”. A informação que aqui transcrevo é baseada numa ata do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, esta menciona que a 9 de Outubro do ano de 1962, o arquiteto Alberto José Pessoa entregou um requerimento na Câmara Municipal de Coimbra relativo ao anteprojecto mencionado que pretendia edificar num terreno pertencente à sua mãe.

A 13 de Maio de 1965, o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Coimbra informa Pessoa do parecer positivo referente a esse anteprojecto, denotando, no entanto, que teria “*de reduzir o edifício junto à Rua dos Combatentes para R/C mais três pisos*”.<sup>71</sup>

Não foi possível obter mais informação acerca deste projeto, não sabendo se este terá sido realmente edificado e sendo a sua concreta localização indefinida.

Os seguintes projetos podem ser analisados como uma extensão do capítulo anterior, uma vez que, também eles fazem parte do plano urbanístico delineado por Pessoa para a cidade de Coimbra, um situado na Avenida Fernão de Magalhães e outro situado na Rua Olímpio Nicolau Fernandes.

Relativamente ao edifício implantado na Avenida Fernão de Magalhães não foi possível encontrar qualquer investigação que o mencionasse. Aquando uma análise mais profunda das atas camarárias da década de 1960, foi encontrada uma referência a este projeto<sup>72</sup> e, após pesquisa no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal, foram encontradas peças desenhadas<sup>73</sup> – alçados e corte transversal - relativas ao mesmo, que apesar de não estarem datadas ou legendadas, estão assinadas pelo arquiteto Alberto José Pessoa.

Este edifício era já apontado nos primeiros planos e perspectivas que Pessoa desenha para a Avenida Fernão de Magalhães ainda na segunda metade da década de 1950. Nestes desenhos o bloco habitacional implanta-se do lado nordeste da Avenida e perfaz quase a totalidade do perímetro do quarteirão

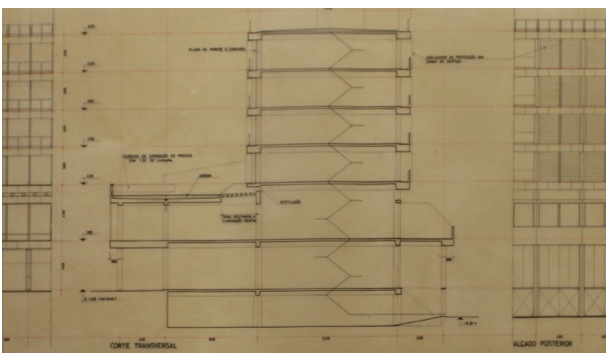
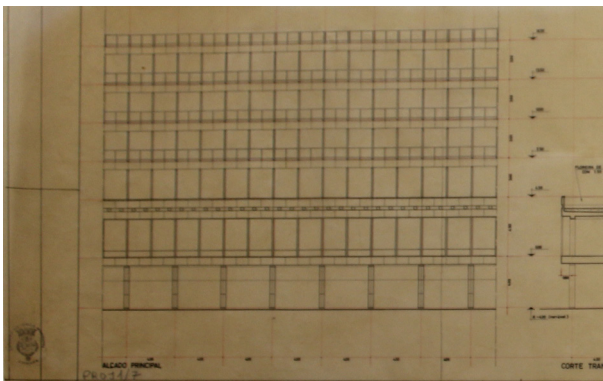
<sup>74</sup> PESSOA, Alberto José (1956) *Planta do Existente com Sobreposição do Estudo*. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento de Território. Ver Anexo X.

<sup>75</sup> PESSOA, Alberto José (1958) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra 1ª Remodelação - Planta de Apresentação*. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território. Ver Anexo X.

<sup>76</sup> PESSOA, Alberto José (1956) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra 1ª Remodelação*. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território. Ver Anexo 1.

<sup>77</sup> Edifício correspondente aos numeros 456-508 da Avenida Fernão de Magalhães.

<sup>78</sup> AAVV (2008) *Anais do Municipio de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 220. Ata 47BO/210. Ver anexo 3.



102 | Alberto Pessoa, Avenida Fernão de Magalhães - Alçado Principal dos edificios sujeitos a módulo (196-)

103 | Alberto Pessoa, Avenida Fernão de Magalhães - Corte Transversal dos edificios sujeitos a módulo (196-)

delimitado pela Avenida Fernão de Magalhães, Rua João Machado, Rua Figueira da Foz e Azinhaga dos Lázaros. No primeiro plano, de 1956<sup>74</sup>, o arquiteto delinea um conjunto mais compacto jogando a altura dos volumes, enquanto que no desenho mais tardio, de 1958<sup>75</sup>, opta por conceber uma volumetria contínua, prevendo o desenho de um espaço ajardinado de lazer no interior do quarteirão, oferecendo assim condições de salubridade ao espaço e indo ao encontro ao que havia redigido na memória descritiva do Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra.<sup>76</sup>

Analisando as plantas de implantação do Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra e o que de facto se encontra na Avenida Fernão de Magalhães hoje em dia, vemos que, na realidade, apenas foi implantado um dos volumes do projeto que o arquitecto Alberto José Pessoa havia idealizado. Este volume insere-se na frente de rua da Avenida Fernão de Magalhães<sup>77</sup>, contudo, não perfaz a totalidade desta, como foi proposto no plano, acabando por ficar limitada lateralmente por um espaço vazio que hoje serve de “parque de estacionamento provisório”, nos terrenos onde se situava o antigo Hospital de São Lázaro e pelo edifício de Comércio e Escritórios projetado por Vasco da Cunha já na década de 1970, que faz o remate do gaveto com a Rua João Machado e que prolonga a ideia de galeria térrea iniciada por Alberto José Pessoa utilizando, no entanto, uma linguagem bastante diferente.

O projeto referente ao “*estudo-base dos edificios sujeitos a módulo do lado nordeste do Plano de Remodelação da Baixa – Avenida Fernão de Magalhães*” é aprovado a 14 de Junho de 1962, no âmbito do Plano de Remodelação da Baixa – Avenida Fernão de Magalhães.<sup>78</sup>

*“A década de sessenta foi muito marcante no desenvolvimento arquitetónico da cidade de Coimbra. Surgem novas utilizações, novos bairros e zonas de expansão, bem como novos materiais e técnicas construtivas que viriam revolucionar a construção dos novos edificios. Um novo conceito formal de organização do espaço é desenvolvido através dos blocos residenciais,*

<sup>79</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 220. Ata 47BO/210. Ver anexo 3.

<sup>80</sup> PESSOA, Alberto José (1956) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra*. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento de Território. Ver Anexo X.



104 e 105 | Catarina Vaz Martins, Avenida Fernão de Magalhães - edifícios sujeitos a módulo (2018)



*edifícios ainda controlados em relação à sua escala e à sua cêrcea, mas que já se assumem na cidade com novos valores.” (DUARTE 2010, p. 65).*

Pessoa, que à época era já uma figura relevante na defesa dos princípios da linguagem moderna, utiliza estes conceitos tendo em conta um dos princípios geradores da cidade moderna, a proximidade entre os diversos usos. Nesta nova Avenida, que se pensou moderna e que viria a ser uma das artérias principais de entrada na cidade, tornava-se necessário aproximar a habitação ao comércio, aos serviços e ao lazer, surgindo assim volumes onde se reuniam todas estas funções essenciais e que mantinham boas ligações aos centros urbanos (DUARTE 2010, p. 203).

Na memória descritiva do estudo apresentado, Alberto Pessoa enumera as “*características fundamentais da disciplina arquitetónica do conjunto*”, especificando que a modulação do edifício deveria ser horizontal e vertical e as dimensões e acabamentos de todos os elementos arquitetónicos deveriam ser inflexíveis, de modo a conseguir uma leitura de unificação do ritmo do conjunto.<sup>79</sup>

O bloco habitacional projetado pelo arquiteto Alberto José Pessoa assenta sobre uma planta base de forma retangular que se divide em três blocos iguais, sendo estes subdivididos em oito módulos em cada um dos 6 pisos, criando uma matriz que rege a malha estrutural do edifício.

O edifício é constituído por cave, R/C e cinco pisos, cumprindo a função urbana para o qual foi desenhado no piso térreo desenvolvem-se programas públicos com o desenho de uma galeria destinada ao comércio e garagens, acima emerge o andar reservado a escritórios e consultórios, avançando como uma pala assente em pilares sob a galeria comercial, os quatro pisos restantes são destinados a habitação, sendo estes recuados de modo a não prejudicar a vista das colinas da Conchada.<sup>80</sup> A cobertura da galeria de serviços é acessível através do terceiro piso, o arquiteto tinha em mente a criação de uma cobertura ajardinada para este espaço e a utilização de floreiras como separação de prédios, no corte transversal<sup>81</sup> podemos ver que Alberto Pessoa havia também pensado em criar

<sup>81</sup> PESSOA, Alberto José (s.d.) *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra / Avenida Fernão de Magalhães - estudo base dos edifícios sujeitos a módulo, lado nordeste*. Coimbra:Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra. Ver anexo 4.

<sup>82</sup> in: *Diário de Coimbra*, ed. 22 Setembro 1955.

<sup>83</sup> ANDRADE, Carlos S. (2001) *Mercado D. Pedro V - Uma História com História*. in: Suplemento especial do *Diário de Coimbra*. *Diário de Coimbra*.



106 | Fernando Marques, Mercado Municipal D. Pedro V (1966)

um vão neste espaço, destinado à entrada de luz zenital para a área de escritórios, contudo, observando a planta atual concluímos que tal ideia já não se encontra em funções.

O último edifício a ser analisado é o projeto para o Mercado Municipal D. Pedro V. Através de atas camarárias chegamos à conclusão que o pedido de remodelação do edifício ao arquiteto Alberto Pessoa remonta ainda à década de 1950, contudo as suas propostas forma só apresentadas já na década seguinte, estas, apesar de bastante elogiadas não obtiveram o aval da Câmara Municipal.

Nos anos 50, o Mercado Municipal D. Pedro V era um local de grande afluência pela população local e dos arredores, havendo um significativo número de pessoas que lá se deslocavam a fim de comprar e vender os seus produtos. Devido à falta de capacidade de resposta do Mercado Municipal ao grande afluxo de pessoas, vinha surgindo desde há muito a necessidade de uma remodelação “*desse anti-higiénico e inestético aglomerado*”<sup>82</sup>, no entanto acabavam por ser feitas apenas pequenas reparações no edificado, sendo as mais frequentes executadas na cobertura do pavilhão do peixe.

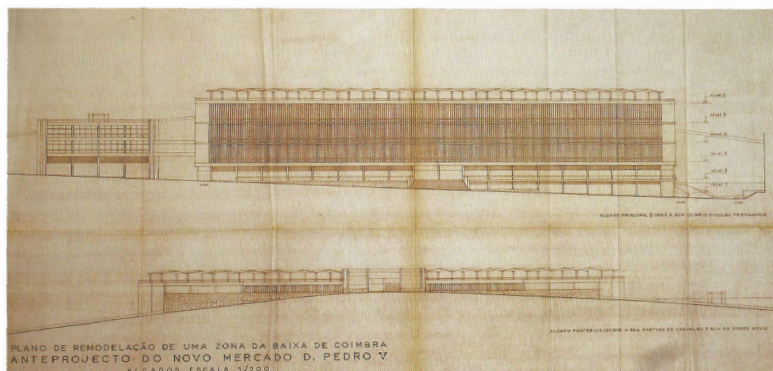
Em 1955 foi efetuada uma maior intervenção no edifício, a reconstrução da cobertura do pavilhão da peixaria e construção de um novo pavilhão para o comércio de fruta, contudo, mais uma vez, todas as obras e remendos em breve se mostravam insuficientes.<sup>83</sup> Impunha-se, portanto, uma remodelação completa do edifício do Mercado Municipal D. Pedro V.

A 1 de Setembro de 1960, em sessão camarária, o vereador do Pelouro de Obras dá o seu parecer relativo à “*Urbanização da Zona entre a Praça 8 de Maio e a Avenida Sá da Bandeira*”, proposta de urbanização da autoria de Alberto Pessoa, que já vinha sendo estudada desde 1958 e onde já é feita referência ao Mercado Municipal. Em relação à implantação deste edifício é dito que “*está implantado de forma a obter-se um arranjo aceitável do local, mas a enorme redução da área atual (cerca de metade) torna-o pouco funcional, porquanto terá de se procurar na altura uma compensação. A deslocação daquelas instalações era*

<sup>84</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 160-161. Ata BO/202. Ver Anexo X.

<sup>85</sup> AAVV (2008) *Anais do Município de Coimbra: 1960-1969*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. p. 309. Ata BO/222-8. Ver Anexo X.

<sup>86</sup> ANDRADE, Carlos S. (2001) *Mercado D. Pedro V - Uma História com História*. in: Suplemento especial do Diário de Coimbra. Diário de Coimbra.



107 | Alberto Pessoa, Anteprojecto do novo Mercado D. Pedro V - alçados (1964)

108 | Mercado Municipal D. Pedro V (s.d.)

109 | Rua Olimpio Nicolau Fernandes (s.d.)

*aconselhável, se fosse possível encontrar local capaz.*<sup>84</sup>.

Nos finais do ano de 1964, Pessoa apresenta o “*Plano de Remodelação da Baixa – Ante-projecto do novo mercado D. Pedro V*”.

Novamente em sessão camarária, desta feita a 11 de Fevereiro de 1965, é analisada uma nova proposta do arquiteto Alberto José Pessoa para a construção do dito edifício. Esta proposta, já com sete anos de atraso, obedecia a certas normas, de forma a conseguir-se o alargamento da Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes como prolongamento da Avenida Sá da Bandeira.

Feita a análise das peças escritas e desenhadas do anteprojecto, esta demonstrou que a solução em altura, com os seus seis níveis, com entradas pela Rua da Fonte Nova e pela Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, reduziria a ocupação do terreno de 7.500 m<sup>2</sup> para os 3.100 m<sup>2</sup>, resultando num benefício de alargamento da referida rua e da construção de um parque de estacionamento para 40 viaturas.<sup>85</sup> Alberto José Pessoa recua para sul o novo edifício permitindo o alargamento da Rua Olímpio Nicolau Fernandes e implanta o volume de uma nova biblioteca, demolindo o edifício onde hoje se localiza a Escola Jaime Cortesão (FARIA 2006, pp. 130-137). A vereação aprovou o anteprojecto, sendo que esta era uma das principais necessidades a satisfazer na cidade, contudo, este não passaria do papel, continuando Coimbra a ter um Mercado Municipal degradado e sem condições durante largos anos.

No ano de 1983, o vereador Viterbo Correia, apresenta uma proposta, após ter historiado os vários estudos que, desde há muito vinham sendo feitos, com o objetivo da remodelação do edifício. Esta foi aprovada em sessão camarária, tendo sido decidido voltar a contactar novamente o arquiteto Alberto José Pessoa para executar nova proposta de remodelação do Mercado, cobertura do recinto das hortaliças e construção de um bar de apoio, concluído apenas em 1986<sup>86</sup>, já após a morte de Alberto Pessoa.



## **Considerações Finais.**





## Considerações Finais

Quando me propus a desenvolver este trabalho, tinha a percepção que o arquiteto Alberto Pessoa havia projetado edifícios marcantes, particularmente na cidade de Lisboa, sendo que, o objetivo inicial da investigação era o de fazer uma sistematização dos seus edifícios menos conhecidos. Contudo, após análise de toda a pesquisa, consulta de diversas publicações e artigos e visita aos arquivos de Lisboa, esta revelou a inumerável quantidade de obra que este arquiteto havia desenvolvido, não só na capital como por todo o país, ao longo de quase cinquenta décadas de percurso profissional, tornando impossível o estudo das mesmas em tão curto espaço de tempo.

Optei então por restringir o tema geográfica e temporalmente, limitando a investigação à cidade de Coimbra, sua cidade natal, entre os anos de 1942 e 1965, pois este era uma localização de mais fácil acesso e com temáticas ainda por estudar.

Alberto Pessoa foi um arquiteto incontornável no panorama arquitetónico



da segunda metade do século XX. Na cidade de Coimbra existem vários fatores que levaram a que hoje seja possível fazer uma síntese da evolução do seu percurso profissional através de dois momentos-chave, como foi analisado ao longo da dissertação.

Consideramos como primeiro momento os seus projetos iniciais, como arquiteto contratado para a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra na década de 1940 e primeira metade da década de 1950, com clara influência do seu percurso biográfico, anos formativos e o facto de ter colaborado com os arquitetos José Ângelo Cottinelli Telmo e Luís Cristino da Silva. Este primeiro momento, em que o regime ditatorial português condicionava a arquitetura e urbanismo, impondo o seu gosto e estética monumental, antecedendo o advento do segundo momento-chave no percurso de Alberto Pessoa, então influenciado pelo I Congresso Nacional dos Arquitetos, procurando uma linguagem internacional moderna, que conduziria a um novo traçado no seu desenho e reorganização da cidade, através de estudos e planos urbanísticos.

Através da análise historiográfica do conhecimento já produzido, consulta de arquivos e análise bibliográfica, esta investigação revelou a qualidade da obra de Alberto José Pessoa na cidade de Coimbra, visando assim contribuir para a divulgação e reconhecimento desta na cidade e servindo de ponto de partida para estudos posteriores.



## **Fontes e Referências.**



## Referências Bibliográficas

AAVV (1990). **A velha alta... desaparecida – Álbum comemorativo das Bodas de Prata da Associação de Antigos Estudantes de Coimbra**. Coimbra: Livraria Almedina.

AAVV (2008). **Anais do Município de Coimbra: 1960-1969**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

AAVV (1996). **Mostra Restrospectiva - Arquitecto Alberto José Pessoa: 1919/1985**. Catálogo de Exposição. Figueira da Foz: Assembleia Figueirense.

AAVV (2006). **Evolução do Espaço Físico em Coimbra**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

AAVV (2015) **Risco Interior: O Desenho de Mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra**. Catalogo Anozero'15. Coimbra: Circulo de Artes Plásticas de Coimbra.

AAVV (1952). “**A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur**.” in: Revista Arquitectura (45): 9-11.

AAVV (1990). **Velha Alta.. desaparecida - Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação de Antigos Estudantes de Coimbra**. Coimbra: Livraria Almedina.

ALMEIDA, Pedro Vieira (et.al.) (1997). **Arquitectura do Século XX: Portugal**. Frankfurt: Deutsches Architektur-Museum.

AGAREZ, Ricardo (2009). **O Moderno Revisitado - Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950**. Lisboa: Arquitectura e Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa.

ANDRADE, Carlos S. (2001). **Mercado D. Pedro V. Uma História com História**. in: Suplemento especial do Diário de Coimbra.

BANDEIRINHA, José António Oliveira (1998). **Os Edifícios da Associação Académica e o Teatro de Gil Vicente**. Revista Monumentos – Dossier Universidade de Coimbra (8): 83-87

BANDEIRINHA, José António Oliveira (2013). **Estádio Universitário de Coimbra**. Catálogo Exposição EUC 50 anos.





BECKER, Annette (org.); TOSTÕES, Ana (org.); WANG, Wilfried (org.) (1997). **Arquitetura do Século XX: Portugal**. Munchen, New York: Prestel; Frankfurt am Main: Deutsches Architektur-Museum; Lisboa: Portugal-Frankfurt 97; Lisboa: Centro Cultural de Belém

BERNARDINO, Raquel (2012). **Coimbra: Arquitetura e Poder – Três Polos Universitários, Três Episódios na Cultura Arquitectónica Portuguesa**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

BRITES, Joana. (2017) **Estado Novo, Arquitetura e “Renascimento Nacional”**. RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). 100-113.

CAMPOS, Joana Capela de; MURTINHO, Vítor (2017). **O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra**. Comunicação Pública (Online). Volume 12. Numero 23.

CAMPOS, Joana Capela de; MURTINHO, Vítor (2017). **University City of Coimbra, “tabula rasa” as a Project Methodology**. Revista Joelho. Numero 8 – Ideas and Practices for the European City. (8): 112-125.

CONSTANTINO, Susana. (2017) **Coimbra e o Valor Identitário da Retórica do Estado Novo**. DEARQ. Numero 21 – Ciudad, Literatura y Arquitectura en Portugal. (21): 64-75.

CONSTANTINO, Susana. (2017) **Monumentalidade Moderna. As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura nos Centros Culturais do Pós-Guerra**. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

CORREIA, Nuno (2016). **Crítica e debate arquitectónico na 3ª série da revista “Arquitetura”. Portugal 1957-1974**. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universitat Politècnica de Catalunya – Departament de Composició Arquitectònica.

CORTEZ, João Carlos Costa (2013). **Projecto Luminotécnico para o Interior do Mercado Municipal de Coimbra**. Relatório de Projecto para a obtenção do grau de Mestre em Instalações e Equipamentos em Edifícios.

COSTA, João Pedro Cardoso Gomes da (2015). **O Edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1936-1956)**. Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra vol.46/47. ed: Imprensa da Universidade de Coimbra.



D'ALMEIDA, Patrícia Bento (2013). **Bairro(s) do Restelo: Panorama Urbanístico e Arquitetónico**. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

DUARTE, Maria Eduarda de Almeida Aleixo (2010). **A Habitação Coletiva em Coimbra – Modelos de arquitetura residencial no período compreendido entre 1958 e 1974**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC.

FARIA, José Santiago (2006). **A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra**. Revista Monumentos, Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa (25):130-137. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

FERNANDES, José Luís dos Santos (2008). **Requalificação da Periferia Urbana – Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra**. Tese de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE.

FERNANDES, Mário Gonçalves (2017). **Morfogéneses e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo**. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FERREIRA, Jorge Manuel Fernandes Figueira (2010). **O Arquiteto Azul**. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.

FRANÇA, José Augusto (2009) **A arte em Portugal no século XX: 1911-1961**. Lisboa: Livros Horizonte.

GONÇALVES, Guida Manuela Ramalho (2010) **Coimbra por entre Linha – O transporte coletivo sobre carris e a evolução do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da FCTUC.

LOBO, Susana (2015). **Cidade Universitária de Coimbra: o desenho do mobiliário na construção de uma 'obra total'**. in Mobiliário para edifícios públicos. Portugal 1934-1974. Lisboa: MUDE, Museu do Design e da Moda / Caleidoscópio. pp. 156-173.

MACHADO, Paula (2005) **Alberto José Pessoa – 1919/1985**. Lisboa: Comissão Municipal de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa.

MENDES, Rui Manuel Vaz (2004) **Instalações Académicas de Coimbra**. Prova Final para conclusão da licenciatura em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.



- PEDREIRINHO, José Manuel (2017). **Dicionário dos Arquitetos. Ativos em Portugal do Século I à Atualidade**. Lisboa: Afrontamento.
- PINTO, Tiago André Baptista de Campos (2017). **Cottinelli Telmo e o projeto da Cidade Universitária de Coimbra**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa.
- POIARES, Horácio (2013). **Ganhar o Estádio Universitário – 50 anos de história**. Catálogo Exposição EUC 50 anos.
- PORTAS, Nuno (1973). **A evolução da Arquitetura Moderna**. in: ZEVI, Bruno. História da Arquitetura Moderna. Lisboa: Editora Arcádia. pp. 733-736.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas (1956). **Cidade Universitária de Coimbra – Edifícios da Faculdade de Medicina e Biblioteca**. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas (1951). **Cidade Universitária de Coimbra – Edifício da Faculdade de Letras**. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas (s.d.). **Cidade Universitária de Coimbra – Instalações Académicas**. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- RODRIGUES, Augusto Manuel (1998). **Arquivo da Universidade de Coimbra**.
- ROSSA, Walter (2015). **Fomos condenados à Cidade – Uma Década de Estudos Sobre Património Urbanístico**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ROSMANINHO, Nuno (2006). **O Poder da Arte – O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra**. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- ROSMANINHO, Nuno (1996). **Princípio de um “Revolução Urbanística” no Estado Novo - Os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra, 1934-1940**. Coimbra: Minerva.
- ROSMANINHO, Nuno (2014). **Cidade Universitária de Coimbra: património e exaltação**. Revista Portuguesa de História (45): 629-646.
- ROSMANINHO, Nuno (1998). **A Cidade Universitária de Coimbra no Estado Novo – O Espaço Disponível**. Revista Monumentos, Dossier Universidade de Coimbra (8): 72-77. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.



ROSMANINHO, Nuno (2018). **Uma Nova Alta de Coimbra**. Revista Visão História (46): 44-47.

ROSMANINHO, Nuno (2006). **A Cidade Universitária de Coimbra e a Expressão Totalitária da Arte**. Revista Latitudes – Esthétiques et Politique (26): 9-15.

ROSMANINHO, Nuno (2015). **Coimbra e o Imaginário: a cidade entre o Romantismo e o Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SAÚDE, Raul Filipe Tavares Roque (2001). **Alberto Pessoa – Figueira da Foz, 1963/1985**. Prova Final para conclusão da licenciatura em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

SILVA, Armando Carneiro da (1981). **Anais do Município de Coimbra: 1940-1959**. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

SOBEŠČUKAITĖ, Neringa (2013). **Two Regimes. Two University Cities**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis (1998). **Coimbra “Cidade Universitária” ou “Cidade (e) Universidade”?**. Revista Monumentos, Dossier Universidade de Coimbra (8): 11-13. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

TOSTÕES, Ana (1997). **Os Verdes Anos na Arq. Portuguesa dos Anos 50**. Porto: FAUP.

TOSTÕES, Ana (2015). **A Idade Maior. Cultura e Tecnologia na Arquitetura Moderna Portuguesa**. Porto: FAUP.

TOSTÕES, Ana (2017). **Gulbenkian: Arquitectura e Paisagem**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

## **Documentos de Arquivo**

AAVV (?). **Correspondência CAPOCUC**. Processo CUC 103. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José (1942). **Memória Descritiva do Projeto para o Arquivo da Universidade de Coimbra**. Processo CAPOCUC – CUC 2008-83. Arquivo da Universidade de Coimbra.





PESSOA, Alberto José (1942). **Memória Descritiva do Projeto da Biblioteca Central / Geral**. Processo CAPOCUC – CUC 102. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José (1944). **Memória Descritiva do Projeto da Biblioteca Central / Geral**. Processo CAPOCUC – CUC 2008-97. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José (1944). **Processo da Biblioteca Geral – Peças Desenhadas**. Processo CAPOCUC – CUC 2008-141. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José; Manta, João Abel (1957). **Memória Descritiva do Projeto da Associação Académica da Cidade Universitária de Coimbra**. Processo CAPOCUC – CUC 475A-1. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José; Manta, João Abel (1957). **Memória Descritiva do Projeto da Associação Académica da Cidade Universitária de Coimbra**. Processo CAPOCUC – CUC 475A-2. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José; Manta, João Abel (195). **Memória Descritiva do Projeto da Zona Desportiva da Cidade Universitária de Coimbra – campo principal, balneários e bancada**. Processo CAPOCUC – CUC 2008-25. Arquivo da Universidade de Coimbra.

PESSOA, Alberto José (1956). **Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra**. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

PESSOA, Alberto José (1958). **Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra – 1ª Remodelação**. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

PESSOA, Alberto José (1959). **Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea - Coimbra**. Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

SILVA, Luís Cristino (1954). **Instalações Académicas - Anteprojecto do Conjunto, soluções A e B**. Processo CAPOCUC – CUC 364. Arquivo da Universidade de Coimbra.



## Fontes das Imagens

Todos os sítios online consultados estavam disponíveis em Agosto 2018.

**Imagem 1** <https://almanaquesilva.wordpress.com/?s=arlindo+vicente>

**Imagem 2** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 3** <http://restosdecoleccion.blogspot.com/search?q=mundo+portugues>

**Imagem 4** Imagens gentilmente cedidas pelo Professor Nuno Correia | Revista Arquitectura

**Imagem 5** Imagens gentilmente cedidas pelo Professor Nuno Correia | Revista Arquitectura

**Imagem 6** <http://convergencias.esart.ipcb.pt/?p=article&id=288>

**Imagem 7** Idem

**Imagem 8** Idem, ibidem.

**Imagem 9** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Mário Novais

**Imagem 10** <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/08/o-porto-onde-nasci-e-cresci1.html>

**Imagem 11** [https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposições\\_Gerais\\_de\\_Artes\\_Plásticas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposições_Gerais_de_Artes_Plásticas)

**Imagem 12** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 13** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Mário Novais

**Imagem 14** Idem

**Imagem 15** <https://www.publico.pt/2011/06/17/jornal/modernos-regressam-ao-ateneu-do-porto-22292311>

**Imagem 16** <http://arquivoatom.up.pt/index.php/fotografia-de-grupo-4>

**Imagem 17** [https://pt.wikipedia.org/wiki/I\\_Congresso\\_Nacional\\_de\\_Arquitectura](https://pt.wikipedia.org/wiki/I_Congresso_Nacional_de_Arquitectura)

**Imagem 18** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 19** Idem.

**Imagem 20** Idem, ibidem.

**Imagem 21** Idem, ibidem.

**Imagem 22** Idem, ibidem.

**Imagem 23** Foto da autora.

**Imagem 24** Idem.

**Imagem 25** Idem, ibidem.

**Imagem 26** <https://clubepatrimonio.blogs.sapo.pt/2018/05/>

**Imagem 27** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra

**Imagem 28** <https://toponimialisboa.wordpress.com/2014/07/10/a-lisboa-de-alberto-jose-pessoa/>



**Imagem 29** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Mário Novais

**Imagem 30** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 31** <https://www.pinterest.pt/pin/351562314657104180/?lp=true>

**Imagem 32** <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1579130>

**Imagem 33** AAVV (1990). A velha alta... desaparecida. Coimbra: Livraria Almedina.

**Imagem 34** <http://calhabecirculacao.blogspot.com/2011/07/o-pirata.html>

**Imagem 35** Coleção de fotografia de Vítor Rochete

**Imagem 36** <https://www.studies-in-europe.eu/galeria/68671/2378/3059>

**Imagem 37** <https://www.pinterest.pt/pin/445926800583217191/>

**Imagem 38** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 39** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra– coleção de postais ilustrados

**Imagem 40** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 41** Idem.

**Imagem 42** IMAGOTECA da Câmara Municipal de Coimbra

**Imagem 43** BERNARDINO, Raquel (2012). Arquitetura e Poder. Dissertação de MIA apresentada ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra

**Imagem 44** <http://www.padraodosdescobrimientos.pt/en/event/visita-guiada-2/>

**Imagem 45** <http://encontrogeracoesbnm.blogspot.com/2012/11/coimbra-antiga-alta-de-coimbra.html>

**Imagem 46** Idem.

**Imagem 47** <https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/tag/daniel+rodrigues>

**Imagem 48** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra – coleção de postais ilustrados.

**Imagem 49** AAVV (1990). A velha alta... desaparecida. Coimbra: Livraria Almedina.

**Imagem 50** <http://coimbraantiga.blogspot.com>

**Imagem 51** SOBEŠČUKAITE, Neringa (2013). Two regimes. Two Univerity Cities. Dissertação de MIA apresentada ao Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra.

**Imagem 52** AUC Processo 102 da CAPOCUC

**Imagem 53** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 54** AUC Processo 316 da CAPOCUC

**Imagem 55** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 56** AUC Processo 365 da CAPOCUC

**Imagem 57** <http://coimbraantiga.blogspot.com>



**Imagem 58** SOBEŠČUKAITE', Neringa (2013). Two regimes. Two University Cities. Dissertação de MIA apresentada ao Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra.

**Imagem 59** Fotografia de Bruno Pires

**Imagem 60** Fotografia de Bruno Pires

**Imagem 61** <http://contraditoriomortaguense.blogspot.com/2016/06/alfredo-fernandes-martins-1893-1965-0.html>

**Imagem 62** <https://www.pinterest.pt/pin/445926800583217191/>

**Imagem 63** [www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Iamges/SIPAIImage.aspx?pd=306678](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Iamges/SIPAIImage.aspx?pd=306678)

**Imagem 64** [www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Iamges/SIPAIImage.aspx?pd=306677](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Iamges/SIPAIImage.aspx?pd=306677)

**Imagem 65** PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas (s.d.). Cidade Universitária de Coimbra – Instalações Académicas. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.

**Imagem 66** AUC, Processo 698 da CAPOCUC

**Imagem 67** Idem.

**Imagem 68** <http://www.redalyc.com/pdf/3416/341653836007.pdf>

**Imagem 69** <http://www.pinterest.es/marseguro/coimbra-doutros-tempos/>

**Imagem 70** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 71** Idem.

**Imagem 72** Idem, ibidem.

**Imagem 73** Idem, ibidem.

**Imagem 74** <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros/urbanismo/arqueologia/trabalhos-arqueologicos/9985-linha-de-eletricos-entre-a-rua-da-alegria-e-a-rotunda-das-lages/file>

**Imagem 75** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Horácio Novais

**Imagem 76** <http://www.skyscrapercity.com/showthread.pphp?T=491710>

**Imagem 77** [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-30302015000200011](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302015000200011)

**Imagem 78** Idem.

**Imagem 79** <http://www.skyscrapercity.com/showthread.pphp?T=764154&page=7>

**Imagem 80** Idem.

**Imagem 81** Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território

**Imagem 82** Idem.

**Imagem 83** Idem, ibidem.

**Imagem 84** FARIA, José Santiago (2006). A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra. Revista Monumentos, Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa (25):130-137. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.





**Imagem 85** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra.  
**Imagem 86** <http://impactum-journals.uc.pt/joelho/article/view/2496>  
**Imagem 87** Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território  
**Imagem 88** Idem.  
**Imagem 89** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra.  
**Imagem 90** Idem.  
**Imagem 91** <http://clubepatrimonio.blog.sapo.pt/2018/05/>  
**Imagem 92** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra.  
**Imagem 93** <http://br.pinterest.com/pin/351562314654763087>  
**Imagem 94** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra – coleção de postais ilustrados.  
**Imagem 95** Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Mário Novais  
**Imagem 96** Idem.  
**Imagem 97** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra  
**Imagem 98** Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território  
**Imagem 99** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra – coleção de postais ilustrados.  
**Imagem 100** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra  
**Imagem 101** Idem.  
**Imagem 102** Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra  
**Imagem 103** Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Coimbra  
**Imagem 104** Fotografia da autora  
**Imagem 105** Fotografia da autora  
**Imagem 106** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra  
**Imagem 107** FARIA, José Santiago (2006). A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra. Revista Monumentos, Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa (25):130-137. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.  
**Imagem 108** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra  
**Imagem 109** IMAGOTECA da Biblioteca Municipal de Coimbra



## **Anexos.**

## **Anexo I**

### ***Cronologia - Biografia e Percurso Profissional***

A seguinte cronologia reúne alguns dos estudos e projetos que Alberto José Pessoa desenvolveu por todo o país, assim como conferências e exposições em que participou ao longo do seu percurso profissional.

Este documento foi construído a partir da junção de toda a informação reunida na pesquisa, iniciada ainda antes da definição de uma baliza temporal e cronológica para o trabalho.

As principais fontes biográficas e documentais foram o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa que reúne inúmeras obras de Alberto Pessoa, tendo sido necessário fazer uma seleção das mesmas; a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian; o livro *“O Moderno Revisitado – habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950”* (2009), do arquiteto Ricardo Costa Agarez; a tese de doutoramento da doutora Patrícia Bento d’Almeida *“Bairros(s) do Restelo Panorama Urbanístico e Arquitetónico”* (2013), a prova final de Licenciatura de Raúl Filipe Tavares Roque Saúde *“Alberto Pessoa – Figueira da Foz, 1962-1985”* (2001) e o catálogo da exposição na Figueira da Foz *“Mostra Retrospectiva Arquiteto Alberto José Pessoa: 1919/1985”* (1996). Foi ainda reunida informação através de publicações e sítios online.

Nesta cronologia optou-se por não identificar as fontes de cada uma das referências de modo a não tornar o documento demasiado longo e exaustivo.

#### **1919**

Alberto José Pessoa nasce em Coimbra a 19 de Abril;

#### **1927**

Exposição de Alberto José em Coimbra

#### **1932**

Exposição de Arlindo Vicente e Alberto José na Rua Ferreira Borges, em Coimbra

#### **1942**

Colaboração no Gabinete do Plano de Obras da Praça do Império e zona Marginal de Belém – em *parceria com o arquiteto Lucínio Guia da Cruz, sob orientação do arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo;*

Anteprojecto dos Centros Extraescolares para a Mocidade Portuguesa - em *parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra;*

Integra a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra - sob orientação do arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo;  
Projecto para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

**1943**

Licenciou-se em Arquitetura com uma nota final de 17 valores na Escola de Belas-Artes de Lisboa;

Inicia o seu tirocínio com o arquiteto Francisco Keil do Amaral;  
Projecto para o Arquivo da Universidade de Coimbra

**1944**

Realiza uma visita de estudo à Cidade Universitária de Madrid, entre 22 de Abril e 2 de Maio, na companhia de José Ângelo Cottinelli Telmo, Manuel de Sá e Mello e Lucínio Guia da Cruz

**1945**

Desempenha funções como arquiteto na Câmara Municipal de Lisboa;

Projeto para Restaurante e arranjo do Jardim do Campo Grande, Lisboa – em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra;

Projeto para “*Moradia para o Exmo. Sr. Henrique Hauser*” na Rua São Francisco Xavier, numero 6, Lisboa – obra finalista do Prémio Valmor 1946;

Projeto para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**1946**

Apresenta os projetos “*Um Hotel de férias*”, “*Moradia na encosta da Ajuda*”, “*Laboratórios Leseque*” e “*Casa de férias*” na I Exposição Geral de Artes Plásticas

**1947**

Funda Atelier em nome próprio em Lisboa, na Avenida Guerra Junqueiro;

Projeto para “*Conjunto Urbano na Avenida de Paris e Praça Pasteur*” – em parceria com os arquitetos Raul Chorão Ramalho, José Bastos e Lucínio Cruz;

Projeto para “*Clube de Ténis, Monsanto*” – em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra;

Faz parte do júri para atribuição do Prémio Municipal do ano 1947;

É um dos sócios fundadores do grupo Iniciativas Culturais Arte e Técnica;

Projeto interior da “*Livraria Ática*”, Lisboa;

Projeto para “*Camisaria Cotrim*”, Lisboa;

Projeto para “*Tabacaria Adamastor*”

**1948**

Integra a Mesa da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitetos,

presidida pelo Prof. Porfírio Pardal Monteiro até 1950;

Participa no I Congresso Nacional de Arquitetura;

Projeto para o “*Palácio da Cidade*” no topo norte do Parque Eduardo VII, Lisboa – 1ª versão – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Remate do topo norte da Alameda Central do Parque Eduardo VII, Lisboa – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Projeto para “*Moradia para o Exmo. Sr. Joaquim Gama Imaginário*” na Rua Fernão Lopes de Castanheda, numero 7, Lisboa – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral*;

Projeto para “*Moradia para o Exmo. Sr. Dr. Alfredo Simões Travassos*” na Encosta da Ajuda, Rua Duarte Pacheco Pereira, numero 54, Lisboa – *obra finalista do Prémio Valmor e Municipal de 1950*;

Projeto para a “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Adolfo Bravo*” na Rua Duarte Pacheco Pereira, numero 35, Lisboa;

Projeto para a “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Cantante da Mota*” na Rua Duarte Pacheco Pereira, numero 37, Lisboa – *Prémio Valmor de 1950*;

Projeto para obras de reconversão interior do edifício da Imprensa da Universidade de Coimbra

#### **1949**

Projeto para “*Estufa Fria*” do Parque Eduardo VII, Lisboa – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Projeto para Teatro ao ar livre, Monsanto – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Projeto para a instalação provisória da sede da Associação Académica no Colégio dos Grilos, Coimbra;

É nomeado diretor da revista *Arquitetura*

#### **1950**

“*Botequim e roseiral do Parque Eduardo VII*”, Lisboa – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Expõe os projetos “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Adolfo Bravo*” e “*Moradia do Exmo. Sr. Dr. Cantante da Mota*” na V Exposição Geral de Artes Plásticas;

É-lhe atribuído o Prémio Valmor pela moradia na Rua Duarte Pacheco Pereira, numero 37, Lisboa;

Projeto para edifício de habitação multifamiliar na Rua da Infancia Dezasais, numero 29, Lisboa – *em parceria com o arquiteto Hernâni Gandra*;

#### **1951**

Integra a Mesa da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitetos,

presidida pelo Arquiteto Inácio Peres Fernandes até 1956;

Projeto para “*Moradia para os Exmos. Srs. Adolfo Bravo e Cantante da Mota*” na Rua Fernão Lopes de Castanheda, numero 8, Lisboa – *obra finalista do Prémio Municipal de 1952*;

“*Edifício Carvalho e Freitas / Mobil*”, Luanda – *em parceria com João Garcia de Castilho*;

## **1952**

Projeto para edifício de habitação multifamiliar na Rua Correia Teles, numero 15, Lisboa;

## **1953**

Funda Atelier na Avenida João Crisóstomo, em colaboração com o arquiteto João Abel Manta;

Leciona a cadeira de Projeto na Escola de Belas-Artes de Lisboa, como professor-assistente do arquiteto Luís Cristino da Silva até 1962;

Projeto para “*Padrão do Miradouro*”, Monsanto – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Projeto para “*Parque infantil do Alvito*”, Monsanto – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Projeto para “*Parque Infantil do Alto da Serafina*” – *em parceria com os arquitetos Francisco Keil do Amaral e Hernâni Gandra*;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 13, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe 5, para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 15, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 17, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 19, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 21, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 23, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 25, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe 5, para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 27, Lisboa;

Participa no III Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em Lisboa

**1954**

Projeto para “*Conjunto Urbano na Avenida Infante Santo*”, Lisboa – em parceria com os arquitetos João Abel Manta e Hernâni Gandra;

“*Agência da Caixa Geral de Depósitos*”, Fafe;

Participa na elaboração de um abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal de Lisboa – “*Artistas Plásticos Portugueses – Exposição, pedindo à Câmara que os chame a colaborar com Arquitetos na elaboração dos seus projetos de construções*”;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 9, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe (?), para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, numero 11, Lisboa;

Projeto para as instalações da Associação Académica de Coimbra

**1955**

Projeto para “*Hotel Infante Santo*”, Lisboa;

Habitações unifamiliares geminadas, de classe 3, para a Cooperativa de Moradias Económicas, localizada na Rua Dom Constantino de Bragança, número 5, Lisboa;

Projeto para as instalações do complexo desportivo do Estádio Universitário de Coimbra

**1956**

Projeto para Conjunto Residencial e Comercial da Avenida Infante Santo, Lisboa – em parceria com os arquitetos João Abel Manta e Hernâni Gandra;

Apresenta os projetos “*Hotel em Luanda*” – em parceria com o arquiteto João Castilho - e “*Um prédio de apartamentos em Lisboa*” na X Exposição Geral de Artes Plásticas;

Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra;

Prémio Municipal pelo “*Conjunto Urbano da Avenida Infante Santo*”, bloco 2, número 70

**1957**

Projeto para “*Moradia do Exmo. Sr. Silveira de Sousa Bual*” na Rua São Francisco Xavier, numero 1 / Rua Dom Lourenço de Almeida, número 9, Lisboa

**1958**

Apresenta o “*Conjunto Urbano da Avenida Infante Santo*” na exposição itinerante “*Contemporary Portuguese Architecture*”;

Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra – 1ª Remodelação



**1959**

Projeto para a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian – *em parceria com os arquitetos Pedro Cid e Ruy d’Athouguia*;  
Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea, Coimbra

**1960**

Projeto para edifício de habitação multifamiliar na Rua Rodrigo da Fonseca, número 206, Lisboa - *parceria com o arquiteto João Abel Manta*;  
Apresentação do projeto de remodelação da zona compreendida entre a Av. Sá da Bandeira e a Praça 8 de Maio, Coimbra

**1961**

Projeto para “*Moradia do Exmo. Sr. Morais Rocha*” na Rua Gonçalo Nunes, número 8, Lisboa.  
Projeto para Pavilhão Municipal da Ajuda, Lisboa

**1962**

Projeto para a Piscina Municipal do Areeiro, Lisboa – *em parceria com o arquiteto João Abel Manta*;  
“*Estudo-base dos edifícios sujeitos a módulo*”, do lado nordeste do Plano de Remodelação da Baixa-Avenida Fernão de Magalhães, Coimbra;  
Anteprojecto para edifício multifamiliar na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Coimbra

**1963**

Projeto para “*Moradia do Exmo. Sr. Artur dos Santos*” localizada na Avenida da Torre de Belém, numero 18/ Rua São Francisco Xavier, número 17, Lisboa;  
Ocupa o cargo de Arquiteto-Consultor na Câmara Municipal da Figueira da Foz;  
“*Estudo de Urbanização para o Vale das Abadias e Ponte do Galante*”, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles*

**1964**

Projeto para conjunto urbano na Rua Ricardo Espírito Santo na Lapa, Lisboa – *em parceria com o arquiteto João Abel Manta*;  
Projeto para Silo-auto, Porto

**1965**

Anteprojecto para o Mercado Municipal de Coimbra

**1966**

Plano de urbanização de Agualva-Cacém, Sintra – *em parceria com o arquiteto*

*João Abel Manta;*

Estudo de Urbanização do Vale das Abadias - Ante-projeto-tipo Célula C – edifícios marginais da Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, Figueira da Foz;  
Estudo da zona de Buarcos, Figueira da Foz

**1967**

*“Estudo de Urbanização do Vale das Abadias”* - Antepiano e implantação das construções da Célula B – edifícios de habitação multifamiliar de 6 pisos na Rua Gulbenkian, Figueira da Foz;

Estudo urbanístico da zona entre as Ruas Engenheiro Silva, Francisco Diniz e da Liberdade, Figueira da Foz

*“Urbanização do Vale das Abadias”* – estudo da escada de acesso e arranjo envolvente do museu, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles*

**1968**

Antepiano do estudo de urbanização da zona de Buarcos a norte do Pinhal de Sotto Mayor, Figueira da Foz;

Estudo prévio das moradias da Rua Calouste Gulbenkian, Figueira da Foz;

Antepiano do estudo de urbanização da zona de Buarcos e norte do pinhal Sotto Mayor, Figueira da Foz;

Urbanização da Nova Zona Marginal de Buarcos, Figueira da Foz

**1969**

Revisão do estudo de urbanização da Nova zona marginal de Buarcos, Bairro da Várzea e Bairro do Mártir Santo, Figueira da Foz;

Loteamento da zona marginal de Buarcos, Figueira da Foz;

Arranjo do arranque da Rua João de Barros

**1971**

Projeto da sua casa de férias, Malveira da Serra;

**1972**

Antepiano de Urbanização da Zona Norte do Vale da Ponte do Galante, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles*

**1974**

Anteprojecto do Aproveitamento turístico do Pinhal de Sotto Mayor – Sociedade Figueira Praia S.A.R.L., Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles*

**1975**

Plano de urbanização da zona norte do Vale da Ponte do Galante, Figueira da Foz – *em parceria com os arquitetos Gonçalo Ribeiro Telles e Harro Wittmer;*

Anteplano do estudo de urbanização da Malha Sudoeste da Cidade – Casal da Robala, Bairro da Bela Vista e Bairro da Estação – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva e Gonçalo Ribeiro Telles;*

Prémio Valmor pelo projeto para Sede e Fundação Calouste Gulbenkian

**1976**

Projeto para a “*Cervejaria da Trindade*”, Lisboa – *em parceria com o arquiteto Raul Chorão Ramalho;*

Projeto para “*Restaurante Folcolore*”, Lisboa – *em parceria com o arquiteto Raul Chorão Ramalho;*

Anteplano do Estudo de Urbanização de Tavadrede, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto Harro Wittmer;*

Forma atelier com Luís Manuel Pessoa

**1977**

Plano de Pormenor do Estudo de Urbanização de Tavadrede, Figueira da Foz – *parceria com o arquiteto Harro Wittmer*

**1978**

Revisão do Plano Geral de Urbanização da Figueira da Foz – *em parceria com os arquitetos Mário Pereira da Silva, Gonçalo Ribeiro Telles, Maria João Palla e Carmo e os economistas Manuel Reis Ferreira e Palma Andrés*

**1980**

Plano de pormenor do Alto do Forno, Quinta da Borloteira, Figueira da Foz – 1ª fase – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva;*

Plano Geral e de Pormenor da Encosta Sul da Serra da Boa Viagem – 1ª Fase – *em parceria com os arquitetos Mário Pereira da Silva e Gonçalo Ribeiro Telles;*

Proposta para arranjo urbanístico da Marginal do Mondego – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva*

**1981**

Plano geral e de pormenor da Encosta Sul da Serra da Boa Viagem - 2ª Fase – *em parceria com os arquitetos Mário Pereira da Silva e Gonçalo Ribeiro Telles;*

Esquema geral da urbanização e plano de pormenor da Cova da Gala, Figueira da Foz – *em parceria com os arquitetos João Abel Manta e Luís Manuel Pessoa;*

Plano de pormenor do alto do forno, Quinta da Borloteira, Figueira da Foz – 2ª fase – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva*

**1982**

Programa-base na Marginal Oceânica, Figueira da Foz – aproveitamento do areal da praia;

Estudo arquitetónico – “*Esplanada Silva Guimarães*”, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto João Abel Manta*;

Anteplano e Plano de pormenor da encosta nascente do Vale das Abadias, Figueira da Foz – 2ª fase – *em parceria com o arquiteto Mário da Silva Pereira*;

Estudo da zona entre as Ruas Joaquim Sotto Mayor e de Buarcos – zona do Coliseu, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva*

**1983**

Projeto de remodelação do Mercado Dom Pedro V, Coimbra

**1984**

Anteplano do arranjo urbanístico da Marginal do Mondego, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto João Abel Manta*;

Plano geral de urbanização da Marginal Oceânica desde o Forte de Santa Catarina a Buarcos – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva e Costa Pardal*;

Anteplano e Plano para arranjo urbanístico da Marginal do Mondego, Figueira da Foz – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva*

**1985**

Pormenorização para Arranjo urbanístico da Marginal do Mondego – *em parceria com o arquiteto Mário Pereira da Silva*;

Falece em Lisboa a 26 de Março

**1986**

Conclusão da renovação do Mercado Municipal de Coimbra

## **Anexo II**

### ***Transcrição de Documentos – Algumas Memórias Descritivas e Extratos dos Anais do Município de Coimbra***

Estes documentos são uma peça importante e complementam os capítulos três e quatro desta dissertação.

Sumário:

173 | Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra (1956)

178 | Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra, 1ª Remodelação (1958)

182 | Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea (1959)

184 | Extratos dos Anais do Município de Coimbra

#### **Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra, Coimbra (1956)**

##### **Memória Descritiva**

O Plano que se apresenta é um estudo de carácter predominantemente arquitetónico, baseado no antepiano de urbanização do arquiteto urbanista Étienne de Gröer, na revisão do mesmo plano (zonamento e circulações) feita pelo Engenheiro Almeida Garrett e ainda nas diretrizes que superiormente me foram transmitidas.

A malha abrangida pelo estudo tem como limites os seguintes arruamentos: Largo da Portagem, ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, Praça 8 de Maio, ruas da Sofia e da Figueira da Foz, até ao Nó da de ligação da futura Autoestrada Lisboa-Porto e Avenida Marginal até à Portagem. Inclui-se no plano uma zona já estudada em pormenor, da margem esquerdo do Mondego, destinada ao núcleo residencial e desportivo da Associação Académica, integrado no plano de obras da Cidade Universitária.

Trata-se, pois, do estudo de arranjo urbano de uma área de mais de 30 hectares., no coração da cidade, isto é, do seu centro comercial, social e administrativo, das suas artérias mais representativa.

Importa desde já considerar que este “centro” devesse ser concebido, não estritamente para uma cidade que terá, dentro de vinte ou trinta anos 100.000 habitantes, mas com certa generosidade e grandeza de modo a torna-lo equilibrado, com escala, e capaz de servir, mesmo depois da Cidade ter ultrapassado aqueles limites populacionais. O centro de Coimbra deverá ainda possuir suficiente elasticidade para se acomodar a futuras solicitações urbanas por ventura desconhecidas ou imprevisíveis.

##### **Estrutura Geral do Plano**

Uma vez assente o abandono da Estação de Caminho de Ferro situada junto ao

Largo das Ameias, toda a área projetada se poderá incluir, segundo a nomenclatura de De Gröer, na “Zona Comercial Central” de Coimbra. Exclui-se, pois, qualquer hipótese de instalações industriais no zonamento estabelecido. Nesta nova zona Comercial Central, ampliada como o que, dentro dos limites do estudo, anteriormente se destinava a Zona Industrial, seguem-se sem grande desvio os índices de ocupação do solo que o antepiano da Cidade deixa avaliar, (de 1 a 1.5 na zona central) propondo-se, no entanto, maneira diferente de repartir os volumes de construção.

A mesma densidade, consoante os métodos como se consegue, pode ser boa ou nefasta; tudo depende, dentro de limites razoáveis, da relação entre as superfícies livres e a altura das construções.

Com o propósito de se obterem, tanto quanto possível, substanciais espaços livres, considerou-se a necessidade de alterar as alturas estabelecidas no antepiano de urbanização, para as edificações.

O número de pisos agora proposto é, em regra, mais elevado, no entanto os índices de ocupação mantêm-se na mesma ordem de grandeza ou terão até baixado, permitindo encarar no futuro, se indispensável, ampliações das áreas construídas; a possibilidade de criação de parques de estacionamento no interior dos quarteirões aparece; surgem diferentes perspectivas urbanas que, pela grandeza da sua escala, serão novos e atuais elementos de esplendor a somar às belezas monumentais coimbrãs as quais, por contraste arquitetónico e por força da dignidade e disciplina do enquadramento projetado se valorizarão.

De acordo com o Art. 9º. Do Regulamento das zonas do plano De Gröer, prevê-se que a Zona Comercial Central seja mista podendo nela ser autorizadas edificações destinadas ao comércio, aos negócios e à habitação. Julga-se, no entanto, preferível reservar exclusivamente para a habitação, dentro da zona, as melhores implantações do espaço urbano disponível, capazes de mais favorável exposição solar, arredadas do tráfego urbano intenso e podendo dispor de adequadas superfícies verdes. A concentração da habitação coletiva numa zona com as características enunciadas, como se estabelece no plano, conduz, por outro lado, ao natural agrupamento dos edifícios destinados aos negócios, escritórios, “ateliers”, etc., ao longo das artérias de características predominantemente comerciais.

Considerando a população de 100.000 habitantes prevista para a Cidade, reservamos para o comércio central ou de luxo, a distribuir ao longo das artérias atrás referidas, uma superfície total de 47.000 m<sup>2</sup>. Este número excede os 4ha. que se haviam, de início, calculado na seguinte base: comércio da zona central, 20% do comércio total da Cidade, considerando que para este são necessários 2m<sup>2</sup> por habitante, ou seja um estabelecimento com a área média de 120 m<sup>2</sup> para cada 60 pessoas.

Para o mercado central destina-se um quarteirão aproximadamente na mesma posição em que Étienne De Gröer o havia estabelecido.

Este mercado poderá desenvolver-se em três pavimentos incluído o rés do chão. A sua área total atingiria assim cerca de 20.000 m<sup>2</sup>.

Para estacionamento das viaturas de abastecimento do mercado reserva-se uma área de 1650 m<sup>2</sup>, no mesmo quarteirão.

Reserva-se um quarteirão para instalação de edifícios públicos (Governo Civil, etc.).

Para a estação rodoviária destina-se uma área de cerca de 5500 m<sup>2</sup> nas proximidades da giração onde se insere a futura Autoestrada Lisboa-Porto.

Prevêem-se dois locais para a construção de escolas primárias.

Um cinema-teatro, um cinema e edifícios para hotéis são assinalados nos locais que se afiguraram de maior interesse para esses fins.

Para parques públicos de estacionamento contou-se com a área de 12.000 m<sup>2</sup> distribuída por toda a zona comercial central. A esta área, que poderá revelar-se no futuro insuficiente, deverão ser adicionadas outras ao longo dos arruamentos secundários no interior dos quarteirões, pela ampliação, sempre que necessário, dos parques agora previstos e ainda pela obrigatoriedade de reserva de espaços nos baixos dos edifícios destinados a grandes armazéns, blocos de escritórios, etc., não só para estacionamento dos automóveis dos seus usuários, mas ainda para carga e descarga de mercadorias.

### Circulações

As linhas mestras deste estudo, quanto as circulações fundamentais, sobrepõem-se as do traçado da revisão do plano De Gröer feita pelo Engenheiro Almeida Garrett.

As mais salientes divergências de pormenor a assinalar dizem respeito à ampliação da Praça 8 de Maio, que se projeta agora penetrando mais longamente pela Rua da Sofia; à supressão de uma rua que, no prolongamento da do Arnado, se ligava à nova Avenida Central, e a ligeiros desvios no traçado de arruamentos subsidiários, nomeadamente daquele que separa o quarteirão reservado a habitação, junto à Avenida Marginal, dos dois confinantes com a Avenida Fernão de Magalhães.

No interior de alguns quarteirões foram considerados arruamentos de serviço, com os respetivos parques de estacionamento.

Para a futura Avenida Marginal prevê-se um perfil que só poderá ter execução depois de totalmente levantada a linha do Caminho de Ferro, incluindo o Ramal da Lousã que tão impropriamente atravessa a Cidade.

Sobre os perfis atribuídos aos arruamentos restantes, alguns dos quais já se acham, quanto à sua posição e largura, comprometidos por construções relativamente recentes e de algum valor, julga-se inútil fazer referências especiais por se encontrarem pormenorizados nos respetivos desenhos, nas folhas números 5, 6, 7 e 8.

Nos desenhos do estudo indicam-se as cotas de nível atribuídas aos arruamentos principais, devendo assinalar-se a circunstância de se prever a possibilidade do rebaixamento do nível da Praça 8 de Maio na zona fronteira à Igreja de Santa Cruz, conseguindo-se assim a sua total valorização.

### Regulamento da Zona por Quarteirão

#### Quarteirão A

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e habitação as-

sim como garagens de recolha e estações de serviço.

As alturas das edificações serão estabelecidas de acordo com as cérceas do plano.

#### Quarteirão B

Prevê-se neste quarteirão a instalação da Estação Rodoviária a qual deverá ser objeto de um estudo pormenorizado. Esta estação poderá incluir um restaurante, bares e pequenos estabelecimentos comerciais. No espaço sobran-te do quarteirão será autorizada a construção de edifícios destinados ao comércio, escritórios e habitação.

É ainda autorizada a construção de garagens de recolha, devendo estas ser servidas pelo impasse interior. As alturas das edificações serão estabelecidas de acordo com as cérceas do plano.

#### Quarteirão C

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e habitação assim como garagens de recolha, desde que servidas pelo arruamento interior. O rés do chão das construções deste quarteirão confinantes com a Avenida Fernão de Magalhães será recuado do plano marginal dos pisos superiores cerca de cinco metros.

As alturas e distribuição de volumes das edificações serão estabelecidos de acordo com as cérceas do plano.

#### Quarteirão D

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e habitação assim como garagens de recolha, desde que não tenham ligação com a Avenida Fernão de Magalhães.

As alturas das edificações serão estabelecidas de acordo com as cérceas do plano.

#### Quarteirão E

São autorizadas edificações nas condições descritas para o quarteirão D.

#### Quarteirão F

Neste quarteirão só serão autorizadas edificações que se destinem exclusivamente a habitação, devendo respeitar-se as condições de implantação previstas no plano, bem como todas as restantes características.

#### Quarteirão G

Este quarteirão será totalmente ocupado pelas instalações do novo Mercado Central.

#### Quarteirão H

Neste quarteirão só deverá ser autorizada a instalação de serviços de inte-



resse publico, os quais deverão ser projetados tendo em consideração as cércneas estabelecidas no plano.

#### Quarteirão I

São autorizadas construções destinadas ao comercio, escritórios e habitação assim como garagens de recolha ou parques de estacionamento privativos, desde que servidos pelo arruamento interior.

Deverá ser reservado para a construção do Cinema-Teatro o terreno assinalado no plano.

As alturas e distribuição de volumes das edificações serão estabelecidos de acordo com as cércneas fixadas no plano.

#### Quarteirão J

Neste quarteirão autorizasse a edificação nas condições descritas para o Quarteirão I.

#### Quarteirão L

Este quarteirão ficará reservado especialmente para a construção de um cinema e de um Hotel.

### Condições Gerais

Chama-se a atenção da Câmara Municipal de Coimbra para o facto de se tronar indispensável estabelecer, em especial para a Avenida Fernão de Magalhães, nova Avenida Central e ainda para o Quarteirão F, reservado a habitação, planos de conjunto pormenorizados a fim de que todos os edificios daqueles locais, além de se submeterem ao presente Regulamento, possam encontrar uma disciplina arquitetónica de conjunto sem a qual o partido adotado se poderá irremediavelmente comprometer.

Sugere-se ainda que para a Avenida Fernão de Magalhães seja adotada uma modulação de 3.50 ml. Aproximadamente, não devendo, em principio, ser autorizada a construção em talhões com menos de quatro módulos.

Para a nova zona Comercial Central só poderão projetar arquitetos com a colaboração dos técnicos que a legislação em vigor determina.

Alberto José Pessoa  
Lisboa, Abril de 1956

## **Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra (1958)**

### 1ª Remodelação

#### Memória Descritiva

O estudo de urbanização que se apresenta abrange todo o território da Cidade Baixa incluído pelo Plano Regulador na Zona Comercial Central de Coimbra. Assim, a malha estudada com cerca de 30 hectares é limitada pelas Ruas da Figueira da Foz e da Sofia, Praça 8 de Maio, Ruas Visconde da Luz e Ferreira Borges a nordeste e pela Avenida Marginal a sudoeste, entre a Portagem e a futura giração de Coselhas.

Este estudo deixa de fora a pequena parcel da Zona Comercial Central que se alonga pelo vale de Santa Cruz. Para esta parcela, um tanto isolada do conjunto, já existem planos municipais de implantação do novo Mercado D. Pedro V e prolongamento da Avenida Sá da Bandeira.

O espaço urbano em estudo encontra-se em mais de 50% densamente ocupado, de há longa data, por construções. Pelo amplo conhecimento direto que temos da Baixa de Coimbra, que o completíssimo inquérito fornecido pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização inteiramente confirma, pode concluir-se, na generalidade, que a zona construída da Baixa é ocupada por um conjunto de edificações insalubre, mal ventilado e ensoalhado, promíscuo, com densidades excessivas, havendo quarteirões onde os espaços livres interiores são praticamente inexistentes, servido por um labirinto de arruamentos estreitos. A maioria das construções são velhas e mal conservadas sendo o seu valor individual bastante baixo. Vejamos, por exemplo o que acontece com o quarteirão nº6 (planta do inquérito), um dos mais fortemente atingido pelo plano que se propõe: esse quarteirão com cerca de 7000 m<sup>2</sup> não tem mais de 300 m<sup>2</sup> de espaços livres interiores sendo a área construída da casa dos ??? m<sup>2</sup>. Vivem aí cerca de 500 pessoas e existem 6 escritórios, 23 armazéns, 17 estabelecimentos comerciais, 13 indústrias, 2 oficinas, 2 consultórios médicos e uma enfermaria. É o caos! E, pela análise sucessiva dos outros quarteirões verifica-se que o panorama se mantém inalterável à exceção de uma ou outra zona mais recentemente construída.

Convém assinalar que a região sul da Baixa, classificada como zona de interesse arqueológico e turístico, possui conjuntos de antigos arruamentos, igrejas e praças com valor arquitetónico, cheios de pitoresco carácter, cuja conservação e beneficiação se impõe.

Na confusão e saturação urbana da baixa de Coimbra, mormente na sua parte central, toda a obra válida de urbanização terá forçosamente de constituir uma razia. O celebrado plano de De Gröer já o era. Não se entende que se possa decidir do traçado de um arruamento comparando secamente valores de expropriação, embora estes, evidentemente, tenham que ser considerados.

O plano que propomos tem como apoio o esquema de arruamentos previsto no Plano Regulador e inclui o traçado da Avenida Marginal, estudado pela Junta

Autônoma das Estradas. Assinale-se como sua mais importante divergência o traçado da nova Avenida Central. Esta tão discutida Avenida vinha já no plano de De Gröer sendo apontada desde o Rio à Igreja de Santa Cruz. Eu próprio, em anterior estudo e apesar das dúvidas que já então se me punham, decalquei esse traçado. Hoje não duvido de que a Igreja de Santa Cruz resultaria amesquinhada ao topo de uma avenida com cerca de 400 metros de comprimento, deslocada do seu ambiente que, como disse a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, deveria ser uma praça de harmonia com o local e as tradições de Monumento.

Assim, e considerando também o arranque da Rua Olímpio Nicolau Fernandes, entre a Câmara Municipal e a Caixa Geral de Depósitos, estudamos novo traçado para a Avenida Central de modo a enfiar a sua perspectiva sobre o Rio com o ponto obrigatório de circulação entre a Cidade Alta e a Baixa, deixando à Igreja de Santa Cruz a localização ??? de que carece.

Uma vez fixando o traçado dos arruamentos fundamentais, Avenida Marginal, Avenida Fernão de Magalhães, suas ramificações e Avenida Central passamos ao estudo da ocupação do solo e dos arruamentos subsidiários.

Por definição do Plano Regulador a Zona Comercial Central destina-se preponderadamente ao comércio, a escritórios e a edifícios de interesse público, particulares ou oficiais.

Com estas características de ocupação, a Zona Comercial Central é, acima de tudo, o centro social e administrativo da Cidade, a sua sala de visitas e deverá ser constituída por conjuntos arquitetónicos amplos, disciplinados e dignos.

A circunstância de grande parte do território da Baixa estar ainda por edificar, ou imprópriamente ocupada, autoriza-nos a encarar o seu arranjo urbano com grande liberdade na procura da composição plástica dos volumes arquitetónico em jogo. Essa composição arquitetónica de conjuntos exige naturalmente planos parciais pormenorizados capazes de regularem as construções nos vários locais onde o Plano as organiza como um todo.

No estabelecimento do Plano seguem-se os índices de ocupação do solo que o antepiano de De Gröer deixa avaliar para a Zona Central, (1 a 1.5) propondo-se, no entanto, maneira diferente de repartir os volumes de construção. A mesma densidade, consoante os métodos como se atinge, pode ser boa ou nefasta, tudo dependendo, dentro de limites razoáveis, da relação entre as superfícies livres e a altura das construções. Ora, com o propósito de se obterem, tanto quanto possível, substanciais espaços livres, considerou-se necessário alterar as alturas estabelecidas no Antepiano de Urbanização, para as edificações.

O número de pisos agora proposto é, em regra, mais elevado, no entanto os índices de ocupação mantem-se na mesma ordem de grandeza ou terão até baixado, permitindo encarar no futuro, se indispensável, ampliações das áreas construídas.

Foram ponderadas as observações feitas pelo Conselho Superior de Obras Públicas acerca das alturas das construções da parte central da Avenida Fernão de Magalhães, não se encontrando razão para reduzir o número total de pisos a 3 com o objetivo de não se cortar a vista do morro da Cidade Universitária, pois supomos que mesmo esses 3 pisos construídos no plano marginal da avenida afetariam grandemente a apreciação da vista para quem nele circulasse. A solução que apresentamos, para o lado nordeste da Avenida,

de apenas 2 pisos no plano marginal e cinco andares recuados defende e enquadra melhor o panorama em causa, sem prejuízo da escala e harmonia da avenida e sem prejuízos de ordem económica decorrentes da edificação de prédios extremamente baixos em local onde as fundações são caras e os terrenos valiosos.

Descritas as bases gerais de conceção do Plano, passamos a referir em particular, a organização das circulações.

### Circulações

O esquema de circulações estabelecido considera, conforme se mostra na respetiva planta, uma circulação principal de dois sentidos, sem cruzamentos, nos arruamentos fundamentais estabelecidos, isto é: na Av. Central, na Av. Fernão de Magalhães, nas Ruas Simões de Castro e Rua Direita e na Avenida Marginal. Ainda se considera a circulação de dois sentidos nos novos arruamentos situados entre a Avenida Fernão de Magalhães e a Avenida Marginal. Nas Ruas da Sofia e da Figueira da Foz, prevê-se uma circulação principal de sentido único, o mesmo acontecendo com a Rua Visconde da Luz, Rua Ferreira Borges e Rua da Sota.

Para as circulações envolventes da zona Arqueológica, entre a Avenida Central e o Largo da Portagem, propõe-se uma variante implicando a revisão do perfil da Avenida Marginal nesse troço.

Foram estudados os acessos à praça do Comercio através de um novo arruamento e da Rua Adelino Veiga, cujo alargamento se prevê.

Toda a circulação secundária assinalada no Plano diz fundamentalmente respeito a acessos ao interior dos quarteirões e aos parques de estacionamento.

Os perfis dos arruamentos principais encontram-se definidos no respetivo desenho.

Nos desenhos do estudo indicam-se as cotas de nível atribuídas aos arruamentos mais importantes, devendo-se assinalar a circunstância de se prever a possibilidade de rebaixamento do nível da zona fronteira à Igreja de Santa Cruz, conseguindo-se assim a total valorização do Monumento.

### Regulamento da Zona

Prevê-se que a Zona Comercial Central de Coimbra seja mista podendo nela ser autorizadas edificações destinadas ao comércio, aos negócios, a habitação e ainda a oficinas ou artesanato, excluindo-se todas as instalações de carácter industrial.

Não sendo fácil estabelecer zonas exclusivamente destinadas a habitação admite-se que ela se possa localizar um pouco por toda a parte, embora se julgue deva ser dada a preferência aos blocos em altura assinalados no quarteirão G e aos que se distribuem do lado sudoeste da Avenida Fernão de Magalhães.

Prevê-se no Plano a localização de duas escolas primárias nos locais que se afiguravam mais próprios e em melhor relação com as zonas residenciais já existentes ou a edificar.

Para a estação ferroviária destinou-se um quarteirão em posição central, permitindo uma organização de acessos que não perturba as circulações fundamentais adjacentes.

Com vista à construção de edifícios públicos oficiais (Governo Civil, Polícia, etc.) reserva-se um conjunto no interior dos quarteirões H-I.

Para uma sala de espetáculos propõe-se a localização assinalada no Plano, ao topo da futura Praça 8 de Maio.

No que respeita à Zona Arqueológica entendemos seguir as pisadas de De Gröer e assim assinalamos no Plano as fachadas ou conjuntos de interesse arquitetónico que devem ser preservadas. Outro tanto fizemos quanto as construções com interesse que enquadram o adro de Santa Justa. Nestas condições, na Zona Arqueológica, além de obras de restauro e conservação apenas devem ser levadas a cabo as que digam respeito ao saneamento do interior dos quarteirões ou sua periferia, conforme o que se indica no Plano.

Nos quarteirões marcados na planta de zonamento devem ser atendidas as seguintes condições especiais:

#### Quarteirão A

São autorizadas construções destinadas a escritórios e a habitação, assim como a garagem de recolha e estações de serviço.

#### Quarteirão B

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e a habitação. É ainda autorizada a construção de garagens de recolha, devendo estas ser servidas pelo impasse interior.

#### Quarteirão C

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e habitação, assim como garagens de recolha, desde que servidas pelo arruamento interior. O rés-do-chão das construções deste quarteirão, confinantes com a Av. Fernão de Magalhães será recuado do plano marginal, cerca de cinco metros.

#### Quarteirão D

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e habitação, sendo as lojas recuadas como no quarteirão anterior.

#### Quarteirão E

Este quarteirão deve ficar reservado para a construção de hotéis e outros edifícios ou instalações de interesse coletivo.

#### Quarteirão F

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios, habitação e artesanato, assim como a garagens. A cêrcea prevista no Plano é de rés-do-chão e 3 pisos.

#### Quarteirão G

São autorizadas edificações destinadas a habitação, comércio e escritórios.

#### Quarteirão H

São autorizadas construções nas mesmas condições do quarteirão anterior devendo ser considerada a instalação de edifícios públicos.

#### Quarteirão I

Mesmas condições do quarteirão H.

#### Quarteirão J

São autorizadas construções destinadas ao comércio, escritórios e artesanato.

Em todos os quarteirões serão respeitadas as alturas e a distribuição dos volumes das edificações, conforme as cêrceas do Plano.

#### Condições Gerais a observar

Torna-se indispensável estabelecer, em especial para a Avenida Fernão de Magalhães e futuramente para a Avenida Marginal planos de conjunto pormenorizados a fim de que todos os edifícios daqueles locais, além de se submeterem ao Regulamento da Zona, possam encontrar uma disciplina arquitetónica de conjunto sem a qual o partido adotado se poderá irremediavelmente comprometer.

Sugere-se que para a Avenida Fernão de Magalhães seja adotada a modulação de 3.50 a 4.00 metros não devendo, em principio, ser autorizada a construção em talhões com mesmos de quatro módulos.

A elaboração desses planos de conjunto, assim como dos projetos das edificações a erguer na Zona Comercial Central deverá ser confiada a arquitetos, como e com toda a natural propriedade, a Câmara Municipal de Lisboa entendeu estabelecer para determinadas zonas urbanas da Capital.

Alberto José Pessoa

Lisboa, Novembro de 1958

### **Quinta da Várzea, Coimbra (1959)**

#### **Estudo de Urbanização – Anteplano**

##### Memória Descritiva

O território da Quinta da Várzea em Coimbra, objeto deste estudo de urbanização, estende-se por cerca de 70 hectares, na margem esquerda do Mondego, a uns 350 metros da EN1, a montante da Ponte de Santa Clara. Fica, portanto, na imediata

proximidade da zona comercial central da Cidade e com ela bem relacionado no que respeita a comunicações.

A zona comercial central de Coimbra, tal como foi definida no Plano Diretor e tal como é de facto por razões de ordem topográfica; pela tradição e pelos interesses assim criados na chamada “Baixa”, encontra-se atualmente na periferia da Cidade, junto ao Rio. Coimbra tem-se expandido para as colinas de Montes Claros, dos Olivais, do Penedo da Saudade e ainda para o Calhabé, em locais cada vez mais afastados do “Centro”. Na verdade, as antigas condições de ligação entre as duas margens do Mondego não recomendavam a urbanização da margem esquerda. Hoje, depois da nova ponte, as coisas mudaram e é já sensível a valorização dessas margens onde têm sido instalados restaurantes, melhoradas as edificações existentes e construídas outras na estreita faixa de terreno que ladeia a EN1. O Parque Desportivo Académico a jusante da ponte e a projetada construção de um liceu a montante virão em breve ser novos motivos de valorização. Por outro lado, a realização da variante da EN1, assinalada no Plano, ou pelo menos da estrada-dique prevista para proteção do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha e para acesso e defesa dos terrenos do novo liceu, só por si convidariam ao aproveitamento para fins urbanos dos terrenos da Quinta da Várzea, assim desde logo ligados ao centro da Cidade.

O antepiano que se apresenta diz respeito a esse aproveitamento, considerando o traçado base previsto para a variante da EN1 que atravessa toda a zona em estudo.

Quase metade da área da Quinta da Várzea é constituída por terrenos inundáveis, situados na proximidade do Rio e abaixo da cota 21.50. Desses terrenos uns 14 hectares serão conservados como zona verde, emoldurando o Mondego. Para a restante área inundável serão criadas condições de urbanização, quer pela construção de estrada-dique (variante EN1 ou não) que protege o liceu e a zona de escritórios assinalada no Plano, quer pela terraplanagem e defesa por meio de um muro-dique de parte da zona A e das instalações desportivas previstas no Plano. De resto, considera-se desde já o estabelecimento de uma regulamentação especial para os blocos de habitação com 8 pisos que lhes dá seguras condições de defesa.

Toda a área acima da cota submergível apresenta, de maneira geral, boas condições de urbanização, desde que seja convenientemente considerada a áspera pendente dos terrenos na proximidade da EN1, e tidas em conta as condições de orientação da encosta que não são das mais favoráveis. Este ultimo aspeto interessa quase exclusivamente a zona C (moradias) para a qual será oportunamente estudado um regulamento que evita a ocupação de locais que se reconheçam insuficientemente encaçados e que preserve o aspeto paisagístico da encosta. Este aspeto reveste-se de dois sentidos: o da encosta observada da Cidade e o do panorama deslumbrante que a Cidade oferece vista da encosta, sendo este ultimo quase um valor turístico de Coimbra.

No antepiano foi considerada a conveniência de se estabelecer uma organização um tanto autónoma para o conjunto, reconhecendo-se, por outro lado, toda a vantagem em não desencorajar as relações deste novo núcleo urbano com a restante Cidade, ou mais diretamente com a zona comercial central e vice-versa. Deste modo o estudo prevê fundamentalmente zonas de habitação com um grupo escolar, apoiadas por centro cívico com o principal comercio local, um hotel, uma sala de espetáculos, uma igreja e um recin-

to para pratica de desportos. Junto do centro cívico prevê-se uma zona destinada a edifícios de escritórios, repartições publicas, etc. No Plano mostra-se a implantação do novo liceu bem como o aproveitamento de certas áreas a norte e a sul do conjunto e dele praticamente independentes. Também se assinalam locais para uma estação rodoviária, para uma estação de serviço e para duas garagens coletivas.

Os tipos de edificação e os agrupamentos de edifícios foram distribuídos no Plano em função das características topográficas do solo, de aspetos paisagísticos e considerando a posição relativa das varias zonas entre si e as suas ligações ao centro cívico e as vias principais de acesso.

O traçado dos arruamentos tem como espinha dorsal a diretriz prevista para a variante da EN1 e a atual Estrada das Lajes cujo alargamento e regularização se propõe. Os outros arruamentos que se destinam ao transito local foram estabelecidos de modo a perturbarem o menos possível a circulação da Estrada Nacional (com a qual se evitaram as ligações) e a ajustarem-se convenientemente à altimetria do terreno.

Junto a todas as zonas habitacionais de maior densidade foram previstos parques de estacionamento, bem como no centro cívico e nas proximidades do liceu. A população deste núcleo urbano pode estimar-se na casa das 7000 a 7500 pessoas e que dá para 56 hectares ocupados uma densidade bruta de 120 habitante/ha. Os índices de ocupação solo considerados, apenas atingem o valor de 1 na zona A, sendo nas restantes francamente inferiores.

Lisboa, 30 de Fevereiro de 1959

Alberto José Pessoa

João Abel Manta.

### **Anais do Município de Coimbra – 1960-69**

(AAVV (2008). Anais do Município de Coimbra:1960-1969. Coimbra: CMC.)

#### Pág. 33-36 – Os problemas do Urbanismo

A cidade transforma-se.

Na alta decorrem as obras de construção dos estabelecimentos universitários, controladas pela CAPOCUC. A urbe sai do alto do morro e espraia-se pelo planalto do Calhabé e pela margem esquerda.

O Plano Regulador para Coimbra, solicitado ao professor Antão de Almeida Garrett, em 1055, para revisão do Plano de Gröer, explica que a cidade “tem tecnicamente grandes dificuldades de vencer, quer pelo seu acentuado relevo e por um rio que com as suas cheias inutiliza os terrenos mais planos por onde passam as grandes comunicações (...) complicando-se o transito e dificultando a expansão. Não tem terrenos urbanizados, com ruas, água, luz e esgotos, em quantidade suficiente para o seu normal desenvolvimento”. E concluiu “serem os terrenos edificáveis caros, por serem poucos e pegados a outros já de preço elevado” (*GARRETT, Antão de Almeida, Palestra em Coimbra sobre o seu Plano Regulador, “Arquivo Coimbrão”,*



n.14, 1956, p.3 e segs.) o que levou ao aumento da construção clandestina na zona rural de proteção, e à necessidade de crescimento em altura.

As novas urbanizações, em unidades residenciais, definidas no Plano de 1956, os bairros sociais resultantes das necessidades de realojamento pela demolição da Alta, a zona industrial no Vale de Coselhas-Pedrulha na margem direita, ao longo da estrada Nacional N1, e na Bencanta, na margem esquerda, fazem aumentar o perímetro urbano.

Os novos prédios rebentam com a altura das cêrceas pré-estabelecidas obrigando a reajustamentos e a constantes questões entre os munícipes e a administração da cidade, sintetizadas nas palavras da Vereadora Dra. Maria José Bacelar Moniz, proferidas numa discussão camarária para resolver mais um desses conflitos em 1962: “urge que Coimbra deixe finalmente de ser a cidade anã, como já tenho ouvido classificá-la”.

A primeira vereação presidida pelo Dr. Joaquim Moura Relvas entra em funções em Junho de 1957. Será reeleita para 60/63 e tem ultimo mandato em 64/67.

Em 1965, na ultima reunião a que preside o Dr. Moura e Relvas faz-se o balanço. “Foi conseguida a reorganização do Serviço de Urbanização da Câmara e a execução da Planta Topográfica da Cidade de Coimbra, por aerofotogrametria, encomendada pelo Eng. Ascensão, em 1956. É uma realidade sobre a qual a Câmara pode agora trabalhar para o planeamento e desenvolvimento da cidade. O novo Matadouro está a funcionar regularmente no Loreto”.

A Avenida Central, projeto do arquiteto Alberto José Pessoa, que partia de Santa Cruz até ao Rio Mondego, estava atrasada pela necessidade de verbas para as expropriações. A Rua de Aveiro, fora aberta ao transito em 1965. A Avenida Marginal exigia coordenação com o Ministério das Obras Publicas. O problema da Central de Camionagem não estava ainda resolvido.

Alguns projetos vão aparecer mencionados diversas vezes nas atas denunciando situações complexas para a sua aprovação e execução. Exemplo disso é o projeto para restaurante/hotel com piscina junto ao Rio Mondego, na margem esquerda na Avenida João das Regras, também referenciado como sendo no terreno do Choupalinho, junto à Ponte santa Clara, requerido por Felismino Martins Simões. Desde 1963, até 1969, surge varias vezes para apreciação. Todas as propostas receberão o parecer negativo da Câmara, e a oposição fundamentada do Sr. Vereador Eng. Azevedo Sobral. Todavia, em 1964, conseguirá obter um despacho ministerial favorável. O Sr. Carneiro da Silva deixa-nos uma nota, informando que o requerente não conseguia provar a posse dos terrenos e que o processo se arrastou até 1977, nunca chegando a ser construído.

Outros casos problemáticos de construção têm a ver com o numero de andares que se podem construir nas zonas pré-definidas em Plano Regulador, andares superiores (sótãos e andares recuados) e/ou, aproveitamento de pisos inferiores (garagens, caves, arrumos) como áreas de habitação. A estratégia é aguardar a legalização de uma situação extraordinária, para invocar o precedente e conseguir também a desejada regularização. São os casos que surgem com os prédios da Rua Pedro Alvares Cabral, com os edifícios planeados para a Avenida Sá da Bandeira, com os prédios para a Avenida Fernão de Magalhães, problemas que denunciam as pressões do mercado imobiliário que se começa a constituir.

O embelezamento da cidade determinará a abertura de um concurso para a construção de uma fonte escultórica na Praça da República, em Abril de 1964. Todavia, os projetos premiados não chegarão nunca a ser executados.

Com a nomeação do novo presidente, Eng. Júlio de Araújo Vieira, em 1966, mantem-se o restante elenco camarário, mas há redefinição de prioridades.

A Avenida Central deixa de ser o grande objetivo, pelas dificuldades orçamentais.

A abertura da Rua Nicolau Chantrene até Celas e a necessidade da resolução do problema da linha de caminho de ferro da Lousã, passam a primeiro plano.

Os transtornos causados pela passagem do comboio na Portagem, junto à ponte de Santa Clara, são objeto de diversas notícias na imprensa, pelos frequentes acidentes que provocam, quer com pessoas, quer com veículos. Sempre que sucede uma dessas situações o problema de se encontrar outro lugar para a linha vem à ribalta.

Já o Plano Regulador de Antão de Almeida Garrett, propunha que se passasse “a linha para a margem de Sta. Clara, utilizando a atual ponte da CP e passando em túnel o monte, para seguir paralela ao Mondego até ao Rio Ceira, vencido o qual, por uma ponte, retomaria a atual linha, ao km 6200, para a Lousã e Serpins. O Conselho Superior de Obras Publicas entendeu ainda que se deveria prolongar essa linha até à ligação com a linha da Beira Alta, nas proximidades de Gouveia”. No entanto, esta solução não vingou.

#### Pág. 37-39 – A Biblioteca e o valioso Arquivo Municipal

O Sr. Carneiro da Silva regista sempre todas as deliberações sobre a Biblioteca Municipal, com bastante minúcia, pelo que se poderá reconstituir parte do seu longo historial pelos textos dos Anais.

Durante a vereação presidida pelo Eng. Júlio de Araújo Vieira vão ser tomadas decisões importantes para a construção do edifício de raiz, tão almejado. Inicialmente, o projeto estava pensado para a zona de Sta Cruz, existindo um projeto dos Arquitetos Portugal e Serra e Moura, de 1958. No entanto, é solicitado ao Arquiteto Alberto Pessoa a sua intervenção, uma vez que é o responsável pelo Plano para a Baixa, com a projetada Avenida Central, com o arranjo da Praça 8 de Maio e Avenida Sá da Bandeira.

São avançadas propostas, mas começa a perceber-se a necessidade de um espaço de maior dimensão do que os analisados. A ideia de uma construção própria e específica ganha peso com a abertura da Rua Nicolau Chanterenne até Celas. Todo o lateral esquerdo, norte, é reservado para a construção da biblioteca, diz-nos o Sr. Carneiro da Silva, e começa a solicitar-se o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para o projeto. Sugere-se então, na Comissão de Toponímia, a atribuição do nome de Calouste Gulbenkian para a nova artéria. (...)

#### Pág. 93

Agosto 1964 – começa a construção do Pavilhão Desportivo do Estádio

Universitário integrado no Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra;

Pág. 102

7 de Janeiro 1966 – TAGV abre ao Público;

Pág. 110

Janeiro 1967 – Concluídas as demolições da 1ª fase para abertura da Avenida Central;

Pág. 111

15 de Abril 1967 – Inauguração do Pavilhão Desportivo de Coimbra no Estádio Universitário, o maior do país, pelo Ministro da Educação, professor Galvão Teles;

Pág. 154 AMC | 48B-BO/201

7 de Julho 1960 – É apresentado em reunião o projeto de remodelação da zona compreendida entre a Avenida Sá da Bandeira e a Praça 8 de Maio, da autoria do arquiteto Alberto José Pessoa, que tinha em conta a instalação da Biblioteca Municipal e reconstrução do Mercado D. Pedro V.

O projeto vinha com um atraso de 3 anos, e como existiam estudos posteriores para o local, do arquiteto António Ribeiro Portugal e do arquiteto Serra e Moura, deliberou-se que o vereador engenheiro Azevedo Sobral, procedesse a um estudo do projeto que habilite a Câmara Municipal a pronunciar-se sobre ele;

Pág. 157 AMC | 74B-BO/201

28 de Julho 1960 – “Consultado o arquiteto Alberto José Pessoa, autor do Plano de Remodelação da Baixa (...) é de parecer favorável a localização do edifício dos CTT no local indicado na planta topográfica (...). Como se observa analisando o plano de remodelação, o Exmo. Senhor Urbanista (x) a zona compreendida entre a Av. Fernão de Magalhães, Rua Simões de Castro, Rua Direita e Av. Central para edifícios públicos. Logicamente um edifício com as características do presente deveria ai ser localizado.”

Consultado o arquiteto Alberto José Pessoa sobre a pretensão dos CTT de construírem o seu edifício no terreno dos armazéns da fábrica triunfo na Av. Fernão de Magalhães, como estava em estudo a abertura da nova Avenida Central, a Câmara Municipal sugere que esse edifício fosse construído no gaveto da nova Avenida com a Avenida Fernão Magalhães;

Pág. 159 AMC | (?)

25 de Agosto 1960 – Pagamento de 8500\$00 ao Arquiteto Alberto José Pessoa pelo Plano de Remodelação de uma zona da Baixa;

Pág. 160-161 AMC | ?-BO/202

1 de Setembro 1960 – Parecer do Vereador do Pelouro de Obras sobre a Urbanização da zona entre a Praça 8 de Maio e a Avenida Sá da Bandeira que é do seguinte teor: “Se não fora o estrangulamento imposto pela lastimável implantação do edifício da CGD, tão flagrantemente errado que apetece cortar-lhe tanto quanto avançou, diríamos que o estudo nos agrada totalmente. Não obstante este senão, a solução do senhor Arquiteto Alberto

José Pessoa porquanto consegue, quanto a nós, contornar de forma notável aquela deficiência e a igualmente criticável implantação do imóvel onde estão instalados os CTT, que obriga a um corte importante na área do Mercado Municipal. As correções introduzidas nos alinhamentos possibilitam ligação agradável da Praça 8 de Maio à Avenida Sá da Bandeira; e as cércneas concebidas dão ao local a grandeza necessária.

É altura de referir que, sobre o primeiro destes aspetos, a solução em causa nos agrada bastante mais que a esboçada em 1958, pelos técnicos desta câmara. Do espaço destinado pelo autor do estudo à Biblioteca Municipal, poderá tirar-se bom partido, muito embora a configuração não permita a adaptação integral das instalações que também em 1958 foram projetadas pelos Arq. Serra e Moura e Arq. António Ribeiro Portugal, não obstante possuir uma área coberta de idêntico valor.

Haveria que fazer um estudo do edifício destinado aquele fim ou, fosse julgado preferível após observação cuidada, manter-se o daqueles arquitetos, em forma e localização, pois nem uma nem outra são afetadas pelo plano de que estamos a fazer crítica.

Quanto ao mercado devo dizer que está implantado de forma a obter-se um arranjo aceitável do local, mas a enorme redução da área atual (cerca de metade) torna-o pouco funcional, porquanto terá de procurar-se na altura uma compensação. A deslocação daquelas instalações era aconselhável, se fosse possível encontrar local capaz.

Nessas condições seria o local deixado o ideal para o edifício da Biblioteca. Muito embora com os objetos apresentados, sou de opinião que o projeto de remodelação deve ser aprovado, pois nem a localização da Biblioteca nem a questão levantada quanto ao Mercado, invalidam o estudo feito que deverá ser remetido à direção Geral dos Serviços de Urbanização, com o parecer que venha a ser votado.

O traçado da Rua Dias Ferreira deve, no entanto, ser implantado nas peças desenhadas a enviar se for aprovado.”

Depois da troca de impressões que se seguiu, a Câmara aprovou nas suas linhas gerais o Plano do arquiteto Alberto José Pessoa, devendo no entanto fazer-se um estudo de pormenor, quer da forma quer da localização do edifício, destinado à futura Biblioteca Municipal.

Pág. 185 AMC | 68-BO/204

9 de março 1961 – Câmara delibera submeter o “Plano de Remodelação de uma Zona da Baixa” da autoria de Alberto José Pessoa à apreciação das instancias superiores competentes com o pedido de aprovação da localização do edifício destinado à futura Biblioteca. (estudo de localização).

Pág. 210 AMC | 12-BO/209

15 Fevereiro 1962 – Dra. Maria José Bacelar requer à Câmara, qual o tipo de casa que podia construir no local das Fundições Alves Coimbra. Foi-lhe respondido que podia construir ali, termos do estudo urbano do local, da autoria do arquiteto Alberto José Pessoa. Situada na Rua Adelino Veiga e das Padeiras.

## Estudo “Planos de Remodelação da Baixa de Coimbra”.

### Pág. 220 AMC | 47-BO/210

14 de Junho 1962 – Plano de Remodelação da Baixa – Avenida Fernão de Magalhães. Aprovado o “Estudo-base dos edifícios sujeitos a módulo, lado nordeste do Plano de Remodelação da Baixa – Avenida Fernão de Magalhães da autoria do Senhor Arquitecto Alberto José Pessoa” cuja memória descritiva é do seguinte teor:

“O estudo que se apresenta fundamenta-se no trabalho elaborado pelo Serviço de Obras da Câmara Municipal de Coimbra, que nos parece muito bem ponderado em todos os seus aspetos. Cremos que a forma como são encaradas as soluções a dar aos pequenos problemas concretos que até agora surgiram torna, com a indispensável compreensão e boa vontade dos munícipes, perfeitamente viável a execução do plano.

Não encontramos vantagem, depois de algumas pesquisas nesse sentido na adoção de uma modulação diferente da sugerida pelos serviços.

No estudo que se apresenta definem-se as características fundamentais da disciplina arquetónica do conjunto das edificações deste troço da Avenida Fernão de Magalhães, através das peças desenhadas e anunciam-se os requisitos a que sob o ponto de vista regulamentar esses edifícios devem satisfazer.

Nos desenhos define-se o que se considera rígido, a saber:

a) Modulação horizontal e vertical

b) Dimensões e acabamentos de todos os elementos arquetónicos cuja repetição é imposta.

Fica livre o tratamento dos panos de parede recolhidos em relação aos pilares avançados da fachada principal, o pormenor e a posição das grillagens de proteção das zonas de serviço da fachada posterior, bem como o tratamento dos vãos desta fachada dentro das linhas gerais apontadas.

Sob o ponto de vista regulamentar apenas nos parece conveniente dizer:

a) O 1º andar deverá ser ventilado com dispositivo semelhante ao que se indica no corte, devendo ainda ser iluminado superiormente se as condições de aproveitamento interior assim o recomendarem;

b) Será obrigatoriamente tratado como jardim o terraço da cobertura do 1º andar, salvo nos locais onde se situem dispositivos de iluminação ou ventilação;

c) Para a primeira construção a executar deverão ser submetidos previamente à aprovação municipal todos os materiais de acabamento a aplicar no exterior, fixando-se a partir dela a tonalidade da pedra, a cor dos mosaicos e ainda todos os pormenores além dos fixados nos desenhos que se considerem importantes para a unificação do ritmo do conjunto.”

### Pág. 309 AMC | 8-BO/222

11 de Fevereiro 1965 – Presidente historia as diligências feitas há mais de sete anos para a construção do novo Mercado D. Pedro V, de cujo projeto fora encarregado o arquiteto Alberto José Pessoa, obedecendo a certas diretrizes que lhe forma indicadas de modo a conseguir-se um substancial alargamento da Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes

como o prolongamento da Avenida Sá da Bandeira. O respetivo anteprojecto fora agora recebido e fazendo a sua análise em face das respetivas peças escritas e desenhadas mostrou que nos seus 6 pisos com entradas pela referida Rua Olímpio Nicolau e pela Rua da Fonte Nova, o novo mercado não ocupará mais do que 3.100m<sup>2</sup> contra os 7500m<sup>2</sup> que são ocupados pelo actual, resultando num benefício do alargamento da mencionada rua e da construção de um parque de estacionamento para 40 viaturas.

A vereação aprovou o anteprojecto sendo uma das principais necessidades a satisfazer na cidade.

Pág. 312 AMC | 46B-BO/222

18 de Março 1965 – Toma-se conhecimento do projecto de construção de um Pavilhão Desportivo, na zona da Cidade Universitária em Santa Clara, cuja construção está por conta da CAPOCUC.

Pág. 318-319 AMC | (?) -BO/223

13 de Maio 1965 – Aprova-se, em definitivo, após informação do arquiteto Alberto José Pessoa, a construção na Avenida Fernão de Magalhães e um bloco residencial requerido a 25 de Março de 1965 por José Francisco Filipe.

Este é o primeiro edifício do conjunto de torres que se encontram hoje do lado sul da Avenida.

A 25 de Março o engenheiro chefe do Serviço de Obras e Urbanização dá extenso parecer.

Arquiteto Alberto José Pessoa faz larga exposição e pede para ser informado do parecer que terá merecido o seu requerimento datado de 9 de Outubro de 1962 relativo ao anteprojecto das edificações que pretende levar a efeito no terreno de sua mãe Ernestina Guardado Pessoa, situado na Rua dos Combatentes da Grande Guerra.

Gabinete de Urbanização informa:

“Estudo com aprovação camarária homologado superiormente, o requerente terá de reduzir o edifício junto à Rua dos Combatentes para R/C mais 3 pisos.”

Pág. (?) AMC | (?) -BO/(?)

10 de Dezembro 1968 – Costa Lobo “Palestra sobre Plano Regulador de Coimbra”

## **Anexo III**

### ***Peças Desenhadas***

Peças que complementam os capítulos três e quatro desta dissertação.

Sumário:

192 | Plano de Remodel. da Baixa - Planta do existente com sobreposição do estudo (1956)

192 | Plano de Remodel. da Baixa, 1ª Remodelação - Planta de Apresentação (1958)

193 | Av. Fernão de Magalhães - Estudo base dos edifícios sujeitos a módulo, lado nordeste (1962)

193 | Plano de Remodel. da Baixa, 1ª Remodelação - Aspecto da Av. Fernão Magalhães (1958)

193 | Estudo de Urbanização da Quinta da Várzea - Estudo de Urbanização (1959)

